Ministério da Fazenda

ESAF
Escola de Administração Fazendária

Relatório de Gestão 2012

Brasília/DF
Março de 2013

Relatório de Gestão do exercício de 2012, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anuais a que esta Unidade está obrigada, nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 119/2012, 121/2012 e da Portaria TCU nº 150/2012 e das orientações do órgão de controle interno constantes da Portaria nº 2.546/2010.

LISTA DE ABREVIAÇÕES E SIGLAS

ACE – Analista de Controle Externo
AFC – Analista de Finanças e Controle
AGU – Advocacia Geral da União
ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações
ATA - Assistente Técnico Administrativo
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
CEAE – Centro de Altos Estudos
CECAB – Centro Regional Conjunto de Capacitação para a América Latina no Brasil
CEEAD – Centro Estratégico de Ensino à Distância
CEFOR – Centro Estratégico de Formação e Educação Continuada
CETREMFA – Centro de Treinamento do Ministério da Fazenda
CGU – Controladoria Geral da União
CIAT – Centro Interamericano de Atriministrações Tributárias
CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas
COGEP – Comitê de Gestão de Pessoas
COGRH – Coordenação-Geral de Recursos Humanos
CONSEGI – Congresso Internacional de Software Livre e Governo Eletrônico
CONTE – Contencioso de Concursos
CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CPR – Contas a Pagar e Receber
DIRAD – Diretoria de Administração
DIRAT – Diretoria de Atendimento
DIRCO – Diretoria de Cooperação Técnica
DIRED – Diretoria de Educação
DIRES – Diretoria de Recrutamento e Seleções
DIRGE – Direção Geral
DPRF – Departamento de Polícia Rodoviária Federal
EaD – Ensino à Distância
EPPGG – Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental
ESAF – Escola de Administração Fazendária
ESCOR – Escritório da Corregedoria
FFEB – Fórum Fiscal dos Estados Brasileiros
FGU – Fundação Getúlio Vargas
FIC – Ficha Informação Curricular
FMI – Fundo Monetário Internacional
FOCO – Formação de Concursos
FUNASA – Fundação Nacional de Saúde
GDFAZ - Grupo de Desenvolvimento do Servidor Fazendário
GEF – Grupo de Educação Fiscal
GEFE – Grupo Estadual de Educação Fiscal
GEREF – Gerência de Educação Fiscal
GERTI – Gerência de Tecnologia e Informação
GPFP - Grupo de Pesquisa em Finanças Públicas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFB – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília
INCRA – Instituto Nacional de Reforma Agrária
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MEC – Ministério da Educação
MF – Ministério da Fazenda
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
PAD – Procedimento Administrativo Disciplinar
PDTI – Plano Diretor de Tecnologia e Informação
PEC – Projeto Estratégico Corporativo
PECFAZ – Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda
PEP – Programa de Educação Previdenciária
PFP – Programa de Formação Profissional
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
PMF – Prefeitura Municipal de Fortaleza
PMIMF – Programa de Modernização e Integração do Ministério da Fazenda
PNEF – Programa Nacional de Educação Fiscal
PNUD – Programa das Nações para o Desenvolvimento
POP – Procedimento Operacional Padrão
PPA – Plano Plurianual
RANEPA - Academia Presidencial Russa de Economia Nacional e Administração Pública
RFB – Receita Federal do Brasil
RH – Recursos Humanos
SAMF – Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda
SCDP – Sistema de Concessão de Diárias e Passagens
SEAE – Secretaria de Assuntos Econômicos
SEAP-DF – Secretaria de Estado de Administração Pública do Distrito Federal
SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEFAZ – Secretaria de Fazenda
SEFIN – Secretaria de Finanças
SEMEC – Secretaria Municipal de Educação e Cultura
SERPRO – Serviço Federal de Processamento de Dados
SESI – Serviço Social da Indústria
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira
SIGEV – Sistema de Gestão de Eventos
SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento do Plano Plurianual
SINAR – Sistema Nacional de Arquivos
SIPEC – Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal
SISCON – Sistema de Concurso
SISG – Sistema de Serviços Gerais
SISP – Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática
SISPNEF – Sistema do Programa Nacional de Educação Fiscal
SME – Secretaria Municipal de Educação
SOF – Secretaria de Orçamento e Finanças
SPED – Sistema Público de Escrituração Digital

SPOA – Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
SPU – Secretaria do Patrimônio da União
SRRF – Superintendência Regional da Receita Federal
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
TCE – Tribunal de Contas do Estado
TCU – Tribunal de Contas da União
TI – Tecnologia da Informação
TIC – Tecnologias da Informação e Comunicação
UFC – Universidade Federal do Ceará
UJ – Unidade Jurisdicionante
UNDIME – União Nacional Dirigente Municipal de Educação
UNB – Universidade de Brasília
UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo
UNINFOR – Universidade de Fortaleza

LISTA DE FIGURA, QUADROS e GRÁFICOS.

FIGURA

Figura 1 – Estrutura Organizacional da ESAF

Quadros – Execuções de Programas e Ações Governamentais

Quadro 01 - Programas do Ministério da Fazenda e do Planejamento
Quadro 02 - Ações dos Programas de Governo
Quadro 03 - demonstrativo da Execução Física e Financeira e Indicadores de Eficiência e Eficácia
AÇÃO 2250 – Seleção e Formação de Recursos Humanos em Finanças Públicas e Áreas Afins
Quadro 04 - demonstrativo da Execução Física e Financeira e Indicadores de Eficiência e Eficácia
AÇÃO 6227 – Capacitação de Servidores Públicos e Profissionais
Quadro 05 - demonstrativo da Execução Física e Financeira e Indicadores de Eficiência e Eficácia
AÇÃO 20SH – Estudos e Pesquisas em Matéria Fazendária
Quadro 06 - demonstrativo da Execução Física e Financeira e Indicadores de Eficiência e Eficácia

Quadros – Execução Física e Financeira e Grau de Satisfação (Aluno e Contratante)

CENTRESAF – BA
CENTRESAF – CE
CENTRESAF – DF
CENTRESAF – MG
CENTRESAF – PA
CENTRESAF – PE
CENTRESAF – PR
CENTRESAF – RJ
CENTRESAF – RS
CENTRESAF – SP

Quadros – da Portaria TCU nº 150/2012

Quadro A.1.2 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Consolidado
Quadro A.3.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da
Quadro A.4.1 – Programa de Governo constante do ppa – Temático
Quadro A.4.2 – objetivos de programa temático de responsabilidade da uj
Quadro A.5.1. - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos
Quadro A.5.2 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores
Quadro A.5.3 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência
Quadro A.5.4 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios
Quadro A.5.5 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2013 e exercícios seguintes
Quadro A.5.8 – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos (SF)
Quadro A.6.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12
Quadro A.6.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação
Quadro A.6.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)
Quadro A.7.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros
Quadro A.8.1 – Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada
Quadro A.9.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis
Quadro A.9.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água
Quadro A.10.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Quadro A.10.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI
Quadro A.10.6 – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV
Quadro A.11.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

Gráficos

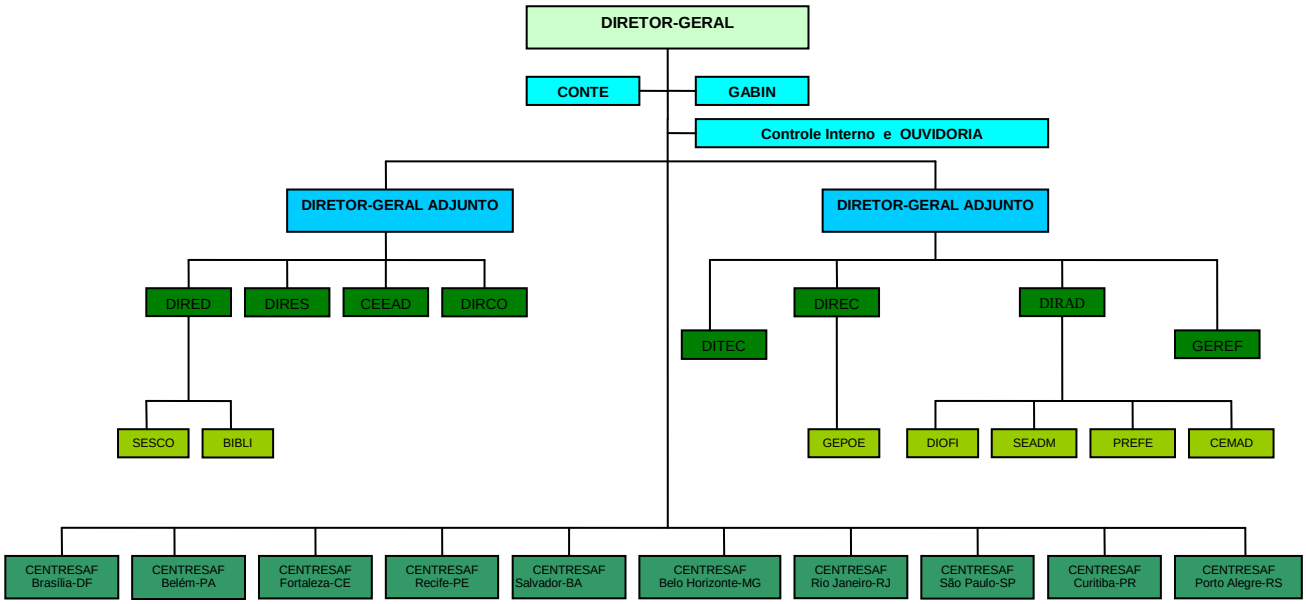
Gráfico 01 - demonstrativo dos pedidos à ESAF da SIC – MF em 2012
Gráfico 02 - participação da DIRCO nas Capacitações da ESAF-Sede
Gráfico 03 - participação da DIRED nas Capacitações da ESAF-Sede
Gráfico 04 - participação do DIRAT nas Capacitações da ESAF-Sede
Gráfico 05 - participação do CEEAD nas Capacitações da ESAF-Sede
Gráfico 06 - participação do CEFOR nas Capacitações da ESAF-Sede
Gráfico 07 - participação da GERTI nas Capacitações da ESAF-Sede
Gráfico 08 - demonstrativo de Participação das Áreas da ESAF nas Capacitações em 2012
Gráfico 09 - demonstrativo de Participação das Áreas da ESAF nas Capacitações em (%)
Gráfico 10 - demonstrativo da Execução Física e Financeira e Grau de Satisfação do Aluno e órgão Contratante – **CENTRESAF - BA**
Gráfico 11 – participação do CENTRESAF – BA nas Capacitações da ESAF
Gráfico 12 - demonstrativo da Execução Física e Financeira e Grau de Satisfação do Aluno e órgão Contratante – **CENTRESAF - CE**
Gráfico 13 – participação do CENTRESAF – CE nas Capacitações da ESAF
Gráfico 14 - demonstrativo da Execução Física e Financeira e Grau de Satisfação do Aluno e órgão Contratante – **CENTRESAF - DF**
Gráfico 15 – participação do CENTRESAF – DF nas Capacitações da ESAF
Gráfico 16 - demonstrativo da Execução Física e Financeira e Grau de Satisfação do Aluno e órgão Contratante – **CENTRESAF - MG**
Gráfico 17 – participação do CENTRESAF – MG nas Capacitações da ESAF
Gráfico 18 - demonstrativo da Execução Física e Financeira e Grau de Satisfação do Aluno e órgão Contratante – **CENTRESAF -PA**
Gráfico 19 – participação do CENTRESAF – PA nas Capacitações da ESAF
Gráfico 20 - demonstrativo da Execução Física e Financeira e Grau de Satisfação do Aluno e órgão Contratante – **CENTRESAF -PE**
Gráfico 21 – participação do CENTRESAF – PE nas Capacitações da ESAF
Gráfico 22 - demonstrativo da Execução Física e Financeira e Grau de Satisfação do Aluno e órgão Contratante – **CENTRESAF -PR**
Gráfico 23 – participação do CENTRESAF – PR nas Capacitações da ESAF
Gráfico 24 - demonstrativo da Execução Física e Financeira e Grau de Satisfação do Aluno e órgão Contratante – **CENTRESAF -RJ**
Gráfico 25 – participação do CENTRESAF – RJ nas Capacitações da ESAF
Gráfico 26 - demonstrativo da Execução Física e Financeira e Grau de Satisfação do Aluno e órgão Contratante – **CENTRESAF -RS**
Gráfico 27 – participação do CENTRESAF – RS nas Capacitações da ESAF
Gráfico 28 - demonstrativo da Execução Física e Financeira e Grau de Satisfação do Aluno e órgão Contratante – **CENTRESAF –SP**
Gráfico 29 - participação do CENTRESAF – SP nas Capacitações da ESAF
Gráfico 30 - ranking das capacitações presenciais dos CENTRESAF'S
Gráfico 31 - percentual de participação dos CENTRESAF'S no total das Capacitações presenciais
Gráfico 32 - participação dos CENTRESAF's no Ensino a Distância
Gráfico 33 - valor aplicado para por aluno capacitado (R$)
Gráfico 34 – percentual de participação nas capacitações presenciais e a distância da ESAF

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO **11**
1. INTRODUÇÃO **12**
1.1. Objetivos Institucionais - O papel da ESAF na execução das Políticas Públicas 13
1.2. Execuções de Programas e Ações Governamentais 14
1.3. Estratégias de Atuação 18
1.4. Direção-Geral da ESAF - DIRGE 21
1.5. Diretoria de Recrutamento e Seleção – DIRES 23
1.6. Diretoria de Cooperação Técnica – DIRCO 24
1.7. Diretoria de Educação - DIRED 27
1.8. Diretoria de Atendimento - DIRAT 29
1.9. Diretoria de Administração - DIRAD 31
1.10. Centro Estratégico de Educação a Distância - CEEAD 32
1.11. Centro Estratégico de Formação Continuada - CEFOR 33
1.12. Gerência de Tecnologia e Informação - GERTI 36
1.13. Gerência do Programa Nacional de Educação Fiscal - GEREF 37
1.14. Ranking das Capacitações nas Unidades da ESAF - Sede 41
1.15. Centro Regional de Treinamento da ESAF – CENTRESAF 42
1.16. CENTRESAF – BAHIA 43
1.17. CENTRESAF – CEARÁ 45
1.18. CENTRESAF – DISTRITO FEDERAL 49
1.19. CENTRESAF – MINAS GERAIS 52
1.20. CENTRESAF – PARÁ 56
1.21. CENTRESAF – PERNAMBUCO 59
1.22. CENTRESAF – PARANÁ 62
1.23. CENTRESAF – RIO DE JANEIRO 66
1.24. CENTRESAF – RIO GRANDE DO SUL 68
1.25. CENTRESAF – SÃO PAULO 70
1.26. Ranking por nº de Capacitações nas Unidades Descentralizadas da ESAF 75
ITENS DO ANEXO II DA DN TCU 119/2012 – NÃO SE APLICAM À ESAF 78
2. QUADROS DA PORTARIA TCU Nº 150/2012, DE 03 DE JULHO DE 2012 - ITEM 1 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012 ..... **82**
Quadro A.1.2 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Consolidado 82
2.1 PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 28/1/2012 ..... **83**
Quadro A.3.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ 83
PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012 ..... **85**
Quadro A.4.1 – Programa de Governo constante do ppa – Temático 85
Quadro A.4.2 – objetivos de programa temático de responsabilidade da uj 85
PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012 ..... **87**
Quadro A.5.2 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios interiores 87
Quadro A.5.3 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência 88
Quadro A.5.4 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios 89
Quadro A.5.8 – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos (SF) 89
PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012 ..... **90**
Quadro A.6.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12 90
Quadro A.6.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro) 91
PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012 ..... **92**
Quadro A.7.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de propriedade da União e Locados de Terceiros 92
PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012 ..... **93**
Quadro A.8.1 – Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada 93
PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012 ..... **95**
Quadro A.9.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis 95
Quadro A.9.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água 96

PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012 97
Quadro A.10.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício 97
Quadro A.10.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI 98
Quadro A.10.6 – declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV 99
PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012 100
Quadro A.11.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada. 100
CONCLUSÃO 101

Figura 1 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA ESAF



APRESENTAÇÃO

Atendendo às diretrizes estabelecidas nas Decisões Normativas nº 119, de 18 de janeiro de 2012 e de nº 121, de 13 de junho de 2012 e consoante a Instrução Normativa nº 63, de 1º de setembro de 2010 do Tribunal de Contas da União – TCU, esta Escola apresenta o seu Relatório de Gestão de 2012. Este relatório contempla os resultados obtidos no período, a partir da observância do Orçamento da União. A Missão Institucional da ESAF é "Desenvolver pessoas para o aperfeiçoamento da gestão das finanças públicas e a promoção da cidadania", tendo como Visão de Futuro "Ser o centro de referência em geração e disseminação do conhecimento e no desenvolvimento integral de pessoas".

A origem da Escola remonta ao ano de 1945, com as primeiras experiências em cursos de aperfeiçoamento do Ministério da Fazenda. Em um processo de desenvolvimento progressivo, foi criado, em 1967, o Centro de Treinamento do Ministério da Fazenda – CETREMFA, que se transformou na Escola de Administração Fazendária – ESAF, por intermédio do Decreto Presidencial nº 73.115 de 8 de novembro de 1973. Inaugurada em 28 de julho de 1975, a sede própria da ESAF passou a contar com um atual complexo educacional de linhas modernas e funcionais para atender aos órgãos da Administração Pública, com prioridade ao Ministério da Fazenda, para a realização de cursos, seminários, simpósios, congressos, reuniões, entre outros eventos de significativa relevância para as políticas públicas, notadamente com ênfase em finanças públicas. Em 6 de agosto de 1975, ocorreu a institucionalização da Escola como Órgão Central de Direção Superior de Atividades Específicas do Ministério da Fazenda; em 1976, foram aprovados seu regimento interno e a regulamentação do Fundo Especial de Treinamento e Desenvolvimento - FUNTREDE, caracterizando-a como um sistema de Educação Permanente e, desde então, tem estado presente na seleção e no desenvolvimento de servidores públicos. Ligada ao Ministério da Fazenda, a ESAF é órgão específico singular de sua estrutura organizacional, consoante Decreto nº 7.696, de 6 de março de 2012. A sede da Escola situa-se em Brasília, Distrito Federal, e é composta pelas seguintes unidades: Diretoria-Geral, duas Diretorias Adjuntas cinco Diretorias, dois Centros Estratégicos duas Gerências de Programas e uma Prefeitura. Integram ainda a estrutura da ESAF dez Centros Regionais de Treinamento – CENTRESAF com jurisdição em todo território nacional, localizados na Capital Federal e em outras nove capitais-sedes de Regiões Fiscais: Belo Horizonte (MG), Belém (PA), Curitiba (PR), Fortaleza (CE), Porto Alegre (RS), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA) e São Paulo (SP), além dos Pólos de João Pessoa (PB) e Manaus (AM).

1. INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão da Escola de Administração Fazendária – ESAF descreve as atividades desenvolvidas pelas Áreas da ESAF, no exercício de 2012; em seguida, presta conta, trazendo as informações solicitadas em tabelas anexas de acordo com as instruções publicadas pelo Tribunal de Contas da União. Este Relatório contempla os atos de gestão praticados pela ESAF durante o exercício de 2012, desde o início do seu detalhamento com a finalidade Institucional, o modelo de atuação para desenvolver as atividades no alcance dos resultados. Dos quadros apresentados, o relatório contemplou apenas aqueles cuja finalidade institucional da ESAF ficou evidente, os demais foram considerados como não aplicáveis à natureza jurídica da Instituição. Os números mostrados nos quadros refletem o desempenho da Esaf-Sede e as suas filiais que estão situadas em dez Estados da federação. O documento foi elaborado de acordo com a Decisão Normativa TCU nº 119 de 18 de janeiro de 2012 e DNT 121, de 13 de junho de 2012, bem como com a Portaria TCU nº 150, de 03 de julho de 2012. As principais dificuldades encontradas para a realização dos objetivos traçados pela ESAF para o exercício de 2012 decorreram da escassez crônica de recursos humanos em face da perda de servidores e da reposição insuficiente, os limites orçamentários também tiveram influência nos resultados alcançados. O Fundo Especial de Treinamento e Desenvolvimento (FUNTREDE) exerceu papel fundamental, viabilizando diversos projetos institucionais, em busca do alcance dos Objetivos Institucionais da ESAF e do Ministério da Fazenda.

1.1. Objetivos Institucionais - O papel da ESAF na execução das Políticas Públicas

Tendo o Ministério da Fazenda a incumbência de promover uma gestão econômica pautada por medidas estruturais que assegurem a sustentabilidade do desenvolvimento, as ações da ESAF estão pautadas para a capacitação e desenvolvimento de pessoas que se inserem no contexto das políticas públicas, realizando institucionalmente a sua missão de promover o aperfeiçoamento da gestão das finanças públicas e a promoção da cidadania. Para tanto, atua no recrutamento, seleção, formação e desenvolvimento de pessoas, buscando promover consciência social e fiscal e propiciar meios para o desempenho eficaz na formulação de políticas que contribuam para o desenvolvimento das administrações públicas. Ao mesmo tempo, desenvolve ações efetivas que contemplem estudos afetos à política tributária brasileira e ao acompanhamento da aplicação dos recursos públicos, de modo a favorecer o exercício da cidadania. Mantendo a continuidade e o aperfeiçoamento de suas ações nos campos da seleção, formação, capacitação e desenvolvimento de servidores públicos, a ESAF ampliou o escopo da sua atuação, utilizando a tecnologia de educação à distância, realizando cursos para outros órgãos da Administração Pública, formulando termos e acordos de cooperação técnica com organismos nacionais e internacionais, promovendo cursos de pós-graduação e concursos nacionais de monografias. Dessa forma, como escola de governo a serviço da sociedade, a ESAF tem buscado, ao longo de sua existência, funcionar como centro de produção e difusão do conhecimento, abertas às mais diversas perspectivas de investigação e debates na área das finanças públicas e capaz, por isso, de refletir, com neutralidade e equilíbrio, os infinitos matizes da realidade e também de propiciar o desenvolvimento profissional do servidor público brasileiro, assumindo como finalidades básicas:

- Planejar, promover e intensificar programas de treinamento sistemático, progressivo e ajustado às necessidades do Ministério nas suas diversas áreas, bem assim os macroprocessos transversais de trabalho inerentes ao Ministério;
- promover a formação e o aperfeiçoamento técnico - profissional dos servidores do Ministério;

- planejar, sistematizar, supervisionar, orientar e controlar o recrutamento e a seleção de pessoal para preenchimento de cargos do Ministério;
- sistematizar, planejar, supervisionar, orientar e controlar o mapeamento de competências e a gestão do conhecimento no âmbito do Ministério;
- planejar e promover pesquisa básica e aplicada, bem assim desenvolver e manter programas de cooperação técnica com organismos nacionais e internacionais sobre matéria de interesse do Ministério;
- planejar e executar cursos, projetos e atividades de recrutamento, seleção e treinamento que venham a ser conveniados com órgãos e entidades da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e com organismos nacionais e internacionais;
- administrar o Fundo Especial de Treinamento e Desenvolvimento - FUNTREDE, de natureza contábil, de que trata o Decreto nº 73.115, de 8 de novembro de 1973; e
- coordenar e executar ações de educação fiscal.

1.2. Execuções de Programas e Ações Governamentais

Quadro 01 - Programas do Ministério da Fazenda e do Planejamento

Código	Descrição do Programa
2038	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública/MP
2039	Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional/MF
2110	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda

Quadro 02 - Ações dos Programas de Governo:

Código	Descrição do Programa
2250	Seleção e Formação de Recursos Humanos em Finanças Públicas e Áreas Afins
6227	Capacitação de Servidores Públicos e Profissionais
20SH	Estudos e Pesquisas em Matéria Fazendária
2000	Administração da Unidade

AÇÃO 2250 – Seleção e Formação de Recursos Humanos em Finanças Públicas e Áreas Afins

Quadro 03 - demonstrativo da Execução Física e Financeira e Indicadores de Eficiência e Eficácia

Exercício 2012

Produto (Unidade) **Subtítulo - Medição**	**Dotação Inicial** **(a)**	**Dotação Atual** **(b)**	**Executado** **(c)**	**Execução** **(%)**
Financeira (R$ 1,00)	3.922.073	34.314.280	3.275.788	9,55
	Meta LOA **(d)**	**Realizado** **(e)**		
Física (candidato selecionado)	8.000	7.940		
Indicadores (%)	**Eficiência – [>100%](b/d)/(c/e)**	**Eficácia [>100%](e/d)**		
	1.039,66	99,25		

Fonte: SIOP/MP

"**Observação:** a baixa execução foi devida ao limite de dotação orçamentária de 3 milhões de reais e da disponibilização do crédito suplementar de 30 milhões apenas em dezembro de 2012."

AÇÃO 6227 – Capacitação de Servidores Públicos e Profissionais

Quadro 04 - demonstrativo da Execução Física e Financeira e Indicadores de Eficiência e Eficácia

Exercício 2012

Produto (Unidade) **Subtítulo - Medição**	**Dotação Inicial** **(a)**	**Dotação Atual** **(b)**	**Executado** **(c)**	**Execução** **(%)**
Financeira (R$ 1,00)	4.970.706	5.467.776	3.709.153	67,84
	Meta LOA **(d)**	**Realizado** **(e)**		
Física (Capacitações)	54.925	101.479		
Indicadores (%)	**Eficiência – [>100%](b/d)/(c/e)**	**Eficácia [>100%](e/d)**		
	272,33	184,75		

Fonte: SIOP/MP

AÇÃO 20SH – Estudos e Pesquisas em Matéria Fazendária

Quadro 05 - demonstrativo da Execução Física e Financeira e Indicadores de Eficiência e Eficácia

Exercício 2012

Produto (Unidade) **Subtítulo - Medição**	**Dotação Inicial** **(a)**	**Dotação Atual** **(b)**	**Executado** **(c)**	**Execução** **(%)**
Financeira (R$ 1,00)	500.000	500.000	138.092	27,62
	Meta LOA **(d)**	**Realizado** **(e)**		
Física (publicação divulgada)	245	278		
Indicadores (%)	**Eficiência – [>100%](b/d)/(c/e)**	**Eficácia [>100%](e/d)**		
	410,85	113,47		

Fonte: SIOP/MP

AÇÃO 2000 – Administração da Unidade

Quadro 07 - demonstrativo da Execução Física e Financeira e Indicadores de Eficiência e Eficácia

Exercício 2012

Produto (Unidade) **Subtítulo - Medição**	**Dotação Inicial** **(a)**	**Dotação Atual** **(b)**	**Executado** **(c)**	**Execução** **(%)**
Financeira (R$ 1,00)	26.916.733	31.897.253	21.004.068	66
Física (Capacitações)	**Meta LOA** **(d)**	**Realizado** **(e)**		
	-	-		
Indicadores (%)	**Eficiência – [>100%](b/d)/(c/e)**	**Eficácia [>100%](e/d)**		
	-	-		

Fonte: SIOP/MP

"**Observação:** a baixa execução foi devida ao limite de dotação orçamentária e da disponibilização do crédito apenas em dezembro de 2012."

1.3. Estratégias de Atuação

A ESAF vem, ao longo de sua existência, organizando e executando atividades de capacitação e desenvolvimento em todo o território nacional, no âmbito da administração direta ou indireta do Serviço Público das três esferas de Governo, municipal, estadual ou federal, ministrando, inclusive, cursos à distância. Os eventos de âmbito nacional são coordenados pela unidade central e as atividades regionais de capacitação e desenvolvimento e de recrutamento e seleção são exercidas pelas diretorias regionais CENTRESAF, que assumem a responsabilidade pela realização de projetos nessas áreas. As oportunidades de capacitação oferecidas pela ESAF inserem-se na Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal – PNDP, instituída pelo Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, que tem entre suas finalidades a melhoria da eficiência e da eficácia dos serviços públicos por meio do desenvolvimento permanente do servidor público; adequação das competências requeridas dos servidores aos objetivos das instituições. Em 2012 uma das principais estratégias de atuação da Escola foi à adoção de Projetos divididos em temáticas vinculadas aos Objetivos Institucionais da ESAF.

Quadro – 08 - Geral das Capacitações realizadas pela Escola de Administração Fazendária – ESAF: SIGEP

ESAF	ÁREA EXECUTORA	CAPACITAÇÃO (Presenciais e a Distância)							
		CURSO DE FORMAÇÃO	CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO	CURSOS DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA	OUTROS CURSOS E TREINAMENTOS	CONGRESSOS, SIMPÓSIOS, PAINEL, FÓRUM	OFICINA (WORKSHOP) E GRUPO DE TRABALHO	TELECONFERÊNCIA E VÍDEOCONFERÊNCIA	TOTAL
ÓRGÃOS CENTRAIS	CECAB								
	CEEAD			32.750	439		5		**33.194**
	CEFOR	260			619		24		**903**
	DIRAD								
	DIRAT				3.360	3.626	1.124		**8.110**
	DIRCO					266			**266**
	DIRED		166		289	130	112		**697**
	DIRES								
	DIRGE								
	GEREF					35			**35**
	GERTI				1.309				**1.309**
	PREFEITURA								
	TOTAL SEDE	**260**	**166**	**32.750**	**6.016**	**4.057**	**1.265**		**44.514**
ÓRGÃOS REGIONAIS	Centresaf – RJ				5.545	1.193	246		6.984
	Centresaf – MG			2.826	7.428	2.214	55		12.523
	Centresaf – BA				1.799	192	65		2.056
	Centresaf – RS				2.855	598	119		3.572
	Centresaf – CE				2.244	1.263	182		3.689
	Centresaf – PA				2.821	1.513	46		4.380
	Centresaf – PE				2.466	2.159	206		4.831
	Centresaf – PR			3.944	3.826	165	15		7.950
	Centresaf – SP				3.216	1.339	122	51	4.728
	Centresaf – DF	157			4.927	905	263		6.252
	TOTAL REGIONAIS	**157**		**6.770**	**37.127**	**11.541**	**1.319**	**51**	**56.965**
TOTAL GERAL		**417**	**166**	**39.520**	**43.143**	**15.598**	**2.584**	**51**	**101.479**

Quadro – 09 - Geral de Outras Participações realizadas pela Escola de Administração Fazendária – ESAF: SIGEP

ESAF	ÁREA EXECUTORA	OUTRAS PARTICIPAÇÕES									
		PROCESSO SELETIVO (CONCURSO PÚBLICO)	CONCURSO DE MONOGRAFIA	CONFERÊNCIA E PALESTRA	EXPOSIÇÃO E FEIRA	PESQUISA EM FINANÇAS PÚBLICAS	REUNIÃO E ENCONTRO	TELECONFERÊNCIA E VIDEOCONFERÊNCIA	CESSÃO DE ESPAÇO E APOIO LOGÍSTICO	OUTROS	TOTAL
ÓRGÃOS CENTRAIS	CECAB										
	CEEAD										6
	CEFOR	52								463	515
	DIRAD									38	38
	DIREC						2.100			829	2.929
	DIRCO			100							100
	DIRED		390						180	365	955
	DIRES										
	DIRGE										
	GEREF						97			701	798
	DITEC						15				15
	PREFEITURA										
	TOTAL SEDE	**52**	**390**	**100**		**20**	**2.218**		**180**	**2.396**	**5.356**
ÓRGÃOS REGIONAIS	Centresaf – RJ			200							200
	Centresaf – MG			823	200		46			150	1.219
	Centresaf – BA			118			205			80	403
	Centresaf – RS			169			208				377
	Centresaf – CE			24			140			14	178
	Centresaf – PA			43						420	463
	Centresaf – PE			79				69			148
	Centresaf – PR			300						74	374
	Centresaf – SP			504			95				599
	Centresaf – DF			371			47				418
	TOTAL REGIONAIS	0		2.631	200		741	69		738	4.379
TOTAL GERAL		**52**	**390**	**2.731**	**200**	**20**	**2.959**	**69**	**180**	**3.134**	**9.735**

OBSERVAÇÃO sobre os Quadros Acima.: Na coluna "Processo Seletivo", o número apresentado refere-se a processo seletivo interno para cargos de dirigentes do MF e não contempla os processos seletivos externos.

A Escola desenvolve, organiza e executa atividades de recrutamento e seleção em todo o território nacional, na Administração direta e indireta do Serviço Público, nas esferas municipal, estadual e federal, por intermédio de suas unidades centrais, de profissionais capacitados para o desempenho da gestão de funções públicas.

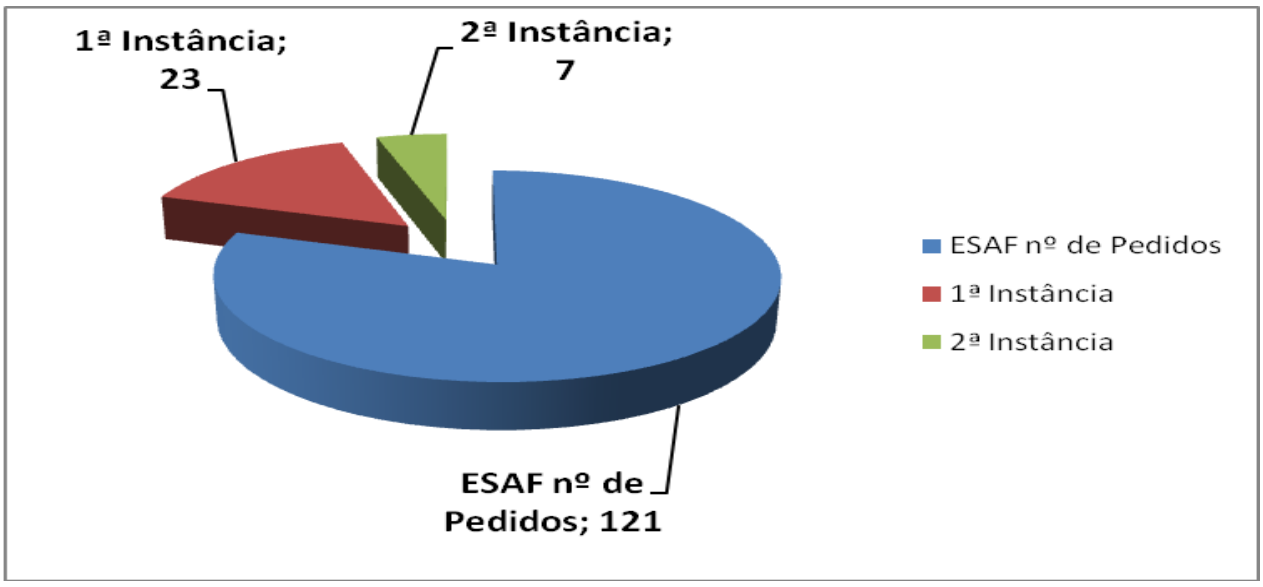
Unidades Centrais correspondentes ao Diretor-Geral, aos Diretores-Adjuntos e as Diretorias, Centros Estratégicos e Gerências.

1.4. Direção-Geral da ESAF - DIRGE

Competem à Direção-Geral da ESAF – DIRGE as atribuições decisórias relativas às finalidades da Escola, cabendo-lhe, em especial, estabelecer o direcionamento estratégico para a instituição, sugerindo a hierarquização e a subordinação das unidades organizacionais. A Direção-Geral estabelece o direcionamento institucional para planejamento, organização, serviços e outras atividades da Escola. Compete-lhe também aprovar programas, definir estratégias de atuação, monitorar a sustentabilidade das ações, cumprir e fazer com que se cumpram as regras e preceitos normativos emanados pelo Ministério da Fazenda e por outros níveis da Administração Pública Federa nos temas que lhe dizem respeito. Dentre os processos supervisionados diretamente pela Direção-Geral encontram-se a gestão do Contencioso de Cursos e Concursos – CONTE, a Comunicação Social e as Áreas de Controle Interno e Ouvidoria. O Conte coordena, orienta e supervisiona atividades relativas à pesquisa e à elaboração de informações que devam ser prestadas em razão de questionamentos sobre cursos e concursos realizados pela ESAF. Além dessas atividades, o Conte pronuncia-se sobre minutas de atos normativos a serem expedidos e sobre procedimentos administrativos disciplinares, submetidos à decisão da DIRGE. Colabora também na redação de minutas de editais de concursos, convênios, acordos e ajustes de uma maneira geral. O processo de Comunicação Social foi reinstaurado na Escola em agosto de 2010 e atua com duas jornalistas. Atualmente é produzido um boletim quinzenal, enviado a todos os servidores do quadro interno, com foco nas necessidades de informação deste público-alvo. A

ESAF mantém o sítio www.esaf.fazenda.gov.br, um dos principais meios de comunicação com todos os públicos de interesse. Em 2010 foi iniciada a reestruturação do sítio, em plataforma tecnológica mais avançada e com nova filosofia de organização do conteúdo, com previsão de substituição do atual em 2012. Ainda no processo de Comunicação Social, a ESAF passou a utilizar-se das redes sociais, com a criação de perfil institucional no Facebook. Para alcançar grupos de público específicos, são utilizadas listas públicas de distribuição de emails para servidores do Ministério da Fazenda e demais ministérios e órgãos. As Áreas de Controle Interno e Ouvidoria estão ligadas ao caráter preventivo e corretivo, nos eventuais desvios em relação aos Objetivos Institucionais, enquanto que a Ouvidoria presta informações a todos os cidadãos pelos canais de comunicação disponíveis no Site do Ministério da Fazenda, através do Sistema Ouvidor e por fim a Lei de Acesso à Informação que é administrada pelo Sistema Comprotdoc em toda área fazendária. Além dessas responsabilidades estas áreas têm por objetivos, prestar todo o apoio à Direção-Geral, as Unidades Centrais e as Descentralizadas, prevalecendo, como instrumento auxiliar na gestão da ESAF.

Gráfico – 01 - demonstrativo dos pedidos à ESAF da SIC – MF em 2012



Fonte: SIC-Comprotdoc

1.5. Diretoria de Recrutamento e Seleção – DIRES

- **Sistematizar, planejar, supervisionar, orientar e controlar o recrutamento e a seleção de pessoal para preenchimento de cargos do Ministério;**

A Escola desenvolve, organiza e executa atividades de recrutamento e seleção, em todo o território nacional, na Administração direta e indireta do Serviço Público, nas esferas municipal, estadual e federal, por intermédio de suas unidades descentralizadas, de profissionais capacitados para o desempenho da gestão de funções públicas. A realização de concursos públicos, seja para o Ministério da Fazenda, seja para instituições conveniadas, constitui-se numa importante atividade para a ESAF, considerando que, a cada concurso realizado, verifica-se o crescimento da confiança que toda a Administração Pública e a população depositam nos serviços da Escola. Ao mesmo tempo, esses serviços vão ganhando em qualidade, uma vez que a ESAF – a par da experiência acumulada durante os mais de trinta anos em que realiza concursos públicos – busca permanentemente novas tecnologias para o desempenho dessas atividades, sem perder de vista a seriedade, o sigilo, a transparência e a respeitabilidade. A ação que alicerçou o trabalho da DIRES em 2012, descrita no Plano Plurianual, circunstanciou-se na AÇÃO: 2250 – Seleção e Formação de Recursos Humanos em Finanças Públicas e Áreas Afins - Recrutamento e Seleção, com o aperfeiçoamento dos procedimentos de recrutamento e seleção ganhou impulso no exercício de 2012 a realização de 11 concursos públicos. Nesse sentido, vale pontuar que a DIRES não tem governabilidade sobre quando e quais órgãos serão autorizados a realizar concursos públicos em determinado exercício, para preenchimento de vagas em seus quadros funcionais. Não se sabe também, "*a priori"*, quais desses órgãos darão preferência à ESAF para realização das seleções autorizadas. Por essas razões, a quantidade de candidatos selecionados é de certa forma aleatória, condicionada às condições físicas e materiais da DIRES em atender as demandas dos órgãos parceiros, bem como da decisão deles em realizar os certames com a Escola. Dessa forma, a DIRES assume sua finalidade básica de recrutar e selecionar pessoas, contribuindo para a modernização das instituições que atuam na área de finanças públicas e propiciando os meios para

a busca permanente da qualidade na gestão das finanças públicas. Com a experiência acumulada ao longo de sua existência e com a possibilidade de rápida mobilização de sua infraestrutura em todo o território nacional - por meio dos Centros Regionais de Treinamento - CENTRESAF, e, nos Estados que não possuem CENTRESAF, das Superintendências de Administração do Ministério da Fazenda – SAMF e, ainda, de unidades da Receita Federal do Brasil - a DIRES vem desempenhando atividades relacionadas a recrutamento e seleção, contando na Sede com força de trabalho composta de equipe com 15 servidores, que detêm vasta experiência na área. Para o desempenho a contento do papel que lhe cabe como Diretoria responsável pelos concursos públicos, tanto para o Ministério da Fazenda como para órgãos da administração pública, nos três níveis de governo, a DIRES procura permanentemente se municiar de recursos humanos, materiais, intelectuais e logísticos para o desempenho de suas funções, que, nos últimos anos, tem se materializado positivamente pelo alto nível de renomados profissionais e especialistas contratados para a consecução dos objetivos inerentes à sua atuação, seja na logística, na execução, na aplicação de provas ou na composição de bancas examinadoras. Após a execução dos concursos públicos, a ESAF, por intermédio do Centro de Formação e Educação Permanente – CEFOR realiza a formação inicial desses candidatos a servidores públicos, selecionados na primeira etapa pela DIRES. A Diretoria, dessa forma, produz os elementos norteadores para a formação inicial e a educação continuada, contribuindo significativamente com a administração pública brasileira ao selecionar o melhor candidato a ocupar função pública.

1.6. Diretoria de Cooperação Técnica – DIRCO

- **desenvolver e manter programas de cooperação técnica com organismos nacionais e internacionais sobre matéria de interesse do Ministério;**

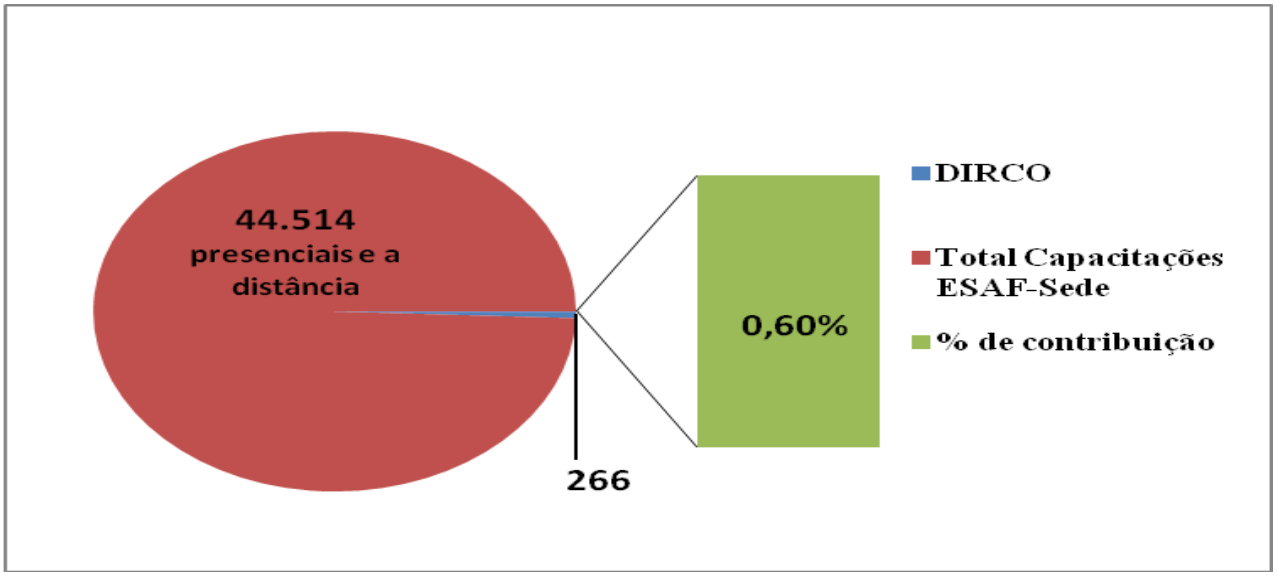
Em 2012 a DIRCO coordenou duas Conferências sobre Tributação e Crescimento Econômico (CIAT, FMI, RFB); Nessas conferências foram discutidos e debatidos temas tais como (Tendências e experiências em Política e Administração Tributária); (Descentralização e

Integração Regional); (Tributação aos Recursos Naturais); (Desigualdade e Tributação de Pessoas de Grande Riqueza e Ingressos). Diálogo USA-BRASIL / Essa conferência teve como objetivo identificar desafios e oportunidades nas quatro áreas prioritárias da transparência fiscal e orçamentária, pontos que possam garantir uma gestão de responsabilidade, implementando mudanças que ofereçam apoio e assegurem desenvolvimento na alocação e implementação de novas metas na administração de impostos, e principalmente na transparência fiscal entre países. "II Seminário Internacional de Educação a Distância para a Rede de Escolas de Governo: A Educação à distância e a Gestão do conhecimento contribuindo para a qualidade do Gasto Público". Objetivo: fomentar o debate sobre a importância da Educação a Distância como instrumento de capacitação e formação continuada dos serviços públicos, assim como sua contribuição para a promoção da qualidade do gasto no setor pública. Fatores que contribuíram: As tecnologias aplicadas em cursos à distância também viabilizaram este desenvolvimento em diversos temas transversais à administração pública fazendária, representando mais de 59% do total de capacitações. Outro fator que contribuiu foi o alinhamento à gestão estratégica do Ministério da Fazenda, por intermédio do Programa de Modernização e Integração do MF - PMIMF, que viabiliza a transversalidade dos temas institucionais. Neste contexto, a ESAF está gerenciando três projetos estratégicos corporativos: Implantação do programa integrado de pesquisas do MF; Estruturação de Programa de Educação para a Melhoria da Eficiência do Gasto Público e um terceiro que é a Ampliação do escopo de atuação do Programa Nacional de Educação Fiscal. Previsão de realização para o próximo ano: Em anexo, planilha com previsão de cursos e ocupação de espaço físico para 2013; Mais a realização de seis semanas orçamentárias; Arranjos de gestão: Ampliação do objetivo institucional para a promoção e desenvolvimento dos profissionais da área pública federal. Pactuações mais relevantes: Memorando de Entendimento - Brasil - Rússia. Entre a Escola de Administração Fazendária - ESAF e Academia Presidencial Russa de Economia Nacional e Administração Pública - RANEPA. Desenvolver ações de cooperação técnica que promovam a capacitação eficiente em técnicas de administração e economia relacionadas ao setor público, para formação de competência de servidores e outros agentes públicos. Acordo de Cooperação entre a ESAF e a Câmara dos Deputados. - Promover a Cidadania e o desenvolvimento dos recursos humanos, entre a Câmara dos Deputados e a Escola de Administração Fazendária – ESAF, por meio de ações educativas voltadas para seus quadros funcionais e para a sociedade em geral. Acordo de cooperação técnica entre o Ministério da Fazenda, representado por sua Escola de Administração Fazendária – ESAF, e o Instituto de

Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea. Cada uma das instituições aplicará sua expertise, visando à implementação de ações conjuntas para realização de estudos e pesquisas sobre temas concernentes a finanças públicas e promoção da cidadania. O acordo prevê também apoio ao Projeto Estratégico Corporativo (PEC) no âmbito do Programa de Modernização Integrado do Ministério da Fazenda (PMIMF), que visa à implementação de uma infraestrutura física, metodológica, computacional e de serviços para o desenvolvimento de estudos e pesquisas de forma integrada. Acordo de Cooperação Técnica entre a Escola de Administração Fazendária – ESAF e a Secretaria de Estado de Administração Pública do Distrito Federal - SEAP-DF. Estabelecer cooperação técnica cientifica e cultural, bem como, o intercâmbio de experiências, informações e tecnologias em Educação, visando à capacitação, ao aperfeiçoamento e à especialização técnica de recursos humanos, além do desenvolvimento institucional e da gestão pública. Acordo de Cooperação Técnica entre Escola de Administração Fazendária – ESAF e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE. Estabelecimento de cooperação técnica cientifica e cultural, bem como, o intercâmbio de experiências, informações e tecnologias em Educação, visando à capacitação, ao aperfeiçoamento e à especialização técnica de recursos humanos, além do desenvolvimento institucional e da gestão pública. Renovação do Acordo de Cooperação Técnica entre a ESAF e Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Estabelecer cooperação técnica para desenvolver ações educacionais, tais como elaboração de cursos e eventos de capacitação, intercâmbio de experiências, informações e tecnologias.

.

Gráfico 02 – Participação da DIRCO nas capacitações presenciais e a distância da ESAF-Sede



Fonte: ESAF-SIGEP

1.7. Diretoria de Educação - DIRED

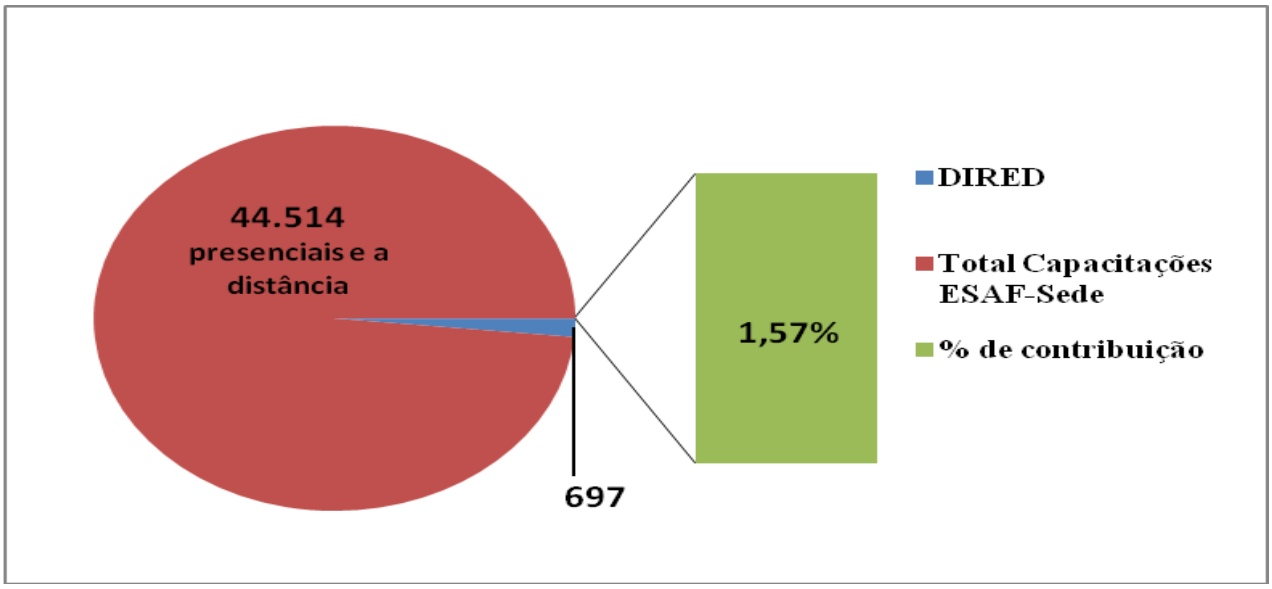
- **Planejar e promover pesquisa básica e aplicada e sistematizar, planejar, supervisionar, a gestão do conhecimento no âmbito do Ministério.**

A DIRED realizou as seguintes atividades em 2012: Desenvolvimento de cursos de pós-graduação (*lato* e *stricto sensu*) nos temas de finanças públicas e áreas correlacionadas, em conformidade às necessidades do Ministério da Fazenda, realizados diretamente pela Diretoria ou mediante parcerias com universidades ou fundações de pesquisa, observada a legislação pertinente; estudos e pesquisas na área de finanças públicas, em assuntos de interesse do Ministério da Fazenda, por meio de grupos de pesquisa e Prêmios de Monografias; administração das atividades da Biblioteca, inclusive quanto à gestão de suas publicações, e administração das atividades da Secretaria Escolar, incluindo a preservação do acervo educacional. Em 2012, a DIRED concluiu a segunda turma dos cursos de especialização em Administração Orçamentário-Financeira e de Direito Tributário, deu continuidade à turma do curso de especialização em Governo Eletrônico. Esses cursos são realizados na sede da ESAF em Brasília, em conformidade com a Portaria MEC nº 520, de 29/04/2008, que conferiu à Escola credenciamento especial para oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu*. Em 2012 houve a continuidade de dois cursos de mestrado profissional (pós-graduação *stricto sensu*), firmados por parceria entre a ESAF e a Universidade de Brasília (UnB), sob a coordenação da DIRED. No ano, com a defesa das dissertações, foi concluída a 6ª turma do Mestrado em Economia do Setor Público. Em 2012 deu-se também o início de novas turmas de Mestrado, a 2ª turma de Mestrado em Administração, com foco em Orçamento Público, e a 7ª turma do Mestrado em Economia do Setor Público. Deu-se continuidade a parceria com a Fundação Getúlio Vargas-FGV para a realização do curso de especialização em Gestão Corporativa voltado para os servidores da Receita Federal. As atividades de estudos e pesquisas da ESAF deram continuidade com a realização dos Prêmios de Monografias, a 3ª edição dos programas de estudos e pesquisas – o Programa de Estudos do Fórum Fiscal dos Estados Brasileiros (FFEB) e o Grupo de Pesquisa em Finanças Públicas. No ano de 2012 foram realizados

seis concursos de monografias: VII Prêmio SEAE de Monografias em Defesa da Concorrência e Regulação Econômica; V Prêmio SOF de Monografias; 11º Prêmio de Criatividade e Inovação da RFB; XVII Prêmio Tesouro Nacional; Concurso Nacional de Monografias Conselheiro Henrique Santillo; e III Prêmio Marechal do Ar Casimiro Montenegro Filho. Com o objetivo de promover, realizar e divulgar estudos sobre temas ligados às finanças públicas e que sejam relevantes para o fortalecimento das relações federativas no Brasil, o programa de estudos do Fórum Fiscal dos Estados Brasileiros - FFEB contou com a participação de técnicos indicados pelas secretarias de fazenda, finanças e tributação dos Estados para a produção do conhecimento em cinco temas: administração tributária, análise do desempenho das receitas estaduais, gestão fiscal/contabilidade aplicada ao Setor Público, sistemas de previdência e qualidade do gasto público. Os temas foram distribuídos em cinco núcleos, cada qual funcionando sob a orientação de um professor especialista selecionado pela DIRED. No Programa de Estudos – Grupo de Pesquisa em Finanças Públicas - GPFP foi realizado estudos sobre os temas: comércio exterior e finanças internacionais; controle de orçamento e qualidade do gasto; simplificação da legislação tributária; orçamento público, gasto público e dívida pública. Os temas foram distribuídos em quatro grupos de estudos, e estes estudos foram realizados por servidores federais ou municipais, sob a coordenação de orientadores com titulação de mestre ou doutor e experiência na linha temática em que atuou. Os trabalhos apresentados no FFEB, no Grupo de Pesquisa em Finanças Públicas e em Prêmios de Monografia geraram a publicação de 6 livros com tiragem total de 5.300 exemplares. A Biblioteca da ESAF é responsável por apoiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pela ESAF, bem como pela gestão das publicações da ESAF, dentre elas o Caderno de Finanças Públicas. A utilização das instalações do acervo e dos serviços da Biblioteca está regulamentada pelas Portarias ESAF nº 96 e 118/2009. A Secretaria Escolar é responsável pela emissão de certificados ou declarações de participação ou aproveitamento em atividades de ensino desenvolvidas pela ESAF, conforme disposto nas Portarias ESAF nº 165/2008 e 108/2009, e também pela preservação do acervo educacional da Escola, devidamente guardado em arquivo no depósito. As principais realizações da Secretaria Escolar em 2012 foram preparação dos Dossiês dos Cursos da Esaf-Sede, a Emissão de Certificados e Declarações, e a validação das Fichas de Informações Curriculares - FIC dos colaboradores da ESAF foi preparada a documentação (cópia dos certificados, folha de frequência, projeto, pedido de certificação e outros) dos 168 cursos registrados; emitidos 9.873 certificados; 947 declarações; gerados 35 livros de registro escolar e

analisada e validada as FIC's dos colaboradores da ESAF, conforme portaria N° 58 de 30/05/2011.

Gráfico 03 – participação da DIRED nas capacitações presenciais e a distância da ESAF-Sede



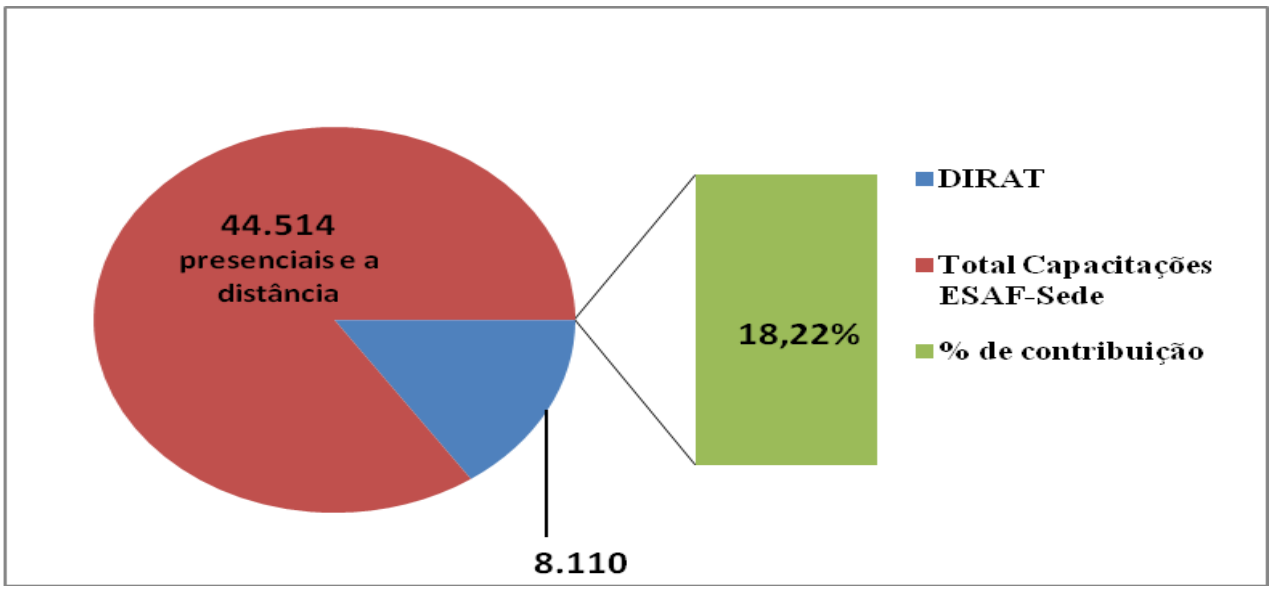
Fonte: ESAF-SIGEP

1.8. Diretoria de Atendimento - DIRAT

A Diretoria de Atendimento e Coordenação de Programas – DIRAT, tem a função precípua de planejar e coordenar programas, bem como executar e supervisionar congressos, seminários e outros cursos realizados na sede da ESAF, realizaram no ano de 2012 – 8.110 capacitações, sendo destas: 3.360 cursos e treinamentos, 3.626 congressos e simpósios e 1.124 oficinas para participantes do Ministério da Fazenda e de outros órgãos como CGU, Presidência da República, MPOG, BID, entre outros. Esse número de participantes inclui as capacitações realizadas pelos CENTRESAF, supervisionadas pela DIRAT. Com relação aos Objetivos Estratégicos, a DIRAT executou cursos abertos, oferecidos para todos os órgãos da administração pública, e fechados, executados para atender demanda específica de órgão-parceiro. Entre os eventos realizados cabe destacar as Semanas Orçamentárias, que tem por objetivo atualizar, aperfeiçoar e gerar conhecimentos relativos aos instrumentos de planejamento, orçamento, administração financeira e

compras no âmbito da Administração Pública Federal, além de propiciar capacitação dos servidores e gestores públicos federais, estaduais e municipais envolvidos com as atividades próprias do ciclo de gestão de recursos públicos. O espaço físico tornou-se fator determinante para que a DIRAT atingisse o seu objetivo em diversas cidades do território nacional. Esse mecanismo estratégico ajudou a Diretoria de Atendimento da ESAF a preparar melhor os seus instrutores, tanto na parte pedagógica como na preparação do material didático. Na qualidade do gasto, pode-se considerar que pratica adotada nos cursos realizados de forma a proporcionar economias substanciais relacionadas, principalmente, com a minimização de deslocamentos de instrutores e redução na impressão de material didático. Para a atividade de instrutora, optou-se pela convocação de servidores em exercício em Brasília, desde que mantidas a qualidade e a experiência, reduzindo, substancialmente, custos com diárias e passagens. A DIRAT contribuiu de forma estratégica para que a Escola alcançasse os seus objetivos, principalmente aqueles que tratam da promoção e a formação dos profissionais do Ministério da Fazenda, além de estender-se para outros órgãos da Administração Pública nas Três esferas de governo.

Gráfico 04 - participação do DIRAT nas capacitações presenciais e a distância da ESAF-Sede



Fonte: ESAF-SIGEP

1.9. Diretoria de Administração - DIRAD

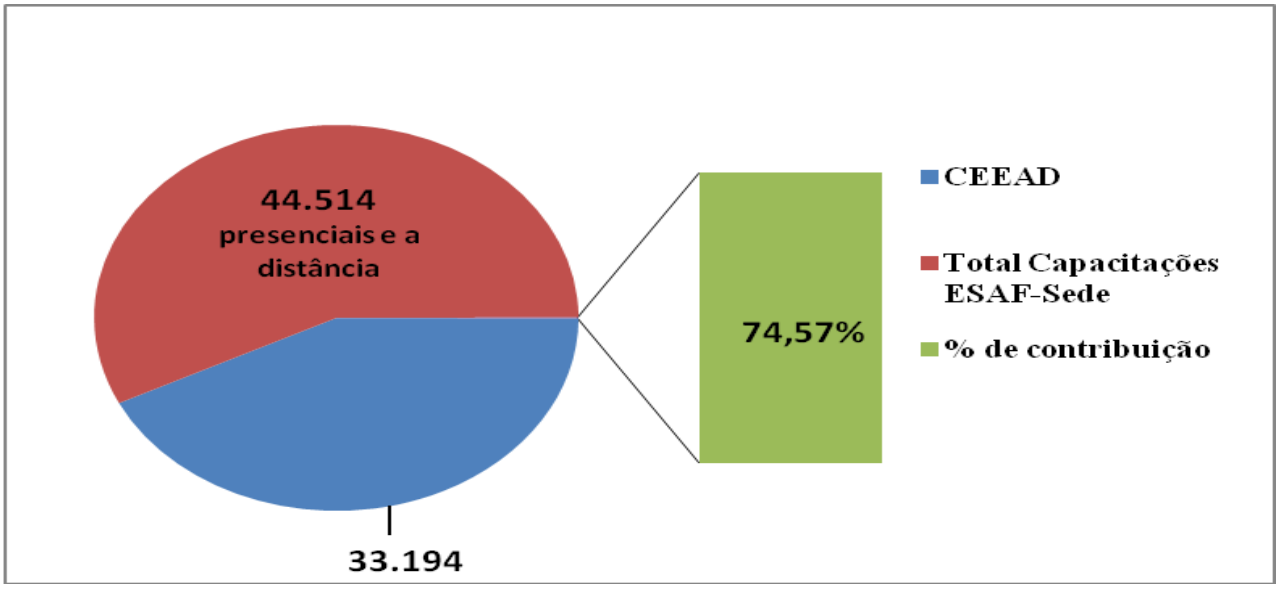
- **administrar o Fundo Especial de Treinamento e Desenvolvimento - FUNTREDE, de natureza contábil, de que trata o Decreto nº 73.115, de 8 de novembro de 1973.**

A Diretoria de Administração - DIRAD segue as políticas, diretrizes, normas e recomendações dos órgãos centrais e setoriais dos Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC, de Serviços Gerais - SISG, de Administração dos Recursos de Informação e Informática - SISP, de Nacional de Arquivos - SINAR, de Administração Financeira Federal e de Contabilidade Federal. À DIRAD incumbe a responsabilidade de dirigir e coordenar a execução das atividades de: 1) administração de pessoal, material, patrimônio e serviços gerais; 2) de programação, execução e controle orçamentário e financeiro, inclusive no que se refere ao FUNTREDE; 3) de serviços de infraestrutura do *campus* da Escola; e 4) de apoio administrativo às unidades centrais e descentralizadas. Também compete à Diretoria realizar aquisições de bens e serviços necessários ao adequado funcionamento Escola, por meio de licitações e compras diretas. A DIRAD contribuiu no exercício de 2012 para que os resultados da ESAF pudessem ser alcançados. O apoio logístico e financeiro foi fator determinante para que todas as áreas da Escola desenvolvessem seus projetos com vistas ao alcance do objetivo maior da instituição. No campo dos recursos humanos, somaram-se ao quadro de servidores novos concursados do cargo de Assistente Técnico Administrativo – ATA nível médio, reforçando a equipe na sua capacidade operacional. Na área de licitações e contratos, em 2012 foram realizados 253 processos de aquisições, entre licitações, dispensas, inexigibilidades e pregões. Por fim, durante o exercício de 2012, a ESAF hospedou 3.685 pessoas, totalizando 13.393 diárias e obteve arrecadação de R$ 515.770,00. Com relação ao exercício anterior, houve um aumento de 155% nas hospedagens, arrecadando-se 113% mais do que 2011. Espera-se que nos exercícios seguintes a DIRAD continue a aprimorar seus processos de trabalho, apoiando a Escola na busca e alcance de seu reconhecimento como centro de referência em gestão das finanças públicas e promoção da cidadania fiscal.

1.10. Centro Estratégico de Educação a Distância - CEEAD

O Centro Estratégico de Educação a Distância - CEEAD realiza capacitação, treinamento e formação permanente de servidores do Ministério da Fazenda e outros órgãos na modalidade à distância. As ações desenvolvidas pelo CEEAD estão alinhadas com o decreto 5.707 de 2006, que prevê no art.2º parágrafo III - os eventos de capacitação nas modalidades presenciais e a distância, aprendizagem em serviço, grupos formais de estudos, intercâmbios, estágios, seminários e congressos, que contribuam para o desenvolvimento do servidor e que atendam aos interesses da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. O planejamento para os investimentos em Programas Educacionais mediados pelas novas tecnologias torna-se imperativo, tendo em vista a busca do cumprimento de metas e alcance dos resultados da ação educacional previstos nas trilhas de capacitação da ESAF. A composição da estrutura curricular dos cursos é organizada privilegiando a aprendizagem flexível que permite o acesso ao conhecimento de um grande número de servidores de forma democrática. Em 2012, o CEEAD ofereceu 73 cursos, nos quais foram inscritos 44.293 participantes, destes 33.194 foram aprovados e receberam certificados. As capacitações contemplaram as diversas áreas de conhecimento relacionadas aos Macroprocessos Fazendários, foram oferecidas em parceria com diversos órgãos do governo, como: RFB, PNUD, SPOA, CGU, PGFN, STN, Secretarias de Fazenda Estaduais, Secretarias de Educação Estaduais, Ministério do Planejamento e Ministério da Educação.

Gráfico 05 – participação do CEEAD nas capacitações presenciais e a distância da ESAF-Sede



Fonte: ESAF-SIGEP

1.11. Centro Estratégico de Formação Continuada - CEFOR

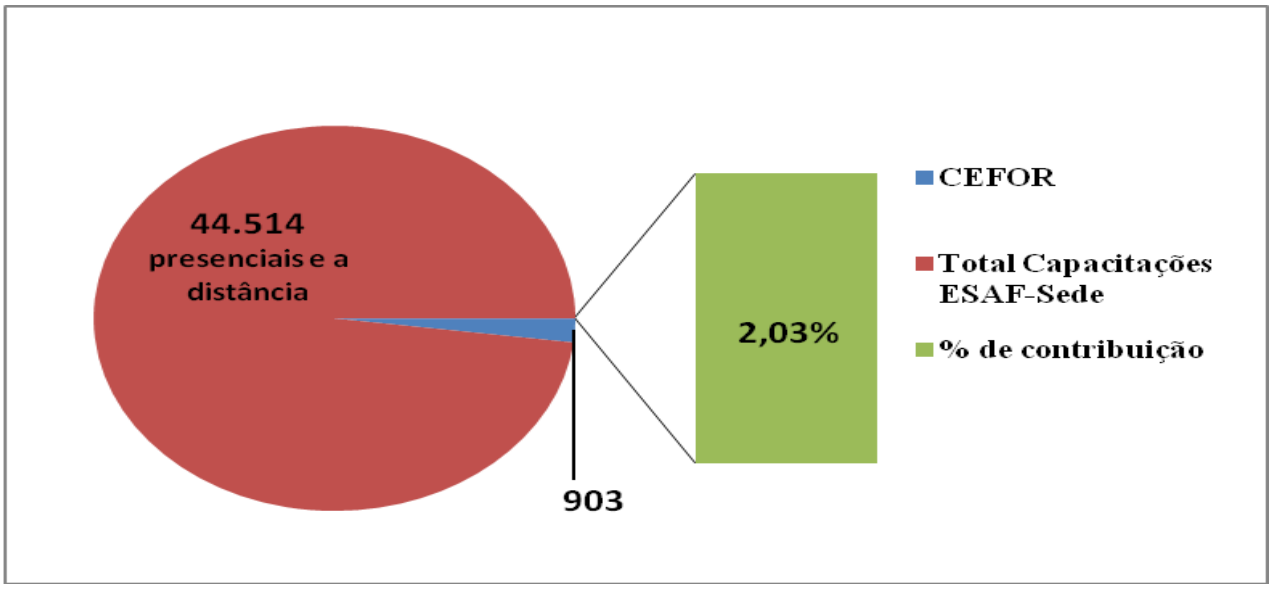
- **planejar e executar cursos, projetos e atividades de recrutamento, seleção e treinamento que venham a ser conveniados com órgãos e entidades da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e com organismos nacionais e internacionais.**

O Centro Estratégico de Formação e Educação Permanente - CEFOR realiza atividades presenciais pertinentes à formação inicial e continuada, bem como ao desenvolvimento de carreiras técnicas (inclusive para fins de promoção funcional) e de dirigentes dos Órgãos e Entidades Públicas demandantes, em especial Órgãos de Fazenda Pública de todas as esferas de governo. A formação inicial pode configurar etapa de concurso público realizado integral ou parcialmente pela ESAF ou curso de ambientação e capacitação de servidores recém-ingressos no

Serviço Público. No ano de 2012, foram realizados eventos para 1.932 (mil novecentos e trinta e dois) participantes, ao custo total de R$ 1.064.629,40 (um milhão, sessenta e quatro mil, seiscentos e vinte e nove reais e quarenta centavos), envolvendo candidatos a cargos da Controladoria-Geral da União – CGU e do Ministério da Indústria, Desenvolvimento e Comércio Exterior, servidores efetivos e em exercício na Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda, Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, no Ministério da Integração Nacional e no Ministério do Turismo. Esse número de participantes inclui as capacitações realizadas, na ESAF - Sede, 1.577 (mil, quinhentos e setenta e sete), e nos CENTRESAF, 355 (trezentos e cinquenta e cinco), sob a supervisão do CEFOR. Após a conclusão da 1ª. Etapa do concurso, o CEFOR realiza a formação inicial (2ª. Etapa do concurso) dos candidatos a servidores públicos, selecionados pela DIRES, em cumprimento de sua finalidade básica de promover a formação inicial de pessoas para a modernização das instituições que atuam na área de finanças públicas. Com a experiência acumulada ao longo de sua existência e com a possibilidade de rápida mobilização da infraestrutura da Escola em todas as regiões do território nacional - por meio dos Centros Regionais de Treinamento – CENTRESAF - o CEFOR vem desempenhando atividades relacionadas a formação inicial e continuada, contando na Sede com força de trabalho composta de equipe de seis servidores, que detêm vasta experiência na área. Para o desempenho a contento do papel que lhe cabe como Centro de Formação responsável pela realização de segunda etapa de concursos públicos, tanto para o Ministério da Fazenda como para órgãos da administração pública, nos três níveis de governo, o CEFOR busca a excelência na utilização dos recursos humanos com alto nível e grande experiência nas disciplinas ministradas, a fim de proporcionar o máximo de aproveitamento aos treinados. O CEFOR, dessa forma, produz os elementos norteadores para a formação inicial e a educação continuada, contribuindo significativamente com a administração pública brasileira ao capacitar melhor o candidato a ocupar função pública. Objetivos Estratégicos - O CEFOR atuou, ao longo do ano, na formação inicial e continuada, mas, entre os cursos realizados em 2012, cabe destacar os Cursos de Formação para preenchimento de cargos na Controladoria-Geral da União e no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. A partir da autorização do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o CEFOR planejou, em parceria com a Diretoria de Educação, e executou os Cursos de Formação para Analista de Finanças e Controle, da CGU - AFC e Analista de Comércio Exterior, do MDIC - ACE. Como etapas de concursos públicos, os Cursos de Formação são direcionados, basicamente,

para propiciar ao candidato um programa de desenvolvimento e integração com o Serviço Público, preparando-o e fornecendo-lhe as ferramentas necessárias para o desempenho das atividades inerentes ao cargo que irá assumir. A composição da estrutura curricular privilegia as áreas de conhecimento, distribuídas nas dimensões humana, institucional e técnico-profissional. Ferramentas utilizadas para atingir o objetivo estratégico - O CEFOR utilizou-se de encontros presenciais para promover o nivelamento pedagógico dos instrutores recrutados para atuar nos cursos de formação para AFC e ACE. A preparação pedagógica dos instrutores e especialistas foi realizada por meio de palestras e seminários, que tiveram como objetivo geral nivelar as informações e padronizar o material instrucional. Dificuldades enfrentadas - A carência de pessoas dificultou em muito a execução dos projetos, mas a equipe se desdobrou e cumpriu com louvor suas tarefas, com o alcance dos objetivos de modo satisfatório. Qualidade do Gasto - Os cursos foram realizados de forma a proporcionar economias substanciais relacionadas, principalmente, com a minimização de deslocamentos de instrutores e redução na impressão de material didático, otimizando, assim, a amplitude do conhecimento com a economia do gasto. Contribuição para a ESAF - Os cursos de formação inicial e continuada contribuíram significativamente para o aprimoramento do servidor público. Entre os cursos realizados em 2012, cabe destacar o Programa de Desenvolvimento Gerencial, realizado para a Secretaria da Receita Federal do Brasil, tratando de “diversos temas, com o objetivo de desenvolver, de forma continuada as competências gerenciais necessárias ao pleno cumprimento da missão da Receita Federal do Brasil, abrangendo as dimensões organizacionais, comportamentais e técnicas do gestor e do potencial gestor”.

Gráfico 06 – participação do CEFOR nas capacitações presenciais e a distância da ESAF-Sede

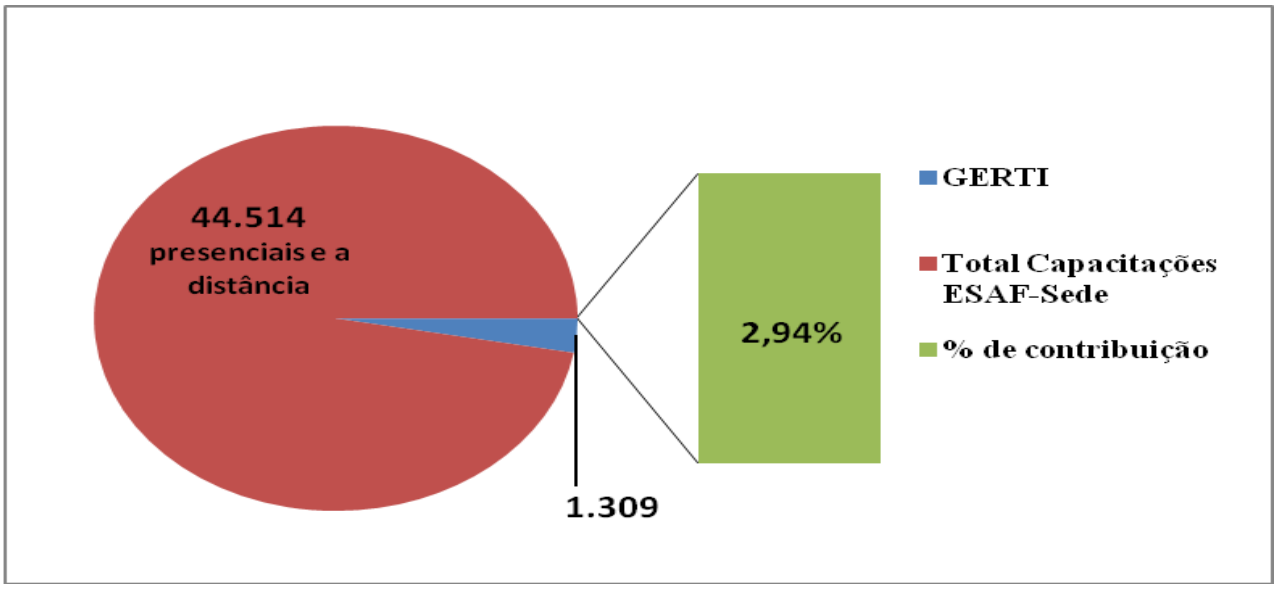


Fonte: ESAF-SIGEP

1.12. Gerência de Tecnologia e Informação - GERTI

Em 2012 a GERTI contou com equipe variando de 15 a 19 pessoas ao longo de todo o exercício, entre funcionários, estagiários, terceirizados e contratos temporários do processo seletivo simplificado. A Gerência aplicou seus recursos no suporte preventivo e corretivo de todo o parque tecnológico da escola, atualizou 100% de todo os micros computadores instalados nas áreas administrativas e laboratórios de informática, atendeu a todos os eventos realizados na ESAF-Sede com instalação de equipamentos e softwares nos laboratórios e salas de aula, instalamos e operamos todos os equipamentos de multimeios, e realizamos todo o suporte a rede instalada na ESAF-Sede e Regionais. Realizamos 197 manutenções corretivas com substituições de peças, e atingimos 4.270 atendimentos de âmbito geral. Foram treinadas 1.309 servidores em diversos cursos da área de informática. Foram homologados até o 17º. Cenário do sistema SISCON (sistema de concursos), e realizada una revisão do PDTI - Plano Diretor de Tecnologia e Informação da ESAF durante o exercício. Foi também iniciada a produção da nova página da ESAF na internet com previsão de entrada no ar em março de 2013.

Gráfico 07 – participação da GERTI nas capacitações presenciais e a distância da ESAF-Sede



Fonte: ESAF-SIGEP

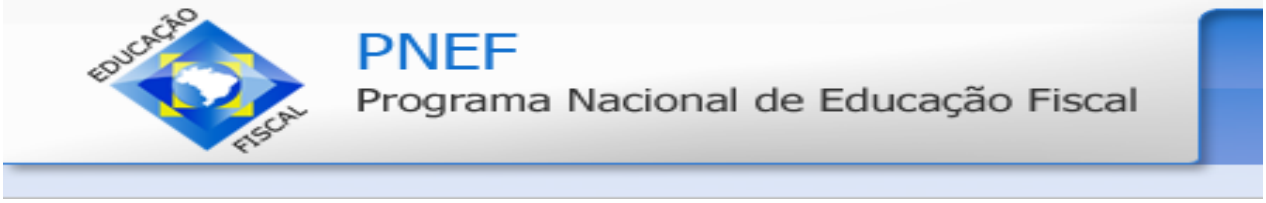
1.13. Gerência do Programa Nacional de Educação Fiscal - GEREF

- **Coordenar e executar ações de educação fiscal.**

O Programa Nacional de Educação Fiscal (PNEF) tem por missão "compartilhar conhecimentos e interagir com a sociedade sobre a origem, aplicação e controle dos recursos públicos, favorecendo a participação social". O Programa encontra-se estruturado nos três níveis de governo e tem sua gestão a cargo dos Grupos de Educação Fiscal nacional - GEF, estaduais e municipais, sob a coordenação da ESAF. Assim, por sua abrangência e capilaridade, o Programa é um poderoso instrumento para o alcance dos objetivos estratégicos da Escola, em especial, o de promover a cidadania fiscal. Para isso, a ESAF tem atuado na busca do diálogo e da cooperação entre as diferentes instituições que integram o GEF com o objetivo de fortalecer a gestão do Programa. Na última década o PNEF focou suas ações nas escolas de ensino fundamental e médio, com o objetivo de atuar na qualificação dos professores da educação básica, preparando-os para ministrarem conteúdos de cidadania fiscal essenciais à formação das novas gerações, mas que

historicamente não faziam parte do currículo escolar. Esse é um objetivo permanente que deve ser fortalecido. No entanto, a ação do Programa precisa ser mais abrangente. Servidores públicos, universitários e a sociedade organizada, em especial os conselheiros de políticas públicas e lideranças comunitárias, passam agora a serem vistos com a mesma prioridade e sob uma nova perspectiva que alcance a temática da qualidade do gasto público. O principal produto do programa continua sendo o curso a distância Disseminadores em Educação Fiscal - DEF. Em 2012, foram capacitados 16.607 alunos e só foi possível graças à gestão descentralizada, que conta com uma forte e crescente parceria com Estados e Municípios. Assim, o curso alcançou-se a marca de 104.000 disseminadores formados em EaD nos nove anos de existência, o que representa uma relevante contribuição da Escola para cumprir sua missão, otimizando a aplicação dos recursos públicos. A meta para os próximos anos é descentralizar ainda mais a gestão do curso contando, para isso, com a participação crescente dos Centros Regionais da ESAF. Ainda no âmbito da Educação a Distância iniciou-se a revisão e atualização dos cadernos pedagógicos do DEF com vistas à sua 5ª edição, cuja conclusão está prevista para o mês de julho de 2013. Também se encontra em andamento o projeto de produção de material didático voltado para o público universitário. Dada a relevância do Programa para a Escola, a Educação Fiscal passou a compor em 2012 a lista dos Projetos Estratégicos Corporativos - PEC da ESAF, no âmbito do Programa de Modernização Integrada do Ministério da Fazenda – PMINF. Para 2013, a Secretaria Geral do Ministério da Fazenda deverá focar as ações do PMINF na consolidação dos processos de planejamento estratégico, gestão de projetos e de gestão de portfólio das PEC. Nesse sentido, esta GEREF vem promovendo, desde o final de 2012, uma série de oficinas visando a revisão do Planejamento Estratégico do Programa. Firmou-se um Acordo de Cooperação Técnica com o INSS que tem por objetivo adaptar o Sistema de Monitoramento e Avaliação do Programa de Educação Previdenciária – PEP para o PNEF. Realizou-se, com expressiva participação e grande êxito, o 1º Prêmio Nacional de Educação Fiscal, evento promovido pela Febrafite – Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais em parceria com a ESAF. Concorreram ao prêmio 217 projetos de 21 estados brasileiros, dos quais foram selecionados 10 finalistas e premiados os três primeiros colocados, a saber: 1º lugar – Programa Municipal de Educação Fiscal de Santa Maria – RS; 2º lugar – Sociedade Eticamente Responsável – Maringá - PR e 3º lugar – Educação Fiscal Exercício da Cidadania - Montenegro – RS. No âmbito internacional a ESAF passou a integrar, como sócia operativa, o Programa EUROsociAL, em sua vertente Fiscalidade, resultado da cooperação entre a União Europeia e os países de nossa região,

tendo por objetivo desenvolver ações que concorram para a promoção da coesão social na América Latina. Foram traçadas ações estratégicas de cooperação que resultarão, já em 2013, na realização de visitas técnicas entre os países da região que desenvolvem Programas de Educação Fiscal ou Tributária, realização de Seminários e oficinas de trabalho, desenvolvimento de novos cursos e materiais didáticos de interesse comum e compartilhamento dos já existentes.



Quadros demonstrativo das Ações Desenvolvidas pelo Programa

Programa 2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública

AÇÃO 10F0 – Sistema do Programa Nacional de Educação Fiscal

Quadro 10 - demonstrativo da Execução Física e Financeira e Indicadores de Eficiência e Eficácia

Exercício 2012

Produto (Unidade) **Subtítulo - Medição**	**Dotação Inicial** **(a)**	**Dotação Atual** **(b)**	**Executado** **(c)**	**Execução** **(%)**
Financeira (R$ 1,00)	87.000	69.900	-	-
Física (avaliação realizada)	**Meta LOA** **(d)**	**Realizado** **(e)**		
	29	26		
Indicadores (%)	**Eficiência – [>100%](b/d)/(c/e)**	**Eficácia [>100%](e/d)**		
	-	89,66		

Fonte: SIOP/MP

Obs: A dotação atual é menor que a dotação inicial tendo em vista ter sido utilizada como fonte compensatória na solicitação de créditos suplementares.

AÇÃO 6267 – Produção de Material para Disseminadores da Educação Fiscal

Quadro 11 - demonstrativo da Execução Física e Financeira e Indicadores de Eficiência e Eficácia

Exercício 2012

Produto (Unidade) **Subtítulo - Medição**	**Dotação Inicial** **(a)**	**Dotação Atual** **(b)**	**Executado** **(c)**	**Execução** **(%)**
Financeira (R$ 1,00)	164.857	182.257	68.425	37,54
	Meta LOA **(d)**	**Realizado** **(e)**		
Física (Capacitações)	20.000	43.000		
Indicadores (%)	**Eficiência – [>100%](b/d)/(c/e)**	**Eficácia [>100%](e/d)**		
	572,67	215,00		

Fonte: SIOP/MP

AÇÃO 6268 – Formação de Disseminadores da Educação Fiscal

Quadro 12 - demonstrativo da Execução Física e Financeira e Indicadores de Eficiência e Eficácia

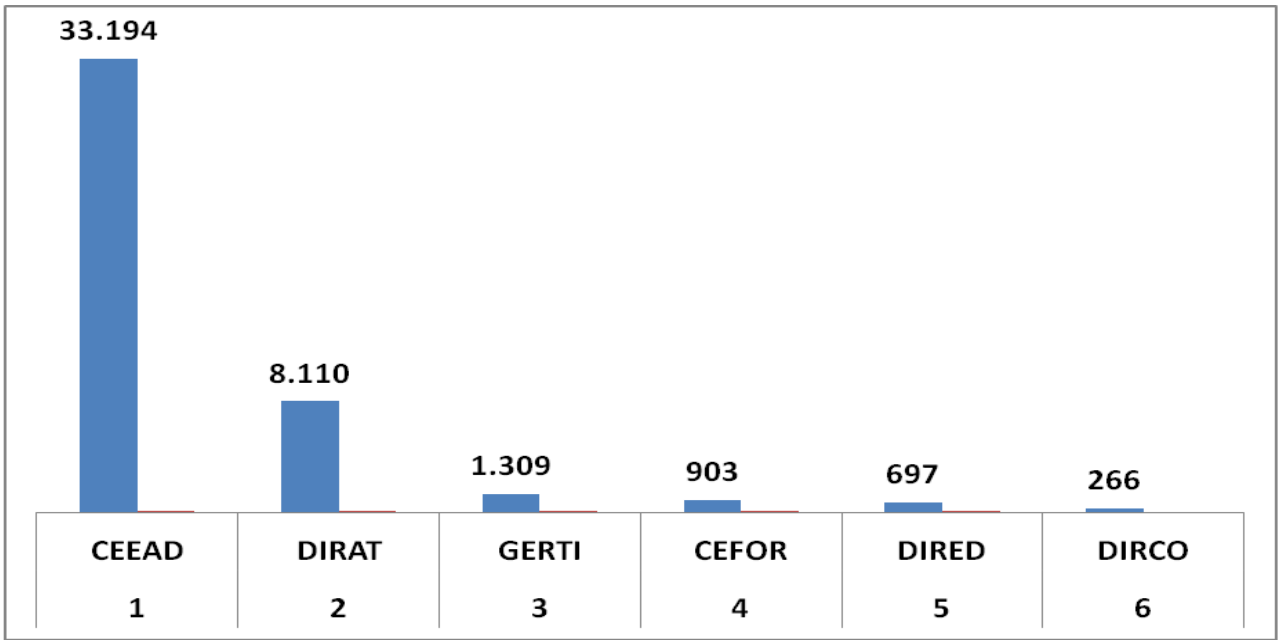
Exercício 2012

Produto (Unidade) **Subtítulo - Medição**	**Dotação Inicial** **(a)**	**Dotação Atual** **(b)**	**Executado** **(c)**	**Execução** **(%)**
Financeira (R$ 1,00)	131.142	131.142	130,675	99,64
	Meta LOA **(d)**	**Realizado** **(e)**		
Física (Capacitações)	20.000	17.045		
Indicadores (%)	**Eficiência – [>100%](b/d)/(c/e)**	**Eficácia [>100%](e/d)**		
	85.53	85,22		

Fonte: SIOP/MP

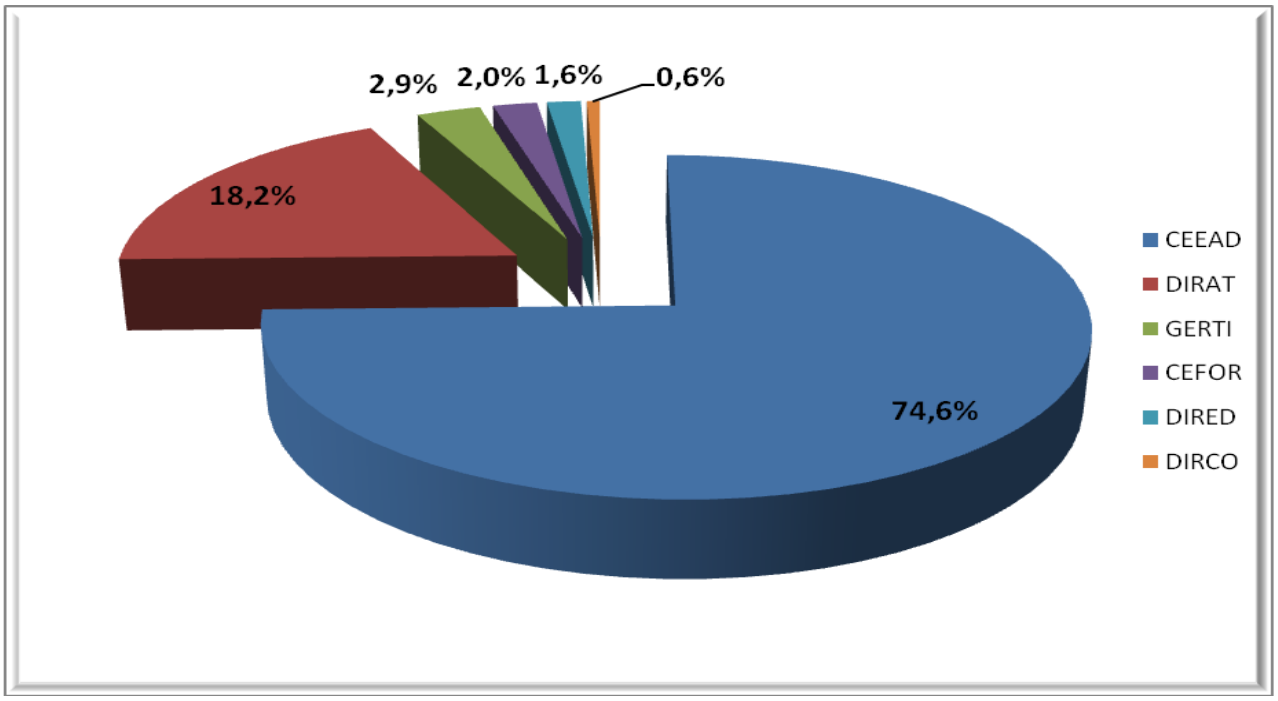
1.14. Ranking das Capacitações nas Unidades da ESAF - Sede

Gráfico 8 – demonstrativo de participação das Unidades nas capacitações presenciais e a distância em 2012



Fonte: ESAF\SIGEP

Gráfico 9 – percentual de participação das Unidades nas capacitações presenciais e a distância em (%)



Fonte: ESAF\SIGEP

1.15. Centro Regional de Treinamento da ESAF – CENTRESAF

A Escola desenvolve, organiza e executa atividades de recrutamento e seleção em todo o território nacional, na Administração direta e indireta do Serviço Público, nas esferas municipal, estadual e federal, por intermédio de suas unidades descentralizadas, de profissionais capacitados para o desempenho da gestão de funções públicas. As Unidades Regionais descentralizadas no âmbito de suas respectivas jurisdições competem: planejar, executar, controlar e avaliar as atividades de administração, capacitação, recrutamento e seleção de pessoal, de acordo com as orientações da ESAF - Sede; promover eventos que possibilitem a integração dos servidores da Regional e da comunidade fazendária; propor ações que possibilitem melhor desempenho das equipes da Regional; atender às demandas da ESAF - Sede, participando ativamente das diversas etapas relacionadas com o planejamento e com a concepção dos programas educacionais de responsabilidade da ESAF; e planejar e executar as atividades orçamentárias, financeiras e patrimoniais na condição de unidade gestora.

CENTROS REGIONAIS DE TREINAMENTOS DA ESAF – **CENTRESAF** NOS ESTADOS

1- ESTADO DA BAHIA
2- ESTADO DO CEARÁ
3- DISTRITO FEDERAL
4- ESTADO DE MINAS GERAIS
5- ESTADO DO PARÁ
6- ESTADO DO PARANÁ
7- ESTADO DE PERNAMBUCO
8- ESTADO DO RIO DE JANEIRO
9- ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
10- ESTADO DE SÃO PAULO

1.16. CENTRESAF – BAHIA

O CENTRESAF-BA contribuiu para atingir a finalidade institucional da Escola no exercício de 2012 (Decreto 7.696/2012), com o desenvolvimento de programas de treinamento para servidores públicos, com aperfeiçoamento técnico-profissional do Ministério da Fazenda, com o aprimoramento do processo de recrutamento e seleção, apoiando à implementação do PNEF e no fortalecimento das parcerias com termos de cooperação nacional. Ao longo de 2012 a atuação do CENTRESA-BA priorizou o fortalecimento do seu quadro de pessoal, com a requisição de dois novos servidores advindos da Universidade Federal da Bahia, ampliação do número de capacitações realizadas (avanço de 32% em relação ao ano de 2011), por meio da ampliação das parcerias institucionais e cooperação técnica, a exemplo do termo pactuado com o IFBA (com estimativa de capacitar mais de 1.000 servidores ao longo de 2013), dos eventos de qualidade do gasto público, Seminário de EAD e da promoção de cursos abertos, com a criação de área específica para este formato de evento, reuniões e evento na área de Educação Fiscal, realização de concursos públicos (execução de certames que totalizaram cerca de 12.000 inscritos), investimento em bens permanentes e instalações (compra de mobiliário para melhoria da ergonomia e saúde dos servidores, aquisição de aparelhos de ar-condicionado e troca de forro, com objetivo de modernizar as instalações e atender às necessidades dos clientes), desdobramento do setor de finanças em duas áreas: administrativa e financeira, otimizando as atividades, além da melhoria dos processos, com uniformização dos mesmos, por meio de aplicação de novos procedimentos (a exemplo dos processos de dispensa), check-lists, formulários de padronização (formulário de solicitação de eventos / programa geral de trabalho), fluxogramas, etc.

Quadro 13 - demonstrativo da Execução Física e Financeira e Grau de Satisfação do Aluno e órgão Contratante - CENTRESAF – BA - Exercício 2012

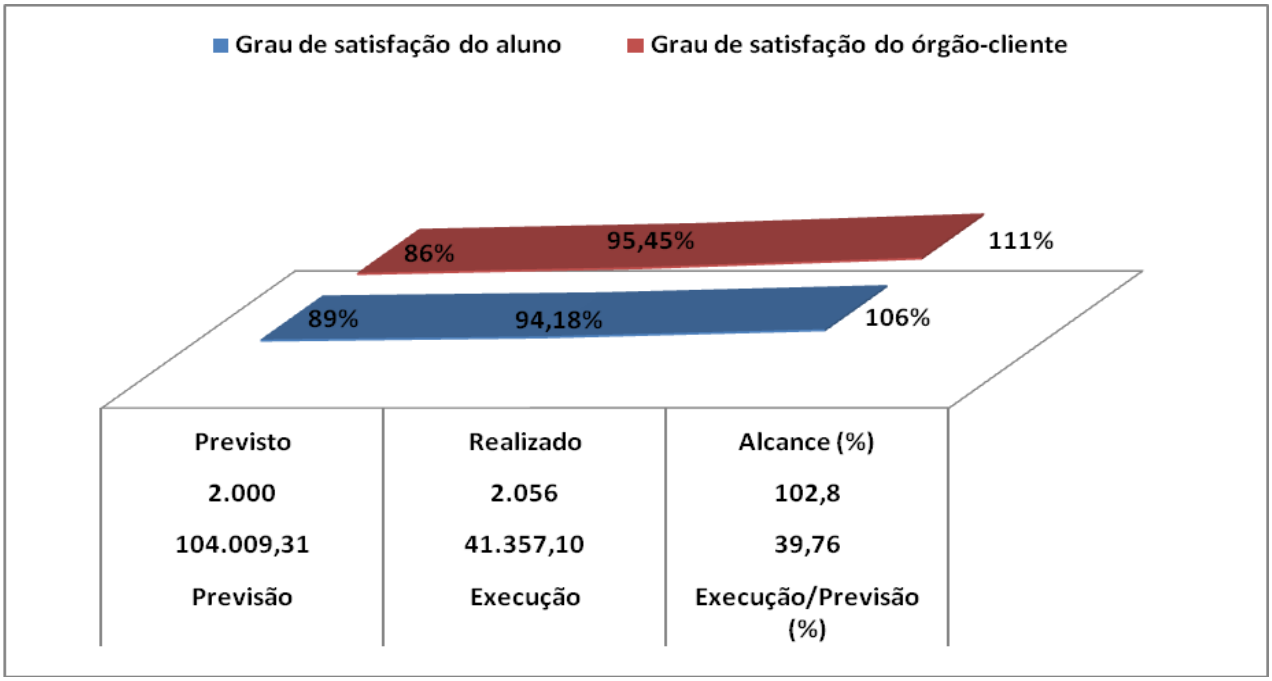
Projetos de Capacitação	Previsão	Execução	Execução/Previsão (%)
Financeira (R$ 1,00)	104.009,31	41.357,10	39,76
Física (Capacitações)	2.000	2.056	102,80
Indicadores	**Previsto**	**Realizado**	**Alcance (%)**
Grau de satisfação do aluno	89%	94,18%	105,82%
Grau de satisfação do órgão-cliente	86%	95,45%	110,99%

Fonte: ESAF/SIGEP

Quadro 14 - demonstrativo do valor aplicado por aluno capacitado – CENTRESAF - BA

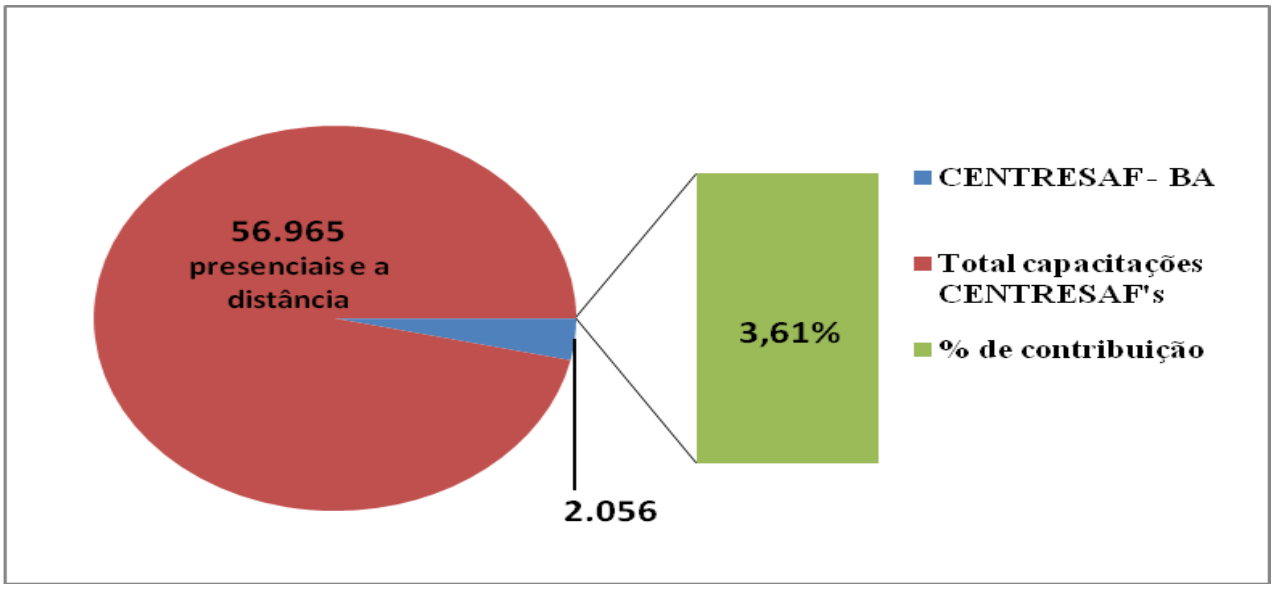
Nº de Alunos capacitados	Valor Executado com Recursos de Projetos de Capacitação	Valor aplicado p/ aluno capacitado (R$)
2.056	**41.357,10**	**20,11**

Gráfico 10 – demonstrativo da Execução Física e Financeira e Grau de Satisfação do Aluno e órgão Contratante – CENTRESAF - BA



FONTE: ESAF\SIGEP

Gráfico 11 – participação do CENTRESAF – BA no total das capacitações dos CENTRESAF's



Fonte: ESAF/SIGEP

1.17. CENTRESAF – CEARÁ

O Relatório de Gestão do CENTRESAF-CE tem como objetivo apresentar o resultado do desempenho operacional no exercício de 2012, a Direção-Geral da ESAF, e registrar os fatores que contribuíram para o cumprimento de sua programação, bem como os fatores dificultadores durante o processo. O CENTRESAF continuou os estudos e pesquisas relacionados aos cursos de pós-graduação tendo em vista a proposta de realização de dois eventos em 2013; a realização de ciclos de debates voltados para finanças públicas; aplicação de provas para processo seletivo; planejamento e execução de eventos de capacitação em conjunto com órgãos parceiros, sempre com a preocupação de capacitar os servidores em consonância com as Trilhas de Capacitação definidas na política de capacitação do governo federal, com eventos nas áreas Técnico-Operacional, Comportamental e Gerencial, alinhados aos objetivos estratégicos da Escola. Vale destacar a realização de dois grandes eventos: IX Semana Orçamentária destinada à Região Nordeste com 618 participantes e o I Congresso Internacional de Educação Fiscal - CIEF 2012: Para além da Arrecadação, com 380 congressistas, em parceria com a ABRASF/Sefin-PMF. Este

evento contou com palestrantes internacionais e nacionais que possibilitou uma reflexão e troca de experiências no âmbito da cidadania. Esta unidade se fez presente em todas as fases do evento, desde a sua concepção, planejamento, execução e avaliação, contando também com a participação do Diretor-Geral da ESAF com palestra e o gerente do PNEF apresentando a experiência de Educação Fiscal no Brasil. Foi um evento marcante para o Programa de Educação Fiscal no Ceará e encerrou suas atividades com a entrega do V Premio Sefin de Educação Fiscal, nas diversas categorias. Em 2012 foi autorizada a promoção de eventos na modalidade a distância, ficando sob a responsabilidade deste centro a mobilização e acompanhamento de eventos. Destaca-se na EAD a realização do II Seminário Internacional de Educação a Distancia para Rede de Escolas de Governo considerado um sucesso pelos temas apresentados nas palestras e as oficinas realizadas. Nesta atividade contou-se com a parceria das Escolas de Governo no Ceará e Universidade Federal do Ceará nas fases de planejamento, divulgação, execução com Instrutores e professores para as oficinas. O CENTRESAF tem dispensado atenção às ações voltadas para Sustentabilidade e Meio Ambiente. Neste ano realizou dois eventos em parceria com a PFN e UFC totalizando 190 participações. Também participa da Agenda Ambiental na Administração Pública no MF (A3P) participando das seguintes atividades: - Lançamento da Agenda Ambiental da Administração Pública do Ministério da Fazenda – A3P-MF/CE com apresentação da A3P e palestra sobre Farmácia Viva; -1º Fórum da A3P – Região Nordeste – realizado em Fortaleza, na sede do Banco do Nordeste, como preparação para o 7º Fórum Nacional em novembro/2012, em Brasília; - II Fórum de Tributação Ambiental: Debates Contemporâneos: fisco e meio ambiente, na parceria PFN e Universidade Federal do Ceará (UFC) e; - Natal ecológico do Ministério da Fazenda com distribuição de 1.500 mudas de plantas ornamentais e frutíferas. Como experiência de sucesso nacional, o Grupo de Desenvolvimento do Servidor Fazendário (GDFAZ) - com referência a parceria em nível nacional, teve continuidade o apoio da ESAF. O CENTRESAF colabora na facilitação do Grupo nas reuniões nacionais, sendo três ao ano. PNEF/ESAF - colaboração no processo de facilitação da 50ª Reunião Nacional do GEF, em novembro, em Fortaleza, oportunidade de conhecer melhor as ações do PNEF; Semana Orçamentária – colaboração desta unidade através da servidora Maria Margarida de Souza na Coordenação da IX Semana Orçamentária em Belém-PA, em agosto de 2012. Concurso Público – Apoio deste Centro disponibilizando a servidora Maria Delma Pinheiro Lessa para colaborar na equipe de coordenação do Concurso Público para ATA em São Paulo. Considera-se o desempenho do CENTRESAF-CE satisfatório, apesar das dificuldades com a redução de recursos para a

realização dos eventos de capacitação, em função das medidas restritivas assumidas pelo Governo Federal em 2011/2012; dois servidores com licença médica por período longo e aposentadoria de outro servidor. Observando o quadro de capacitação dos servidores percebe-se um número alto de capacitação, por iniciativa própria e apoio da atual gestão, para obter melhores resultados na realização de seu trabalho no dia a dia, fortalecendo, dessa forma, a imagem institucional da Escola. Os eventos de capacitação foram na modalidade presencial e EAD com carga horária significativa por servidor, totalizando 4.546h/a em 139 eventos. Isto demonstra o interesse em atualizar-se e capacitar-se para um melhor atendimento das demandas da ESAF e do CENTRESAF-CE. Foram previstos alguns eventos de capacitação interna, mas não executadas na sua totalidade; porém os servidores não se acomodaram, buscaram outras fontes de capacitação. É necessário manter a equipe atualizada, capacitada e motivada para garantir a qualidade do trabalho da instituição, de forma prazerosa.

Quadro 15 - demonstrativo da Execução Física e Financeira e Grau de Satisfação do Aluno e órgão Contratante - CENTRESAF – CE - Exercício 2012

Projetos de Capacitação	**Previsão**	**Execução**	**Execução/Previsão (%)**
Financeira (R$ 1,00)	98.253,79	53.991,60	54,95
Física (Capacitações)	2.500	3.689	147,56
Indicadores	**Previsto**	**Realizado**	**Alcance (%)**
Grau de satisfação do aluno	90,0	96,28%	106,97
Grau de satisfação do órgão-cliente	90,0	99,40%	110,44

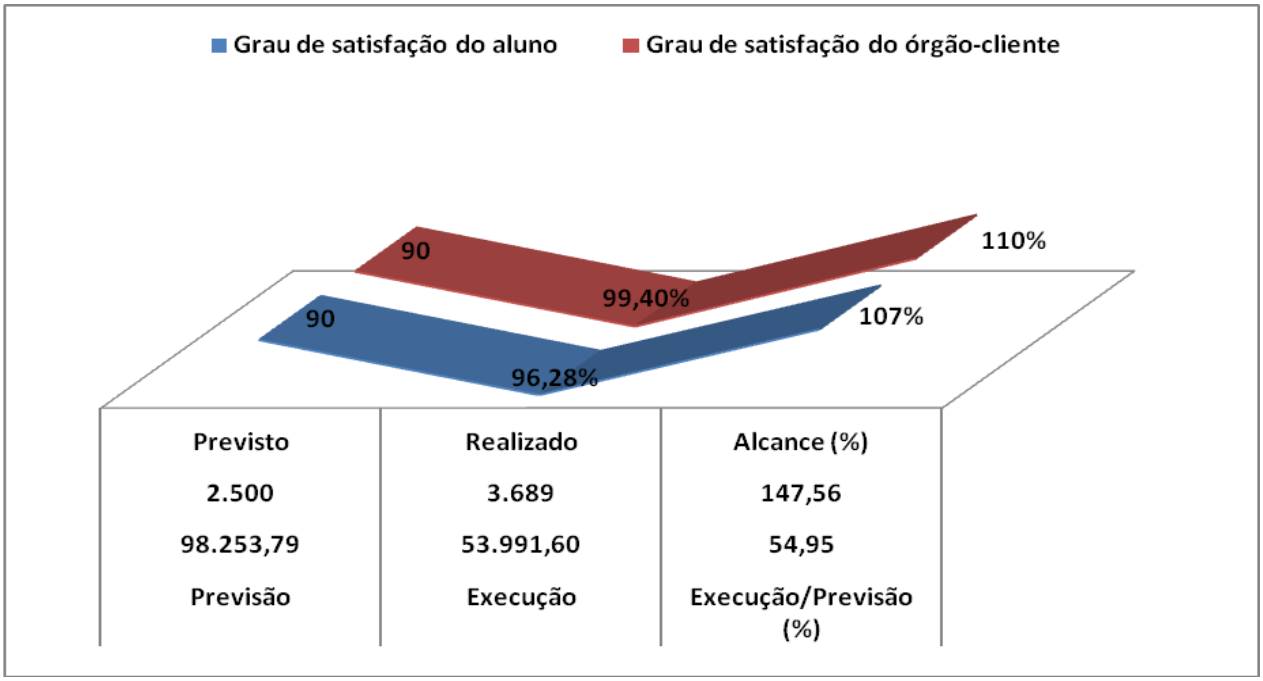
Fonte: SIGEP/ESAF

Quadro 16 - demonstrativo do valor aplicado por aluno capacitado – CENTRESAF - CE

Nº de Alunos capacitados	**Valor Executado com Recursos de Projetos de Capacitação**	**Valor aplicado p/ aluno capacitado (R$)**
3.689	**53.991,60**	**14,63**

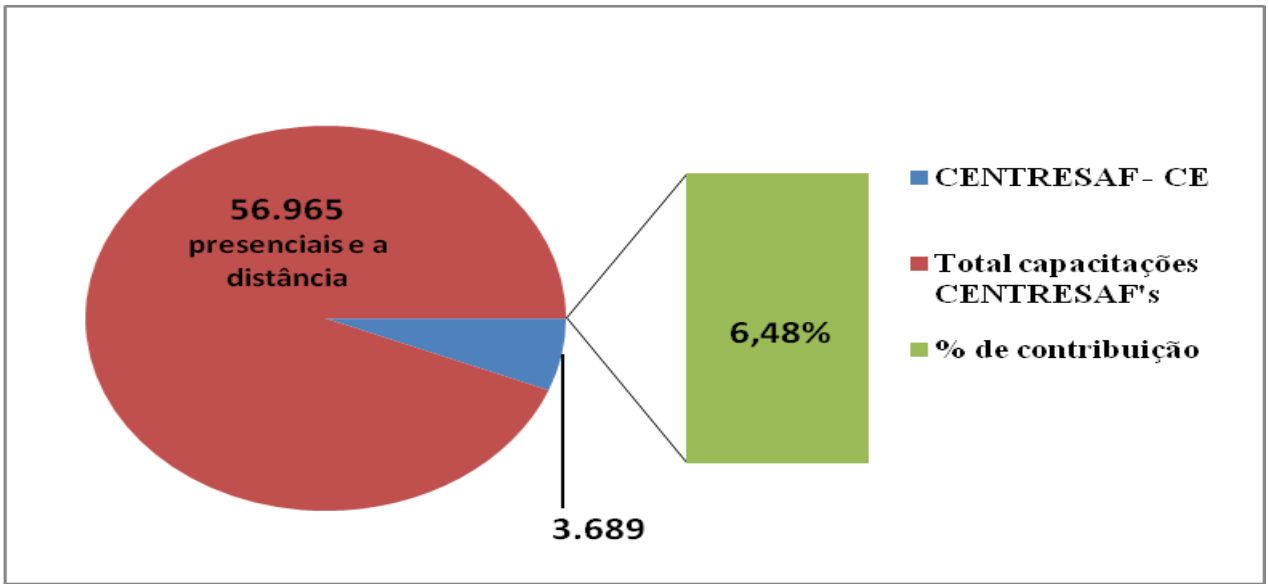
Fonte: SIGEP/ESAF

Gráfico 12 - demonstrativo da Execução Física e Financeira e Grau de Satisfação do Aluno e órgão Contratante – CENTRESAF - CE



Fonte: ESAF\SIGEP

Gráfico 13 – participação do CENTRESAF-CE no total das capacitações dos CENTRESAF's



Fonte: ESAF\SIGEP

1.18. CENTRESAF – DISTRITO FEDERAL

O CENTRESAF-DF tem como principais processos de trabalho a execução de cursos demandados pelos órgãos do Ministério da Fazenda, pelos órgãos do poder executivo da administração direta e indireta que celebrem Termo de Descentralização de Recursos Financeiros e Orçamentários, por meio de contratos firmados entre as partes, e a execução de concursos públicos demandados pela Diretoria de Recrutamento e Seleção da ESAF. É responsável, também, pela disseminação de informações organizacionais, com a finalidade de compartilhar conhecimentos em prol do desenvolvimento institucional, bem como pela coordenação, em parceria com as demais Diretorias da ESAF, de todos os projetos programados pela Direção-Geral. Ao longo de 2012 a atuação do CENTRESAF-DF priorizou estudos relacionados às atividades de implementação dos Termos de Descentralização com os seguintes órgãos da Administração direta, conforme prevê o Decreto 6170/2007, regulamentado pela Portaria Interministerial nº 127 de 29/05/2008: Ministério da Educação, Agência Nacional de Transporte Terrestre, Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio, Ministério da Saúde e Presidência da República. Ademais, foram iniciadas as tratativas para celebração e ou renovação de termos com o Ministério da Integração Nacional, Presidência da República, FUNASA, Imprensa Nacional, IBAMA, IFB, Ministério das Comunicações, Ministério da Cultura, Ministério do Planejamento, ANA, CONAB, DNPM, DPU, PREVIC-DF, Ministério da Defesa, Ministério da Justiça, Universidade Federal de Goiás, Escola do Tribunal de Justiça do Mato Grosso, Supremo Tribunal Federal e Escola de Governo do Tocantins. Além dos cursos resultantes dos termos celebrados, foram desenvolvidos cursos de capacitação abertos, utilizando os recursos orçamentários da ESAF destinados a este CENTRESAF-DF e custeados mediante a descentralização de recursos dos Órgãos de origem dos participantes. Em 2012 foram desenvolvidas as seguintes ações relevantes: Alinhamento da equipe pedagógica quanto a procedimentos utilizados pela ESAF na execução de cursos; redefinição das atividades administrativas, redistribuindo as tarefas de acordo com o perfil de cada servidor/funcionário, incluindo EAD; recadastramento dos colaboradores obedecendo às novas normas da secretaria escolar/ESAF; utilização do laboratório para o desenvolvimento de cursos na

área de informática, no período noturno; treinamento de colaboradores para exercerem as atividades de coordenação pedagógica e administrativa e de auxiliares de sala; treinamento de servidores em cursos oferecidos pela Escola e em vagas fornecidas pelos órgãos clientes; atendimento das demandas da ESAF/DIRAT: execução do curso de procedimentos Administrativos Disciplinares – PAD, em todos os estados sob a jurisprudência deste CENTRESAF-DF; execução de 8 turmas do Programa de Formação de Multiplicadores em Gestão de Pessoas; e execução do Programa de Formação de Multiplicadores em Contabilidade Aplicada ao Setor Público e Demonstrativos Fiscais. Atendimento as demandas da ESAF\DIRED. Execução do Curso de Pós Graduação em Administração Pública com ênfase em Gestão Corporativa; atendimento das demandas da ESAF\DIRES com a execução de curso de Formação em Concurso Público para a SRFB. Em 2012 foi dado seguimento à avaliação de desempenho dos servidores, e ao estudo do Clima Organizacional da Escola, cujas melhorias implementadas a partir dos resultados, levaram ao incremento de 52% do número de capacitações presenciais em relação a 2010 e ao oferecimento de cursos a distância aos órgãos clientes, resultando em um número recorde de 6.838 capacitações. Além disso, destaca-se o trabalho de organização de materiais didáticos dos cursos da programação de 2012 e a avaliação PECFAZ – acompanhamento das metas de desempenho individual, proposta por cada servidor. Os eventos de capacitação desenvolvidos pautaram-se nas diretrizes estabelecidas pela ESAF e, de modo geral, o índice de satisfação (em média de 90%) dos participantes foi considerado positivo, mas a infraestrutura é importante para o sucesso do processo pedagógico, e necessitamos, em 2013, melhorar as instalações físicas, principalmente em relação à troca do piso e dos quadros das salas de aula, assim como ao melhoramento dos laboratórios de informática. Apesar da reduzida equipe de 6 servidores do setor de treinamento, o CENTRESAF-DF, em 2012, totalizou 6.252 capacitações presenciais. Dados detalhados quanto ao quantitativo e ao tipo das capacitações acima citadas poderão ser encontrados na tabela anexa. Relativamente aos concursos realizados em 2012, o CENTRESAF-DF executou 8 eventos, totalizando 91.225 inscritos.

Quadro 17 - demonstrativo da Execução Física e Financeira e Grau de Satisfação do Aluno e órgão Contratante - CENTRESAF – DF - Exercício 2012

Projetos de Capacitação	**Previsão**	**Execução**	Execução/Previsão (%)
Financeira (R$ 1,00)	149.687,04	62.610,00	41,82
Física (Capacitações)	5.000	6.252	125,04
Indicadores	**Previsto %**	**Realizado %**	**(%) de Atingimento**
Grau de satisfação do aluno	100	90,0	90,0
Grau de satisfação do órgão-cliente	100	90,0	90,0

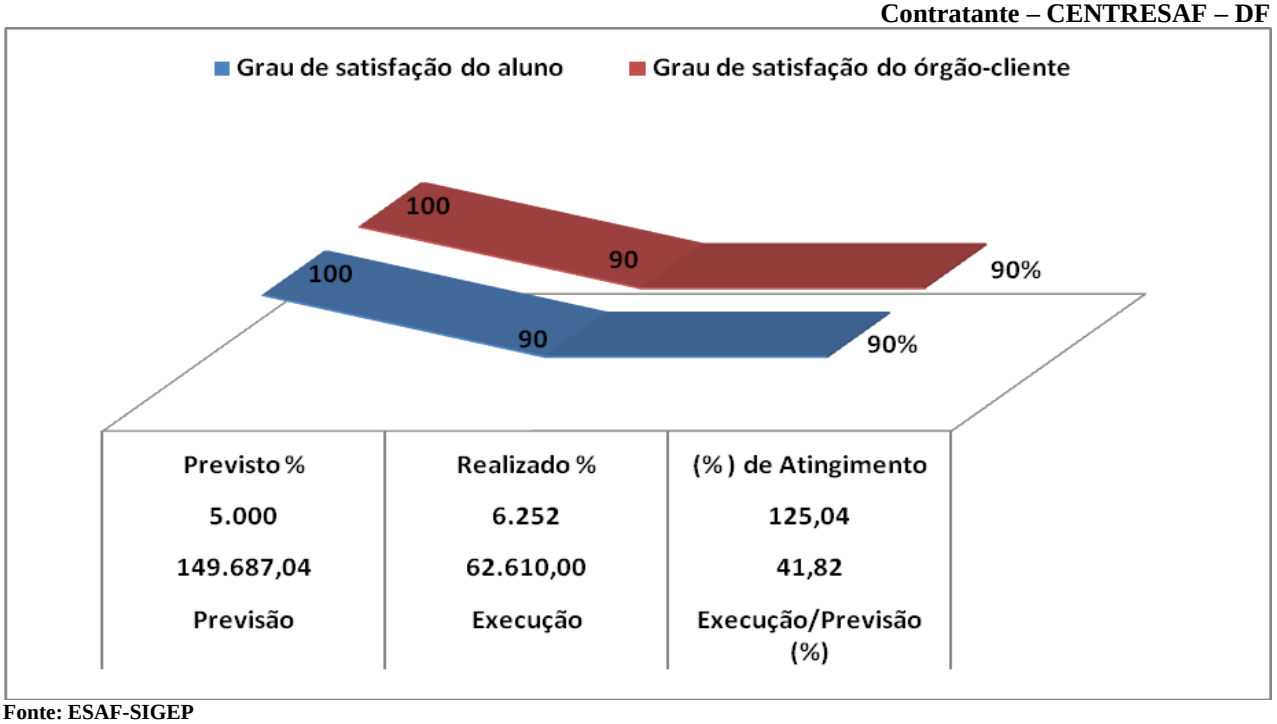
Fonte: SESAF-SIGEP

Quadro 18 - demonstrativo do valor aplicado por aluno capacitado – CENTRESAF - DF

Nº de Alunos capacitados	**Valor Executado com Recursos de Projetos de Capacitação**	**Valor aplicado p/ aluno capacitado (R$)**
6.252	**62.610,00**	**10,01**

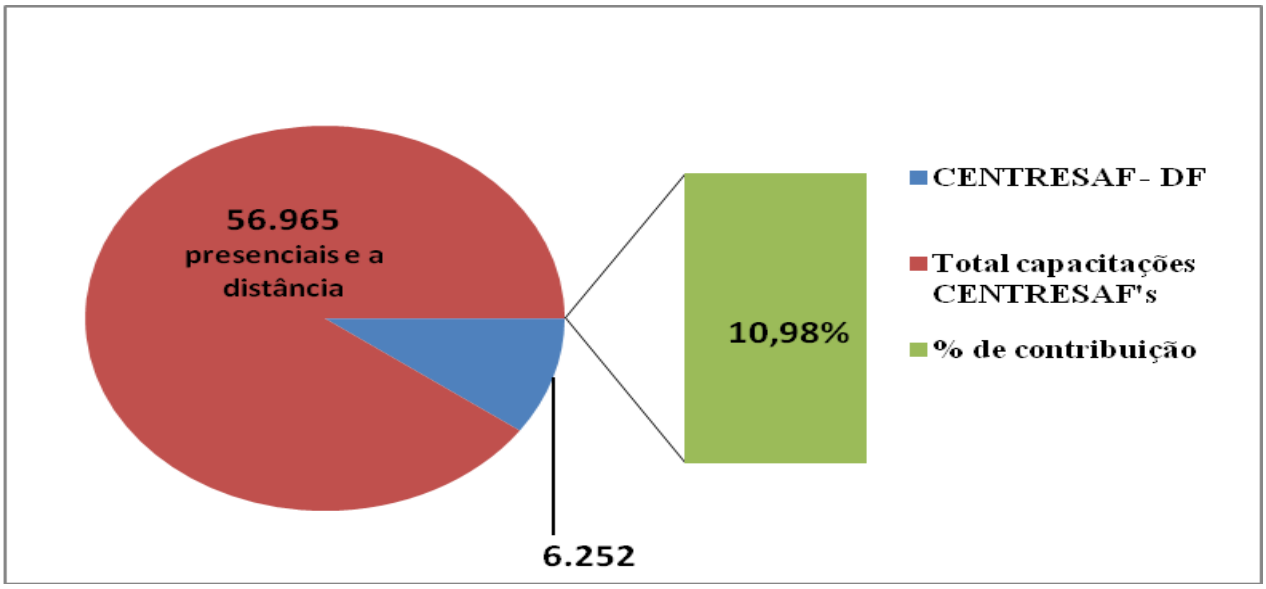
Fonte: SIGEP/ESAF

Gráfico 14 – demonstrativo da Execução Física e Financeira e Grau de Satisfação do Aluno e órgão Contratante – CENTRESAF – DF



Fonte: ESAF-SIGEP

Gráfico 15 – participação do CENTRESAF-DF no total das capacitações dos CENTRESAF's



Fonte: ESAF-SIGEP

1.19. CENTRESAF – MINAS GERAIS

Finalidade institucional - O CENTRESAF - MG é uma desconcentração territorial da ESAF, sujeita ao mesmo regramento, cumpridora dos mesmos objetivos e submissos à missão e à visão estratégicas que guiam o órgão central. No presente relatório, busca-se demonstrar como o centro mineiro colaborou para o cumprimento da missão da Escola e o alinhamento das ações desenvolvidas aos objetivos estratégicos definidos para o período 2012 a 2015. De forma a facilitar a compreensão dos dados ora consolidados, far-se-á a correlação dos mesmos somente com os objetivos de resultados e de processos internos, mas não isoladamente, mesmo porque, muito embora cada objetivo deva possuir seu indicador próprio, várias das ações executadas visaram atingir transversalmente mais de um dos objetivos traçados, conforme abaixo ficará demonstrado. No que diz respeito aos objetivos "Promover o desenvolvimento integral dos profissionais da Administração Pública"; "Consolidar-se como centro de conhecimento em gestão das finanças públicas" e "Promover a cidadania fiscal" esta regional capacitou 12.523 pessoas, com ênfase em gestão das finanças públicas, sendo: I - 9.697 na modalidade presencial e; II -

2.826 na modalidade de ensino a distância. Para o atendimento exitoso destes resultados, o cumprimento dos objetivos estratégicos de processos internos, com especial destaque para os que a seguir são alinhados: A - "*Desenvolver as competências dos profissionais da administração pública*" para dar efetividade a este objetivo foram desenvolvidas as seguintes ações: a.1) concentração de cerca de 40% dos cursos presenciais no atendimento dos órgãos fazendários; a.2) atendimento, "in company", dos seguintes órgãos públicos: CGU – Controladoria Geral da União; TCE/MG – Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; MPF – Ministério Público Federal; MS – Ministério da Saúde; Institutos Federais de Educação Tecnológica de Superior (IFMG/BHE, IFMG/Bambuí, CEFET/MG) e Prefeitura Municipal de Juiz de Fora. A.3) atendimento, em cursos abertos, de mais de 40 outros órgãos e entidades públicas federais, estaduais e municipais. B - "Fortalecer a gestão do programa de educação fiscal" – para dar efetividade a este objetivo foram mantidas, fortalecidas e ampliadas ações iniciadas nos anos anteriores, dentre as quais merecem especial destaque: b.1) capacitação, na modalidade presencial, 2.247 professores, servidores e conselheiros de políticas públicas do estado e dos municípios (com destaque especial para o programa desenvolvido nos municípios de Belo Horizonte e de Contagem) nos conteúdos da educação fiscal; b.2) capacitação de 1.142 universitários, servidores e conselheiros de políticas públicas, aprovados no curso Disseminadores de Educação Fiscal, na modalidade a distância, com a assunção da coordenação regional de projeto nacional do DEF, no primeiro semestre e com a assunção completa pela regional das fases de planejamento, elaboração de projeto, coordenação e execução autônoma a partir do segundo semestre. b.3) capacitação de 2.740 contribuintes para melhor compreensão dos temas relativos à agenda tributária e do FIA - mediante a 3ª edição do Programa Receita Informa - em parceria com a Delegacia da Receita Federal de Belo Horizonte e com entidades como CRC, Universidade Federal de Minas Gerais, dentre outros. b.4) organização e execução, em parceria com a CGU/MG, de 3 Conferências Livres da CONSOCIAL, das quais participaram 216 pessoas, dentre as quais lideranças comunitárias, comunidade universitária, conselheiros de políticas públicas, dentre outros atores civis; b.5) capacitação de 517 universitários nas noções básicas do Orçamento Público, mediante a realização de eventos sobre o tema "Orçamento Público ao Alcance de Todos" realizado em parceria com a SOF. b.6) continuação da parceria fixada a UNDIME/MG (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação) e com o MEC para a formação de 55 Secretários e Técnicos da Educação Municipal, sobre as questões relativas ao orçamento e o financiamento da Educação. C - "Implementar e ampliar parcerias estratégicas" –

além do fortalecimento de parcerias estratégicas já relatadas, iniciadas nos exercícios anteriores, com: universidades, CGU/MG, MPF/MG, UNDIME/MG, MEC, STN, SOF, TCE/MG, SEF/MG, destacam-se no ano de 2013 as seguintes ações: c.1) participação deste CENTRESAF-MG na liderança da Rede de Escolas de Formação de Agentes Públicos do Estado de Minas Gerais; c.2) assinatura de Termo de Cooperação com a Universidade Federal de Juiz de Fora/UFMG e com a SRRF 6ª Região Fiscal para implementação da Educação Fiscal no "campus" Juiz de Fora; c.3) algumas destas parcerias evidenciam o esforço da projeção estadual em aproximar-se da linguagem do controle da qualidade do gasto público, dentre estas, destacam-se especialmente: a parceria com as projeções estaduais da CGU, do TCU, da AGU e da SPU para a formatação e execução do Programa de Capacitação. em Gestão do Patrimônio Imobiliário da União; c.4) parceria com o TCE/MG para realização do Encontro Técnico Nacional sobre os Desafios do Controle em Rede e os Riscos na Copa do Mundo 2014; c.5) a formatação, em conjunto com a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte do Programa de Capacitação de Conselheiros Municipais, para execução em 2013. Além dos recursos e das ferramentas naturalmente vocacionadas à superação das dificuldades e ao atendimento dos objetivos eleitos, (ex: planejamento, execução de projetos e priorização de iniciativas) o ponto forte na superação das dificuldades encontradas foi o incremento de parcerias com outras instituições e órgãos. Uma dificuldade crônica do CENTRESAF-MG é a distância entre suas instalações e demais órgãos fazendários, bem como a falta de infraestrutura relativa a alimentação e transporte dos capacitados, a falta de segurança e falta de adaptação para acessibilidade plena dos portadores de necessidades especiais e a falta de um auditório próximo que atenda às necessidades dos órgãos clientes.

Quadro 19 - demonstrativo da Execução Física e Financeira e Grau de Satisfação do Aluno e órgão Contratante - CENTRESAF - MG Exercício 2012

Meta	**Previsão**	**Execução**	**Execução/Previsão (%)**
Financeira (R$ 1,00)	263.950,86	301.478,77	114,22
Física (Capacitações)	3.000	9.697	323,23
Indicadores	**Previsto %**	**Realizado %**	**(%) de Atingimento**
Grau de satisfação do aluno	90	94,0	104,4
Grau de satisfação do órgão-cliente	90	93,06	93,6

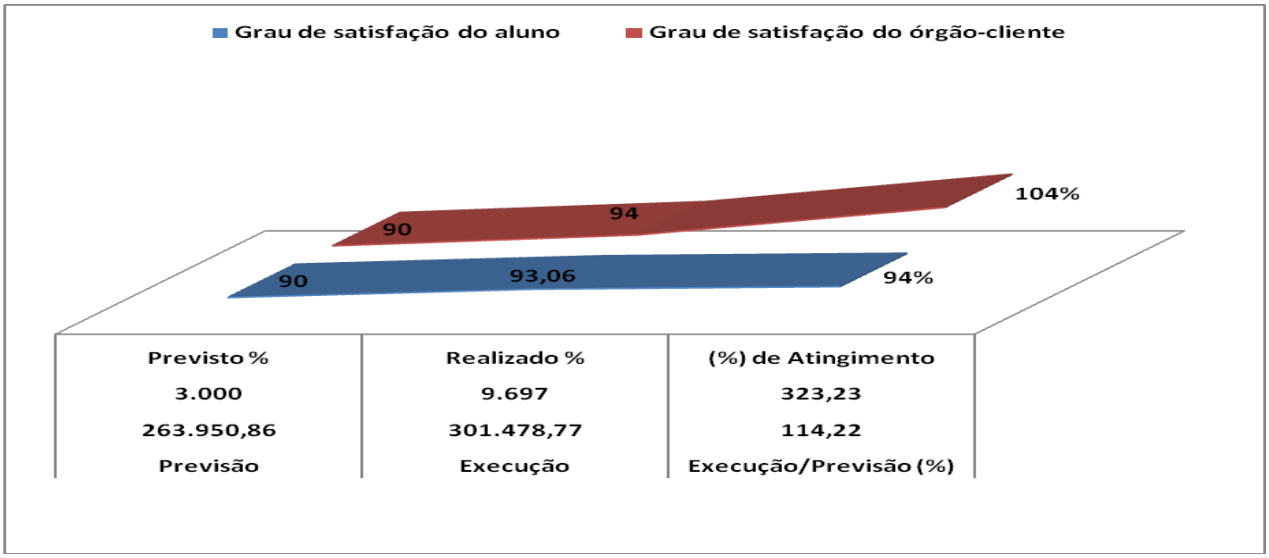
Fonte: ESAF/SIGEP

Quadro 20 - demonstrativo do valor aplicado por aluno capacitado – CENTRESAF - MG

Nº de Alunos capacitados	Valor Executado com Recursos de Projetos de Capacitação	Valor aplicado p/ aluno capacitado (R$)
9.697	301.478,77	31,08

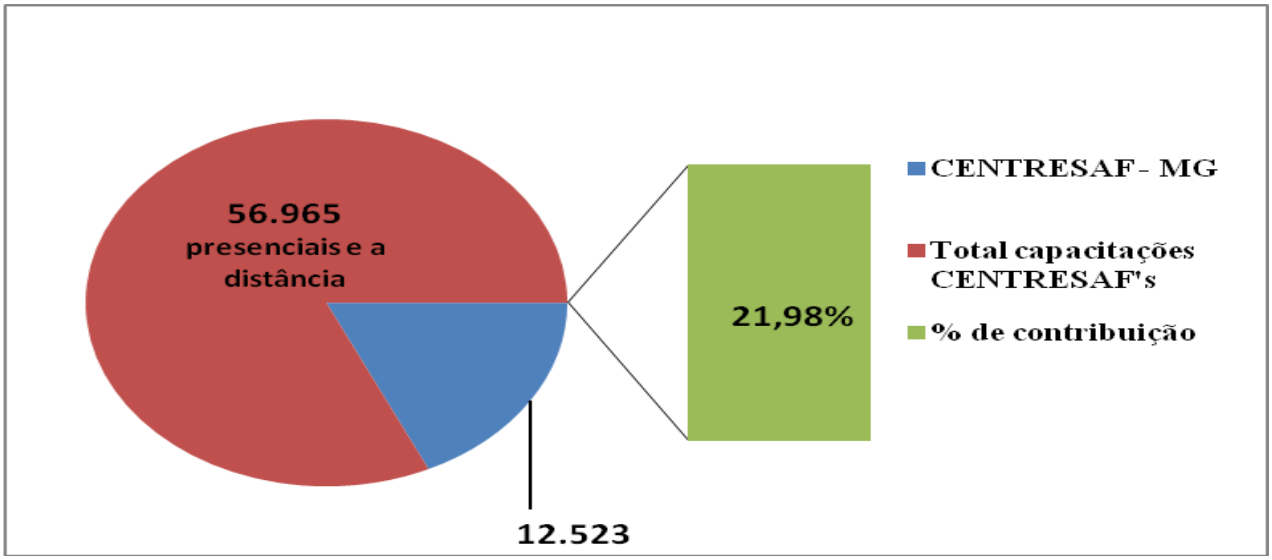
Fonte: SIGEP/ESAF

Gráfico 16 – demonstrativo da Execução Física e Financeira e Grau de Satisfação do Aluno e órgão Contratante CENTRESAF MG



Fonte: ESAF-SIGEP

Gráfico 17 – participação do CENTRESAF-MG no total das capacitações dos CENTRESAF's



Fonte: ESAF-SIGEP

1.20. CENTRESAF – PARÁ

O CENTRESAF-PA é projeção regional da ESAF, portanto tem a mesma finalidade institucional, com atribuições adequadas à sua estrutura administrativa, e busca atingir, durante o cumprimento de sua missão, os objetivos estratégicos da Escola definidos para o período 2012 a 2015. Serão destacadas as ações alinhadas a cada Objetivo Estratégico, os quais já foram apresentados neste Relatório: Objetivos 1 e 5 - foram capacitados 4.380 servidores na modalidade presencial, o que representou, em relação a 2011 (1.781 servidores capacitados), um crescimento de 245% no número de capacitações. Esse crescimento se explica pela execução de 3 grandes projetos: o Seminário Nacional de Educação Fiscal, o Formação de Multiplicadores em Contabilidade e o CONSEGI, que juntos representaram 48,4% do total de capacitações. Foram registrados 63 projetos (20 a mais que no ano anterior). Objetivos 3 e 8 - o CENTRESAF-PA participa ativamente do Grupo Estadual de Educação Fiscal nas diversas atividades de capacitação e disseminação do PNEF, bem como das reuniões ordinárias semanais. Destaque para a realização, em Belém, do Seminário Nacional de Educação Fiscal, e da 49ª Reunião do GEF, com a participação dos gestores estaduais do Programa. Objetivo 4: foram realizadas 12 aplicações de provas de concursos públicos, totalizando 4.841 candidatos inscritos. Objetivo 6: criou-se o Núcleo de EAD e foram ofertados os cursos ODM e Nova Regra Ortográfica, com 117 certificações na modalidade a distância. Também vale registrar a ampliação da oferta de cursos em outras cidades do Pará e outros Estados da jurisdição (21 dos 63 projetos), buscando atender de forma mais efetiva toda a Região Norte. Objetivo 9: participação em reuniões mensais com os gestores do MF e reuniões internas com os servidores. Objetivo 12: houve movimentação no quadro de pessoal, composto por 11 servidores, 2 estagiários e 1 recepcionista. Durante o ano ocorreu a chegada e saída de um servidor e a aposentadoria de uma servidora. Entretanto, o saldo negativo não se refletiu nos resultados da equipe. Objetivo 13 e14: foram realizados eventos voltados para a integração da equipe e a valorização dos servidores, bem como foi feito o acompanhamento do Plano de Capacitação, que previa a realização de 6 eventos/servidor durante o ano. Ocorreram 27 eventos, com uma carga horária total de 1.439 horas, média de 130,81

horas/servidor. Em termos quantitativos, 90,90% do planejado foi realizado, porém 37,87% dos eventos que ocorreram estava fora do Plano de Capacitação, o que demonstra que ainda precisamos melhorar quanto ao planejamento de capacitação dos servidores. O total gasto com capacitação de servidores foi R$ 15.719,70, sendo que a média por servidor foi R$ 1.429,06. Objetivos 15 e 16: adaptação de espaço para concentrar os equipamentos e pessoal da área de TIC, com o objetivo de otimizar recursos e facilitar a gestão de TIC. Objetivo 17: instalação de divisórias acústicas em 4 das 8 salas de aula. A meta de 2.000 capacitações estabelecida foi superada largamente em 119%. Quanto à Satisfação do Aluno, cuja meta era 90%, o CENTRESAF-PA obteve 98,70% de aprovação, cumprindo 1,09% da meta, e em relação à Satisfação do Contratante, cuja meta era 90%, atingiu 99,10%, superando em 10% a meta estabelecida. A maior dificuldade enfrentada no exercício de 2012 foi o comprometimento dos espaços operacionais, pois em agosto ocorreu o incêndio do prédio do Edifício Sede do MF em Belém, o que exigiu a cessão de 5 das 8 salas de aula para os órgãos do MF desabrigados em razão do sinistro. Mesmo a área administrativa foi compartilhada com os servidores da SAMF/PA, Delegacia e Superintendência da Receita Federal, que ocuparam equipamentos e mobiliário do CENTRESAF-PA. Também em Manaus, onde existe um Polo vinculado ao Pará, o prédio do MF foi interditado pela Justiça gerando dificuldades para a realização de eventos de capacitação, que antes aconteciam nas salas ocupadas pela ESAF no Edifício Sede. Mesmo com os problemas decorrentes da restrição de espaço, as metas de capacitação foram amplamente superadas, pois os maiores eventos (como a Semana Orçamentária, que registrou 468 participantes) foram feitos fora da sede do CENTRESAF-PA.

Quadro 21 - demonstrativo da Execução Física e Financeira e Grau de Satisfação do Aluno e órgão Contratante - CENTRESAF – PA - Exercício 2012

Projetos de Capacitação	**Previsão**	**Execução**	**Execução/Previsão (%)**
Financeira (R$ 1,00)	97.766,24	80.111,77	81,94
Física (Capacitações)	2.000	4.380	215,0
Indicadores	**Previsto %**	**Realizado %**	**(%) de Atingimento**
Grau de satisfação do aluno	90	98,70	100,9
Grau de satisfação do órgão-cliente	90	99,10	110,0

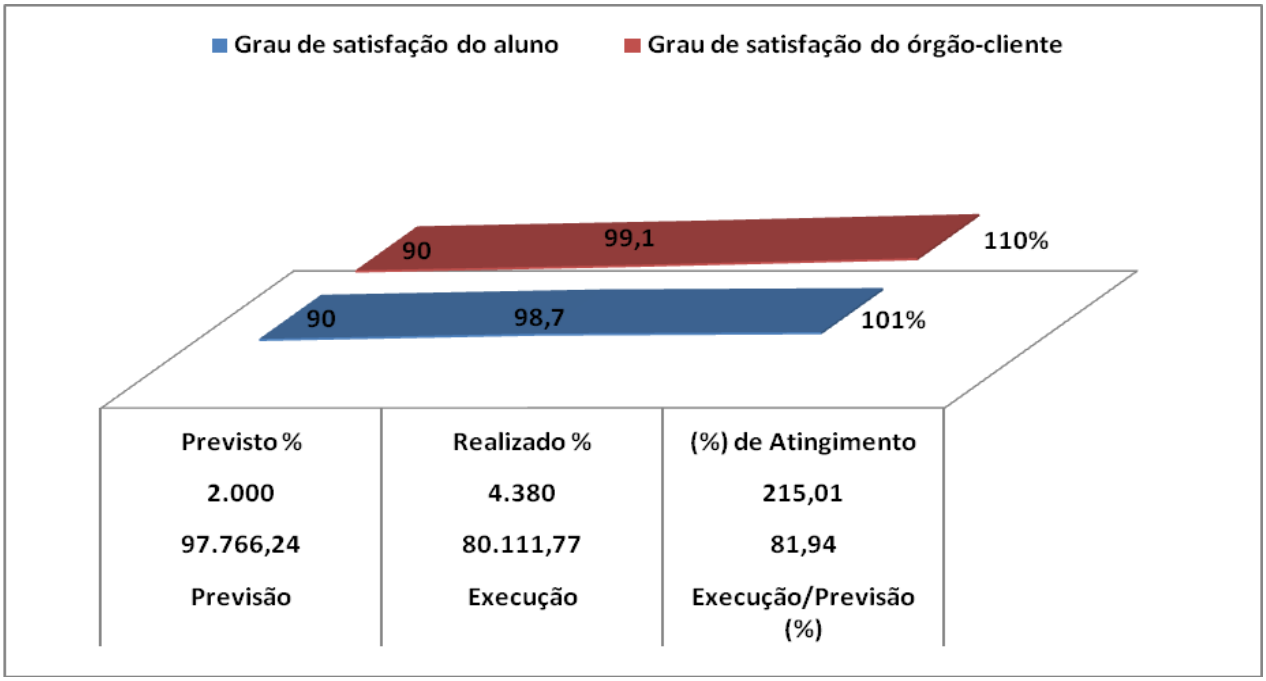
Fonte: ESAF\SIGEP

Quadro 22 - demonstrativo do valor aplicado por aluno capacitado – CENTRESAF - PA

Nº de Alunos capacitados	Valor Executado com Recursos de Projetos de Capacitação	Valor aplicado p/ aluno capacitado (R$)
4.380	80.111,77	18,51

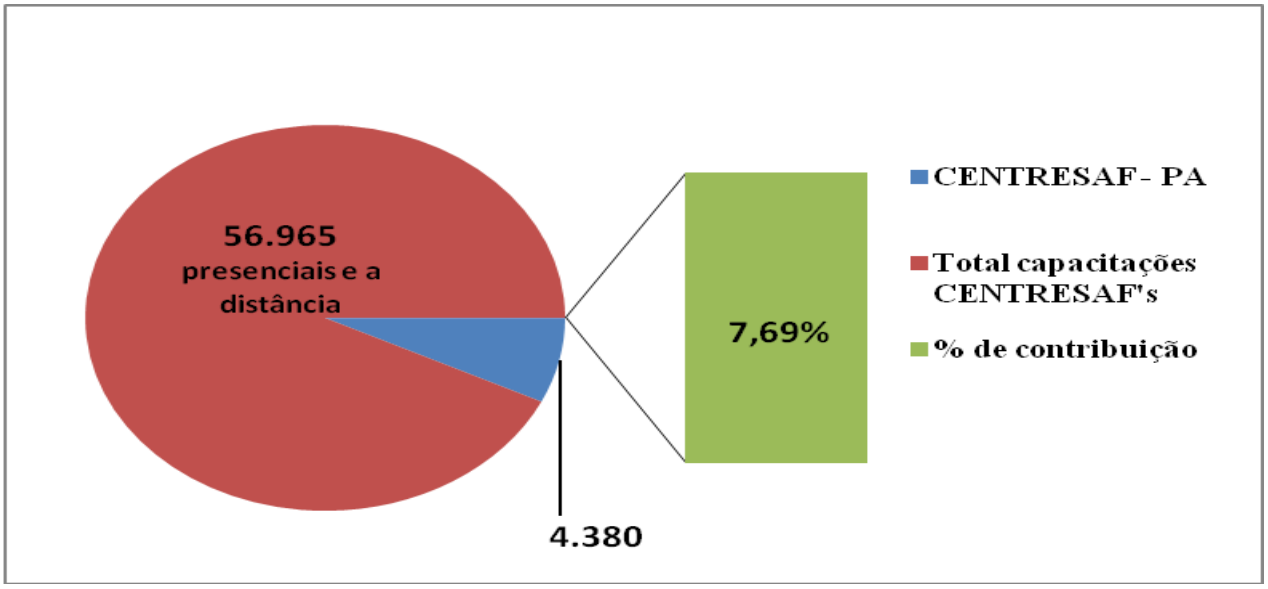
Fonte: ESAF\SIGEP

Gráfico 18 – demonstrativo da Execução Física e Financeira e Grau de Satisfação do Aluno e órgão Contratante – CENTRESAF - PA



Fonte: ESAF-SIGEP

Gráfico 19 – participação do CENTRESAF-PA no total das capacitações dos CENTRESAF's



Fonte: ESAF-SIGEP

1.21. CENTRESAF – PERNAMBUCO

O CENTRESAF-PE tem jurisdição em 04 (quatro) Estados, atendendo aos órgãos demandantes de Pernambuco, Alagoas, Paraíba, com um Polo da ESAF, e Rio Grande do Norte. Atualmente, sediado em prédio alugado, conta apenas com duas salas convencionais para treinamentos, com capacidades para 30 (trinta) e 20 (vinte) participantes, respectivamente, e um laboratório de informática com 20 (vinte) computadores. O Polo Descentralizado de João Pessoa/PB dispõe de uma sala convencional para treinamento, com capacidade para 30 (trinta) participantes e um Laboratório de Informática com 10 (dez) computadores. Além da execução dos 72 (setenta e dois) Projetos Regionais e 08 (oito) Nacionais em 2012, teve continuidade o Projeto do Programa de Qualificação Profissional dos Servidores da Prefeitura Municipal de João Pessoa. Merece destacar o fato de este Centro ter celebrado seu primeiro Termo de Cooperação, ocorrido já no último trimestre de 2012, depois de vencidas todas as dificuldades enfrentadas na tramitação e emissão de parecer pela acessória jurídica dos dois órgãos. Através deste TC, o CENTRESAF-

PE, realizou 07 (sete) projetos para capacitação de 102 (cento e dois) servidores do IF Sertão/PE – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, sediado em Petrolina-PE. Quanto ao nível de satisfação mensurado através das avaliações dos participantes e dos órgãos clientes/contratantes, foram atingidos os percentuais de 108,0% e 104,%, respectivamente. Quanto às atividades do Setor Administrativo-Financeiro, foram executados 100% dos pagamentos a colaboradores e fornecedores e também atendidas em sua totalidade todas às demandas de Diárias e Passagens para colaboradores e servidores em viagem a serviço. Contabilizamos, ainda, a realização de 19 (dezenove) Dispensa de Licitação, sendo que 04 (quatro) foram para atender às necessidades de locação de salas para realização dos concursos públicos ocorridos no exercício de 2012. Elaboramos 04 (quatro) Projetos Básicos para licitação e contratação através da SAMF/PE, a fim de atender às áreas de Coffee Break, Serviços Gráficos, Locação de Equipamentos e fornecimento de biscoitos. Os servidores do Administrativo-Financeiro também atuaram nas áreas de fiscalização de contratos e controle patrimonial. Em relação à Capacitação em 2012 o Centresaf-PE alcançou a marca de 4.831 capacitações, passando a 138% acima da previsão. No que se refere às dificuldades enfrentadas no decorrer de 2012, podemos citar as restrições orçamentárias e financeiras que impactaram nas ações de capacitação promovidas por este Centro, bem como limitou as demandas dos órgãos do MF; a deficiência e inadequação das instalações físicas, que se caracterizam por ambientes com espaços reduzidos, tanto para acomodar os alunos, como para a movimentação dos professores, acarretando na necessidade de identificar, entre clientes e parceiros, a disponibilização de salas de aula e auditórios para a realização dos eventos. Ressaltamos, ainda, que o prédio não dispõe de estacionamento para os clientes deste Centro e localiza-se em uma área deficiente de transporte público e carente em opções de estabelecimentos do ramo de hotelaria e alimentação. Quanto aos problemas de velocidade de rede, causados pelo compartilhamento da banda de 2MB da rede Serpro com a SAMF-PE, que tinha, por consequência a lentidão e dificuldades nos acessos e na realização das tarefas diárias e na participação nos open meeting semanais, podemos dizer que houve uma substancial melhoria, decorrente da separação da SAMF-PE, em setembro/12 e instalação de link com 2MB dedicados para atender exclusivamente a este Centro, que possui disponibilidade de 16 (dezesseis) estações administrativas e de 20 (vinte) estações no laboratório de informática. A despeito dos transtornos enfrentados decorrentes das instalações inadequadas e da carência de recursos humanos no decorrer do exercício de 2012, o CENTRESAF-PE conseguiu atingir suas metas, exceto quanto à capacitação de servidores do seu quadro, cumprindo sua missão e contribuindo para o alcance da

Visão de futuro da ESAF. Do exposto, conclui-se que o empenho, dedicação, persistência e comprometimento da equipe foram determinantes neste processo de superação dessas adversidades.

Quadro 23 - demonstrativo da Execução Física e Financeira e Grau de Satisfação do Aluno e órgão Contratante - CENTRESAF – PE - Exercício 2012

Meta	**Previsão**	**Execução**	**Execução/Previsão (%)**
Financeira (R$ 1,00)	192.837,41	76.219,70	39,53
Física (Capacitações)	3.500	4.831	138,0
Indicadores	**Previsto %**	**Realizado %**	**(%) de Atingimento**
Grau de satisfação do aluno	90,0	96,9	107,6
Grau de satisfação do órgão-cliente	90,0	94,0	104,4

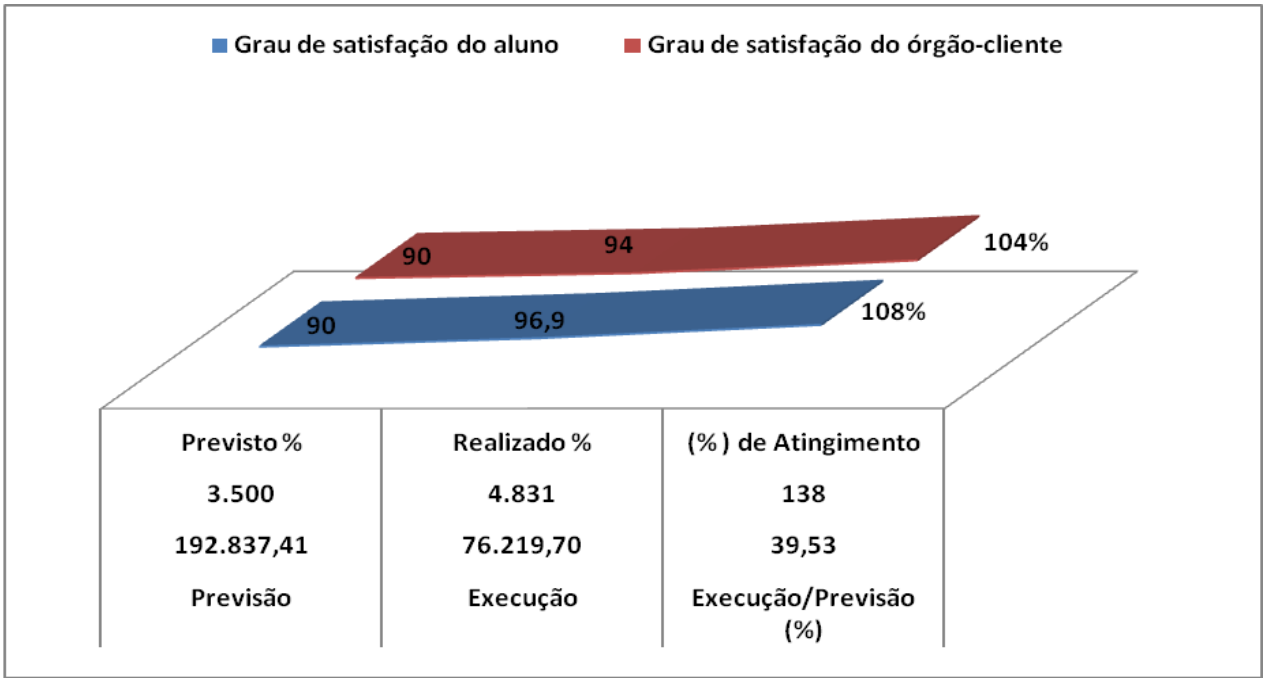
Fonte: ESAF/SIGEP

Quadro 24 - demonstrativo do valor aplicado por aluno capacitado – CENTRESAF - PE

Nº de Alunos capacitados	**Valor Executado com Recursos de Projetos de Capacitação**	**Valor aplicado p/ aluno capacitado (R$)**
4.831	**76.219,70**	**15,77**

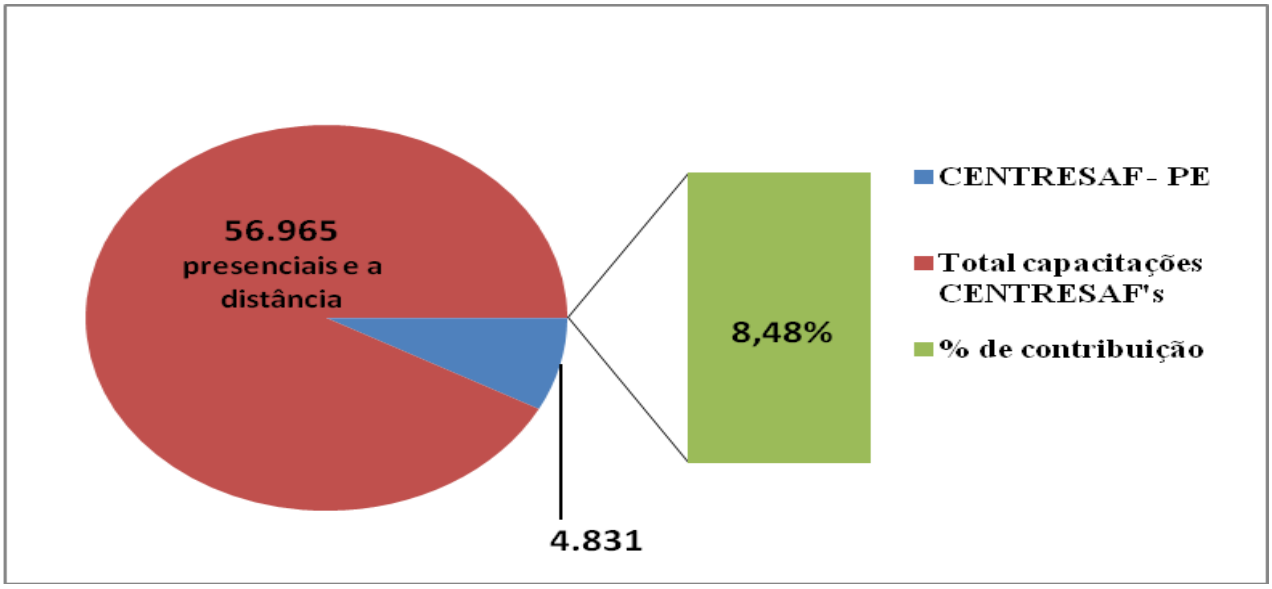
Fonte: SIGEP/ESAF

Gráfico 20 – demonstrativo da Execução Física e Financeira e Grau de Satisfação do Aluno e órgão Contratante – CENTRESAF – PE



Fonte: ESAF-SIGEP

Gráfico 21 – participação do CENTRESAF-PE no total das capacitações dos CENTRESAF's



Fonte: ESAF-SIGEP

1.22. CENTRESAF – PARANÁ

A contribuição do CENTRESAF-PR na implementação dos objetivos prioritários definidos no planejamento estratégico da ESAF-Sede de 2012 se deu através das seguintes ações: Infraestrutura: Conclusão do Projeto de TI e reforma: banheiros e layout. Responsabilidade Socioambiental: Elaboração do Projeto do Comitê de Responsabilidade Socioambiental, realização de cursos, oficinas, coletânea de boas práticas e dicas sobre sustentabilidade, aproximação com a A3P, MMA-PNUD e Fórum Governamental de Responsabilidade Socioambiental (FGRS). Parcerias estratégicas: a) Termos de Descentralização de Recursos (Decreto 6170/2007 e Portaria Interministerial nº 127/2008 com: Instituto Federal do Paraná, Instituto Federal Catarinense, e MTE; b) Parcerias na realização de cursos: Serpro, Banco do Brasil; c) Cooperação informal através de projetos e eventos institucionais voltados à implantação do comitê de Responsabilidade Socioambiental (oficina de coleta seletiva, oficina de elaboração de inventário de Gases de Efeito Estufa: Caixa Econômica, MP/PR, TRE, TRT, Justiça Federal,

Procuradoria do Município, INCRA, Polícia Federal, INSS, UFPR, Agência Nacional de Saúde, PFN; d) Cooperação informal através do "5º Fórum de Debates sobre o Ciclo de Contratações Públicas" - aproximadamente 20 diferentes órgãos federais (Polícia Federal, Universidade Federal do Paraná, BACEN, AGU, ANATEL, entre outros), e) 6 Reuniões para ampliação de parcerias em Florianópolis: órgãos do Ministério da Fazenda, INSS, UDESC e SAMF/SC. Pesquisa: a) Participação em 2 bancas de mestrado (PUCPR); b) Avaliação de 2 projetos/artigos científicos (Instituto Mack pesquisa-Universidade Presbiteriana Mackenzie e a Revista da FGV), jurada do prêmio Eco- Câmara Americana de Comércio/2012; c) 3 Palestras/coordenação de mesas em eventos (OAB-Maringá, FGRS, II Fórum Brasileiro de Direito Disciplinário). Educação Fiscal: a) 1 curso ministrado para a Secretaria de Educação do Paraná; b) 1 palestra no seminário de educação fiscal em Blumenau, c) participação nas reuniões de elaboração do Decreto 5739 de 19/08/2012 que constituiu o GEFE/PR. Melhoria da Estrutura Organizacional: Criação do Pólo de Florianópolis. Ensino à Distância: a) Direcionamento de mais uma servidora para atuação no EAD; b) Realização de 4 oficinas regionais no II Seminário Internacional de EAD (60 pessoas capacitadas); c) Coordenação de 113 turmas de EAD, com 5.698 alunos aprovados. Sustentação e gestão de pessoas: Curso sobre desenvolvimento de pessoas e jogos empresariais, eventos de integração ao longo do ano. Capacitação de servidores do CENTRESAF-PR: 16 pessoas capacitadas (entre servidores e colaboradores do CENTRESAF-PR), totalizando 87 capacitações e 2.431 horas. Melhoria das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs): Execução do projeto de TI, viabilização de mais um laboratório de informática. Apoio aos Concursos: 1)Cessão temporária do diretor-substituto para apoio à DIRES; 2) coordenação e tutoria de Cursos Foco para formação/ampliação de colaboradores Estratégias de atuação: Implantação do rodízio parcial dos servidores visando minimizar a perda do conhecimento institucional e estimular a integração entre os servidores e setores. Fortalecimento e ampliação das parcerias: além das iniciativas indicadas no item 3 acima, destacam-se a participação no projeto da UFPR, UFRJ e Universidade Tecnológica de Munique voltado à eficiência energética de edifícios públicos e aproximação com o MMA também voltada à eficiência energética do edifício-sede da ESAF. Projeto do Comitê de Responsabilidade Socioambiental e iniciativas piloto para sua implantação em 2013. Ampliação da atuação da unidade no Ensino à Distância conforme já descrito no item 7. Renovação do contrato de locação de salas com a FUNPAR e esforço de ampliação de parcerias para suprir a limitação espacial da CENTRESAF-PR até que o novo complexo que abrigará os órgãos do Ministério da Fazenda no Paraná seja uma realidade – conforme detalhado no relatório de 2011.

Metas Financeira, Físicas e de Satisfação dos Clientes No exercício de 2012 o CENTRESAF-PR utilizou-se de projetos nacionais e regionais para alavancar as capacitações. Esta mudança ocorreu em virtude da ESAF-Sede ter adotado projetos estruturantes vinculados aos objetivos institucionais. Em negociações havidas em 2012 sobre tais metas com a então responsável pelo CEEAD definiu que nos cursos coordenados regionalmente o quantitativo de alunos aprovados seria registrado nos resultados dos CENTRESAF-PR que coordenaram tais cursos. Sendo assim, os dados constantes no quadro abaixo consideram os números das capacitações presenciais (informadas pelo SIGEP - relatório analítico de capacitações) somados aos números dos cursos em EAD coordenados regionalmente. Também ocorreram situações excepcionais que contribuíram para o alcance dos objetivos institucionais da ESAF, principalmente, a realização das duas semanas orçamentárias (uma regional e uma nacional) e a realização de um seminário de educação fiscal em Blumenau em parceria com aquele Município que, numericamente resultou em 255 capacitações, mas que foi integralmente coordenado por servidores de Blumenau.

Quadro 25 - demonstrativo da Execução Física e Financeira e Grau de Satisfação do Aluno e órgão Contratante - CENTRESAF – PR - Exercício 2012

Projetos de Capacitação	**Previsão**	**Execução**	**Execução/Previsão (%)**
Financeira (R$ 1,00)	113.486,86	104.026,20	91,96
Física (Capacitações)	3.000	4.006	133,53
Indicadores	**Previsto %**	**Realizado %**	**(%) de Atingimento**
Grau de satisfação do aluno	90,0	96,0	106,66
Grau de satisfação do órgão-cliente	90,0	90,0	100,0

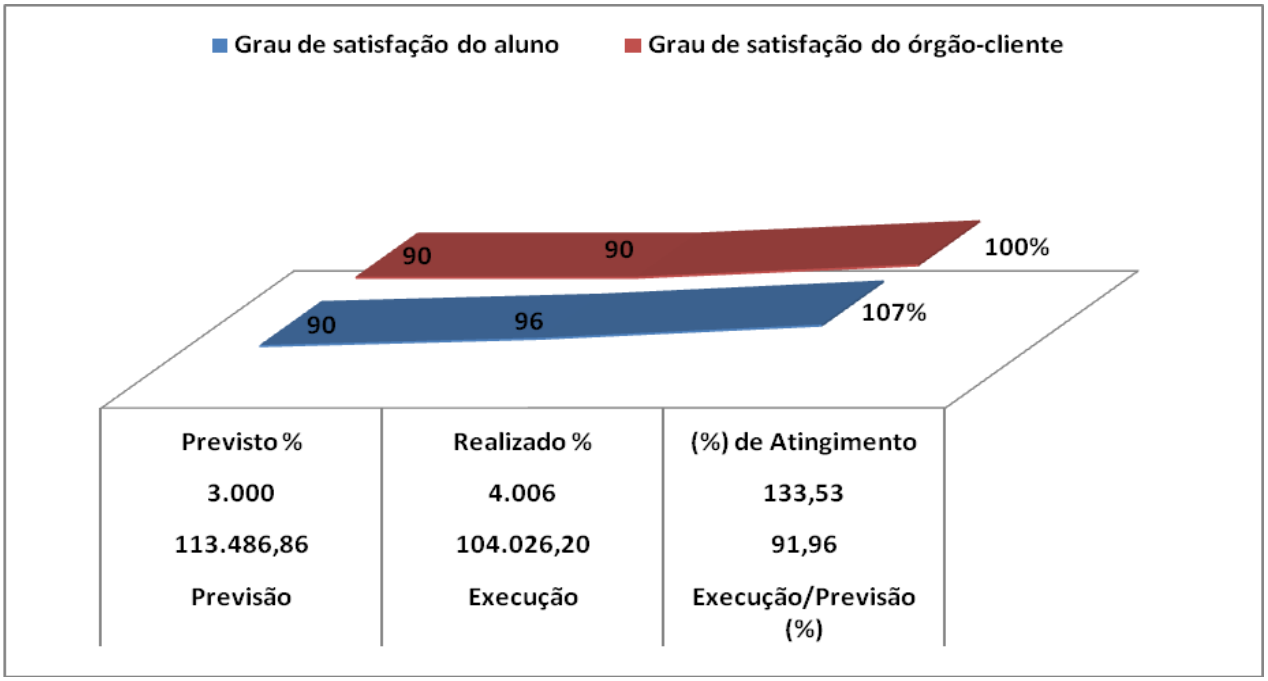
Fonte: ESAF\SIGEP

Quadro 26 - demonstrativo do valor aplicado por aluno capacitado – CENTRESAF - PR

Nº de Alunos capacitados	**Valor Executado com Recursos de Projetos de Capacitação**	**Valor aplicado p/ aluno capacitado (R$)**
4.006	**104.026,20**	**25,96**

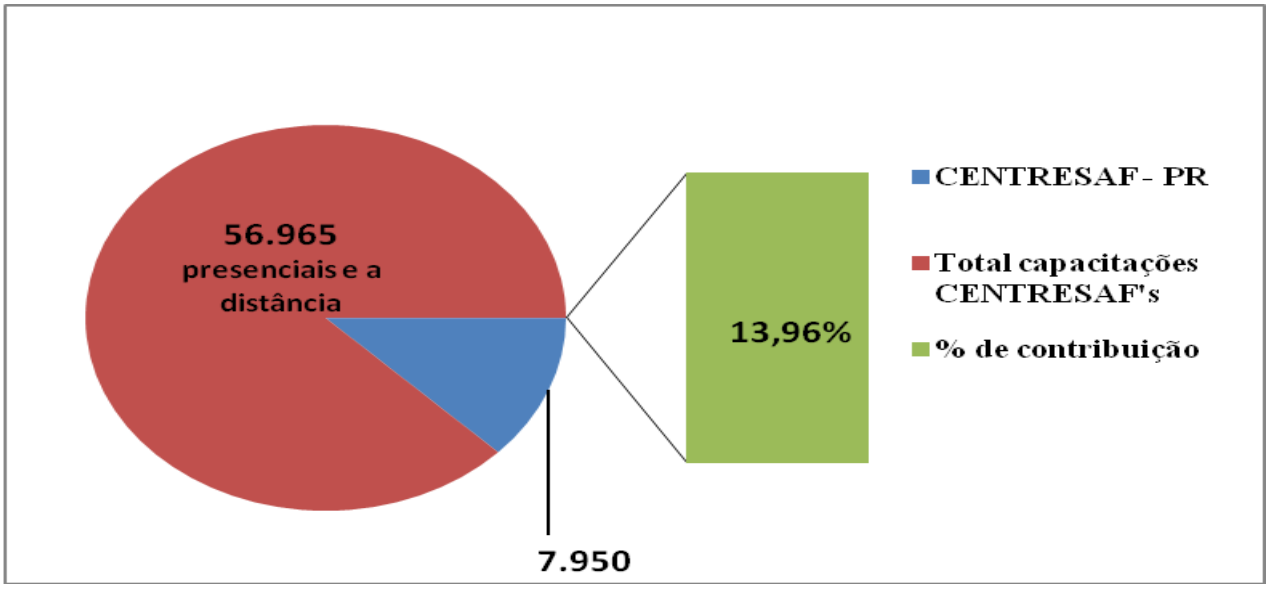
Fonte: ESAF\SIGEP

Gráfico 22 – demonstrativo da Execução Física e Financeira e Grau de Satisfação do Aluno e órgão Contratante - CENTRESAF – PR



Fonte: ESAF\SIGEP

Gráfico 23 – participação do CENTRESAF-PR no total das capacitações dos CENTRESAF's



Fonte: ESAF\SIGEP

1.23. CENTRESAF – RIO DE JANEIRO

Contribuições do CENTRESAF-RJ para atingir a finalidade institucional da Escola no exercício de 2012: Capacitações presenciais e EAD, e Educação Fiscal. Participação direta do CENTRESAF-RJ para atendimento dos objetivos estratégicos: Em 2012 os esforços desenvolvidos enfatizaram os seguintes objetivos estratégicos: Objetivo 15: 06 servidores capacitados do CENTRESAF-RJ através de 114 projetos de capacitação regional e 04 projetos nacionais, totalizando 6.934 capacitações (presenciais) Objetivo 16: Aumento do quadro: Recebemos dois servidores. Ferramentas Utilizadas para atingir os objetivos: parcerias, rodízio de servidores, melhoria das TICs, capacitação dos servidores da unidade, confraternizações. Dificuldades enfrentadas: Não encontramos dificuldades em 2012. Inovações que aperfeiçoaram que aplicação dos recursos públicos: "Etapa do Rio de Janeiro da IX Semana de Administração, Orçamentária, Financeira e de Contratações Públicas".

Quadro 27 - demonstrativo da Execução Física e Financeira e Grau de Satisfação do Aluno e órgão Contratante - CENTRESAF – RJ - Exercício 2012

Meta	**Previsão**	**Execução**	**Execução/Previsão (%)**
Financeira (R$ 1,00)	80.702,56	91.943,20	113,93
Física (Capacitações)	4.500	6.984	154,0
Indicadores	**Previsto %**	**Realizado %**	**(%) de Atingimento**
Grau de satisfação do aluno	90,0	99,5	110,0
Grau de satisfação do órgão-cliente	90,0	95,2	105,0

Fonte: ESAF/SIGEP

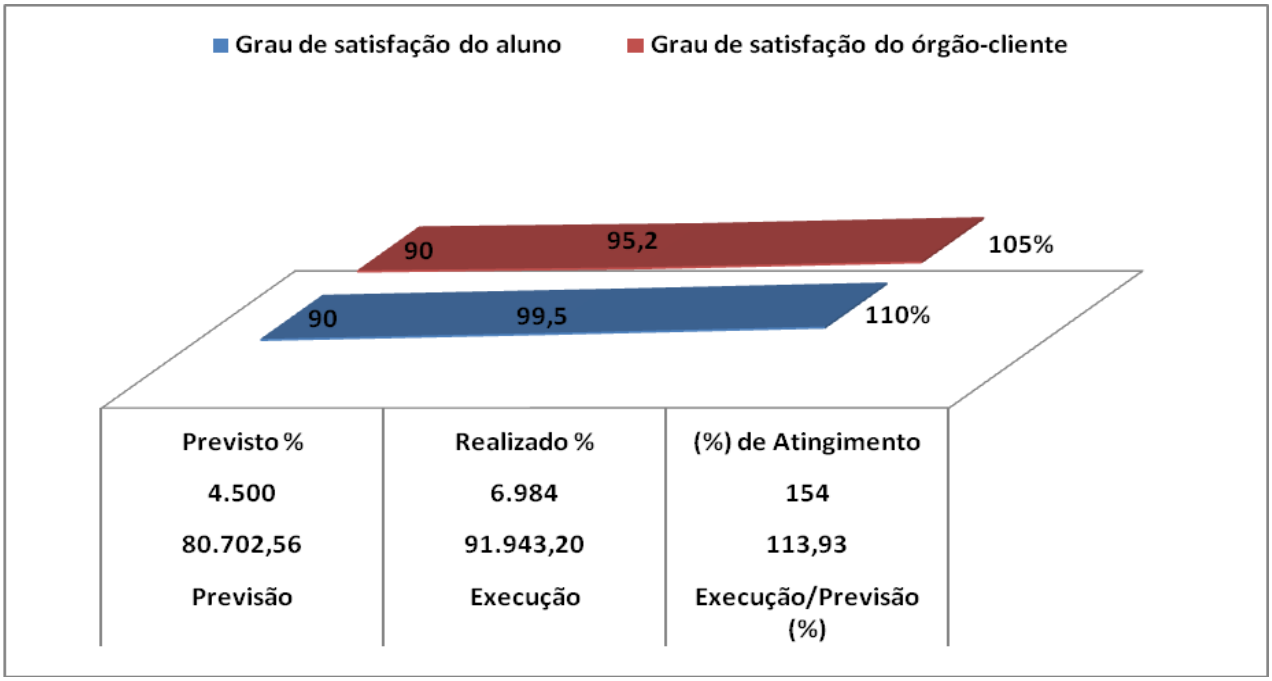
Quadro 28 - demonstrativo do valor aplicado por aluno capacitado – CENTRESAF - RJ

Nº de Alunos capacitados	**Valor Executado com Recursos de**	**Valor aplicado p/ aluno**

	Projetos de Capacitação	capacitado (R$)
6.984	91.943,20	13,16

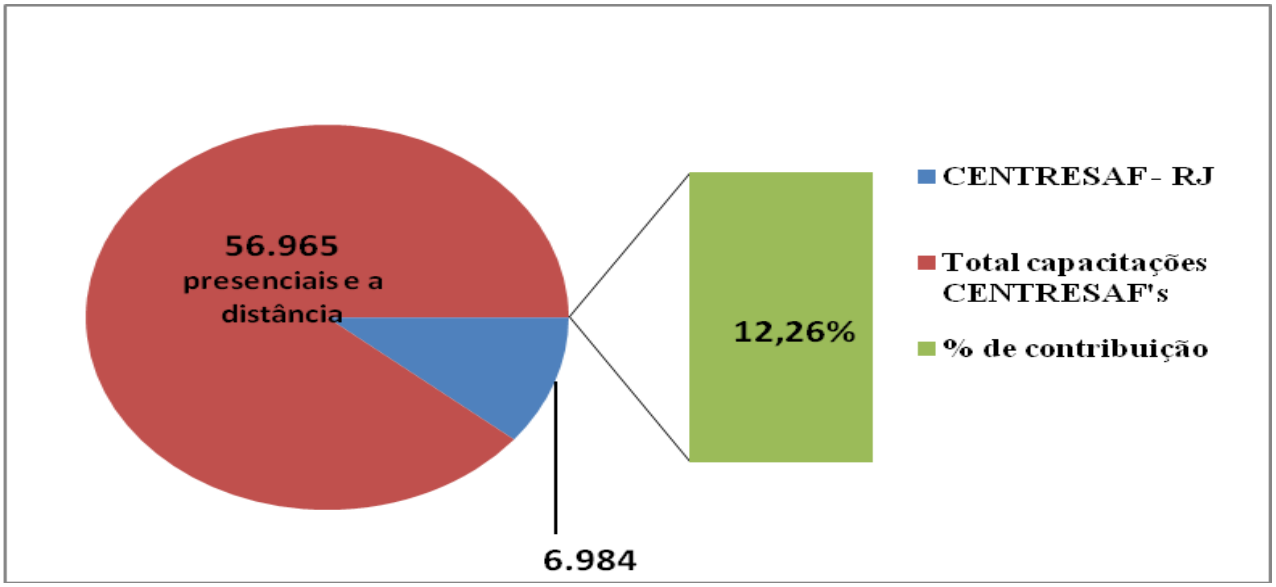
Fonte: SIGEP/ESAF

Gráfico 24 – demonstrativo da Execução Física e Financeira e Grau de Satisfação do Aluno e órgão Contratante - CENTRESAF-RJ



Fonte: ESAF-SIGEP

Gráfico 25 – participação do CENTRESAF-RJ no total das capacitações dos CENTRESAF's



Fonte: ESAF-SIGEP

1.24. CENTRESAF – RIO GRANDE DO SUL

O CENTRESAF-RS executa cursos abertos, oferecidos para todos os órgãos da administração pública, e fechados, executados para atender demanda específica de órgão-parceiro. Em 2012 as atividades desenvolvidas estão vinculadas aos projetos nacionais e os projetos regionais, em especial dos Cursos Abertos, alinhados com as Trilhas de Capacitação do Ministério da Fazenda e com as necessidades de capacitação dos servidores da administração pública. Também houve a participação na aplicação das provas de 9 Concursos Públicos. O incremento do número de capacitações foi de 17,7% e no número de turmas realizadas foi de 38,7%, incluindo os Cursos Abertos e Cursos Fechados. Quanto aos Cursos Abertos e *In Company*, modalidade em que há autonomia regional para planejar e executar, foram executados 76 turmas de 27 Cursos oferecidos, todos alinhados com as Trilhas de Capacitação do Ministério da Fazenda, nas quais participaram 1.560 servidores e empregados vinculados à administração pública. O crescimento dos Cursos Abertos e *In Company* foi de 30,5 % em relação no número de capacitações e 40,7 % em relação às turmas executadas. A estimativa da economia que a administração pública fez em 2012 ao capacitar os seus servidores no CENTRESAF-RS é de aproximadamente R$ 2,9 milhões (mais de US$ 1,4 milhão), considerando que se as necessidades de capacitação não fossem atendidas pelo setor público seriam atendidas pelo setor privado. A partir da apresentação de um caso concreto, verifica-se que o custo de capacitação no setor privado pode ser de 864% maior do que no setor público. Para a execução dos Cursos Abertos foi utilizados R$ 332.681,88 do Orçamento da União, valor 30,7% superior ao exercício anterior. A diferença entre o valor cobrado, a título de inscrição, e o orçamento utilizado para a execução dos Cursos Abertos gerou um resultado financeiro para o FUNTREDE de R$ 213.867,29, que representa um crescimento de 76,6% em relação ao ano anterior. O custo total de manutenção e melhorias nas instalações do CENTRESAF-RS, aquisição de material de consumo e contratos de prestação de serviços em vigor foi de R$ 83.298,01. Este valor representa 38,9% do resultado financeiro gerado pelo

CENTRESAF-RS ao FUNTREDE. O quadro de pessoal – 10 servidores - é diminuto diante das várias atividades que poderiam ser desenvolvidas a partir da missão da ESAF.

Quadro 29 - demonstrativo da Execução Física e Financeira e Grau de Satisfação do Aluno e órgão Contratante - CENTRESAF – RS - Exercício 2012

Projetos de Capacitação	**Previsão**	**Execução**	**Execução/Previsão (%)**
Financeira (R$ 1,00)	277.545,19	300.978,60	108,44
Física (Capacitações)	3.000	3.572	119,06
Indicadores	**Previsto %**	**Realizado %**	**(%) de Atingimento**
Grau de satisfação do aluno	90,0	94,90	105,44
Grau de satisfação do órgão-cliente	90,0	95,70	106,33

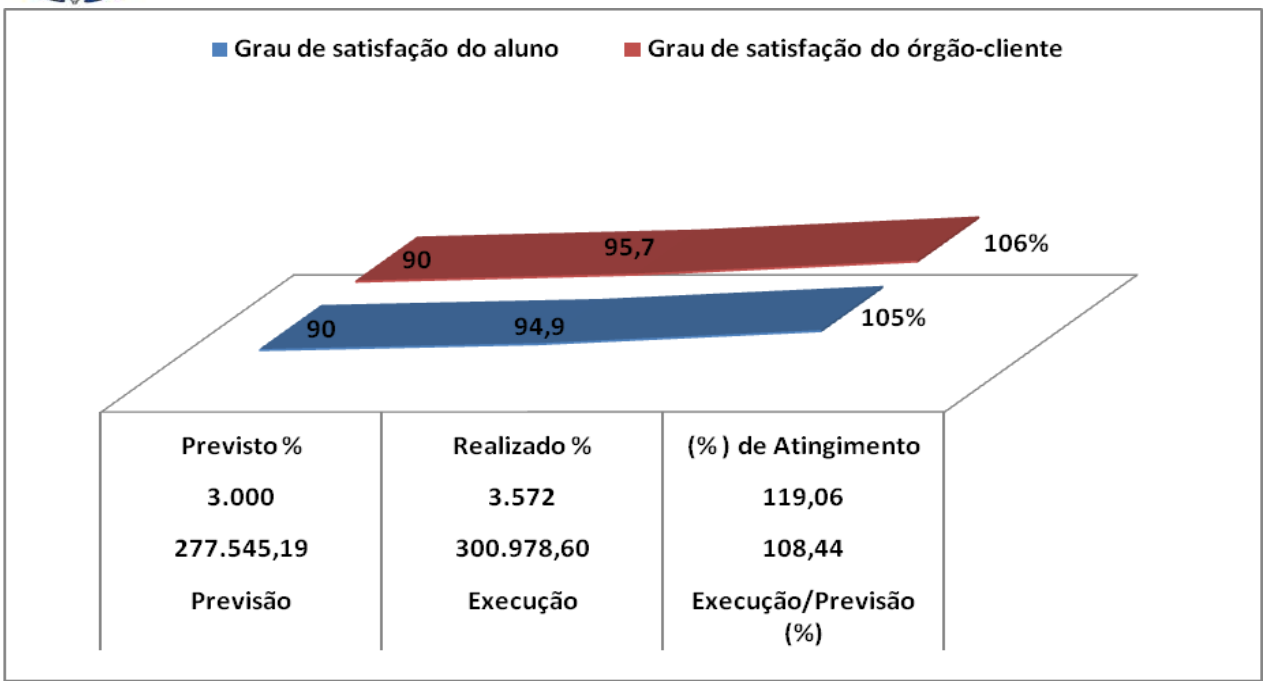
Fonte: Esaf/Dirad

Quadro 30 - demonstrativo do valor aplicado por aluno capacitado – CENTRESAF - RS

Nº de Alunos capacitados	**Valor Executado com Recursos de Projetos de Capacitação**	**Valor aplicado p/ aluno capacitado (R$)**
3.572	**300.978,60**	**84,26**

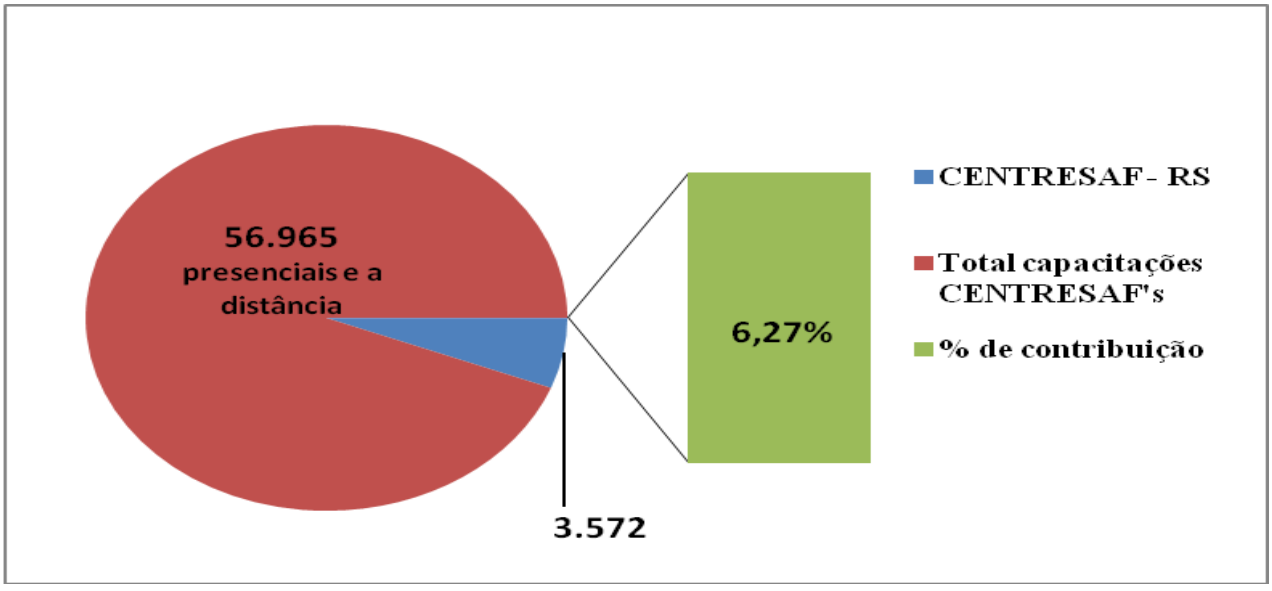
Fonte: SIGEP/ESAF

Gráfico 26 – demonstrativo da Execução Física e Financeira e Grau de Satisfação do Aluno e órgão Contratante - CENTRESAF - RS



Fonte: ESAF-SIGEP

Gráfico 27 – participação do CENTRESAF-RS no total das capacitações dos CENTRESAF's



Fonte: ESAF-SIGEP

1.25. CENTRESAF – SÃO PAULO

O CENTRESAF-SP realizou as seguintes atividades visando atingir a finalidade institucional da Escola no exercício de 2012: capacitações presenciais, parcerias, incentivo à Educação a Distância e realização de concursos públicos, da forma especificada abaixo. Em 2012, os esforços desenvolvidos pela equipe CENTRESAF-SP enfatizaram os seguintes objetivos estratégicos: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 14 e 17. Com relação às atividades de *"promover o desenvolvimento dos profissionais da Administração Pública"* e "consolidar-se como centro de conhecimento de finanças públicas", objetivos 1 e 2 do projeto estratégico, constata-se a seguinte relação, quanto mais os órgãos procuram a ESAF, mais concreta é a eficácia de seus treinamentos e mais consolidada a visão, perante os órgãos públicos, de projeção de centro de conhecimento da ESAF, em São Paulo. De cerca de 2.500 treinados em 2011, passou-se para cerca de 4700 em 2012, mostrando que a Escola tem sido alçada à qualidade de referência e sendo mais procurada pelos órgãos públicos. Durante o ano foram realizados encontros, treinamentos, seminários e outros debates. Quanto a *"promover a cidadania fiscal"*, objetivo 3, o CENTRESAF-SP tem trabalhado em conjunto com o Grupo de Educação Fiscal ajudando no planejamento e, por vezes na execução de projetos de cidadania fiscal. Neste sentido, ajudou no encontro de conselheiros para a organização da Conferência Livre da Consocial (aspecto sociedade civil), tem promovido debates que tratam da democracia moderna (aspecto servidores), encontro de conselheiros de direitos na região do Grande ABC (aspecto da sociedade civil e mecanismos de controle), dois eventos sobre educação fiscal em São José dos Campos (sociedade civil e servidores) e, visando a geração presente, participou da celebração de compromisso para a criação de matéria de educação fiscal voltado aos graduandos da Universidade Federal de São Paulo (sociedade civil e educação continuada). Ademais, atraiu-se mais de 600 professores da rede pública estadual para o curso a distância do PNEF visando incluir de forma transversal os temas de educação fiscal na formação de estudantes do ensino fundamental e médio. No que diz respeito ao objetivo 4, *"aprimorar o processo de seleção de servidores fazendários"*, está na competência do CENTRESAF-SP apenas a ampliação da equipe de trabalho e manutenção do Sistema SISCON. O objetivo 5, *"desenvolver competências dos profissionais da área fazendária"*, o CENTRESAF-SP atuou na procura por novos instrutores que foram bem avaliados e cadastrados nessa Escola de Governo. Os novos talentos dizem respeito aos cursos de Inteligência Emocional, novo CPR, SIAFI, SIAFI gerencial e gerenciamento de contratos. O Objetivo 6, *"ampliação e diversificação de programas de*

capacitação", o CENTRESAF-SP participou das transmissões de 3 cursos tele-presenciais : o ciclo de qualidade do gasto Público , II Seminário Internacional de Educação à Distância para Rede das Escolas de Governo e o III Curso de Licitações e Contratos da PGFN. No que diz respeito ao objetivo 7, *"fomentar e disseminar estudos e pesquisas"*, o CENTRESAF-SP incentivou e passou a anuir em Acordo de Cooperação Técnica entre a Superintendência da 8ª Região Fiscal da Receita Federal do Brasil e a Universidade Federal Paulista - UNIFESP que desenvolverá em 2013 um curso de educação fiscal para estudantes de graduação daquela Universidade. Quanto ao *"fortalecimento da gestão do programa de educação fiscal"*, objetivo 8, o CENTRESAF-SP participou intensamente do Grupo de Educação Fiscal do Estado de São Paulo – GEFE/SP. Em colaboração com os órgãos locais passou a atrair professores da rede pública estadual para os cursos do PNEF em seus vários módulos; participou do acordo de cooperação técnica com a Unifesp para a disseminação da educação fiscal para os graduandos daquela Universidade Pública; desenvolveu exposições no 2º Ciclo de Educação Fiscal para Conselheiros, este ano para os conselheiros de Direitos da Região do ABC Paulista. Além disso, apoiou dois eventos de grande magnitude ocorridos em São José dos Campos organizado pela Delegacia da Receita Federal daquele município, em parceria com o Sesi, com o PNEF e a equipe de educação fiscal do Paraná. De tal evento surgiu um observatório social local. No objetivo 10, *"padronizar e aprimorar processo de trabalho"*, o CENTRESAF/SP manteve intenso contato com o CENTRESAF-RS, para aperfeiçoar o desenvolvimento dos chamados cursos abertos. No objetivo 11, *"implementar e ampliar parcerias estratégicas"*, o CENTRESAF-SP aproximou-se de 3 Universidades: UNIFESP, UFABC e USP Leste. No objetivo 14, *"promover a valorização e o reconhecimento de servidores"*, houve o incentivo da participação dos agentes públicos lotados no CENTRESAF-SP em cursos. Além disso, alguns servidores colaboraram no desenvolvimento de treinamentos como FOCO, Novo CPR, Depreciação, Sanções em contratos Públicos e Democracia Moderna. O anexo "A" a esse documento contém a relação de capacitações realizadas, separadas por cada servidor ou colaborador do CENTRESAF-SP. No objetivo 17, *"adequar e modernizar a infraestrutura e de serviços"*, o CENTRESAF-SP, em conjunto com a Secretaria da Receita Federal, licitou o fornecimento do serviço de "*coffee-break*" e, com isso, ofertou mais um benefício aos participantes dos cursos. Essa iniciativa resultou em diversos elogios, principalmente dos participantes que já tinham estado em outros cursos. Vale destacar que 2012 foi um ano de muitos concursos públicos desenvolvidos pela ESAF, quase todos com aplicação também pelo CENTRESAF-SP. O número de capacitados em treinamentos, que passou de 2.574 em 2011 para

4.728 em 2012, só na modalidade presencial, significando um crescimento de 83,7% em relação ao ano anterior. Nos 102 projetos executados, o grau de satisfação dos alunos com os serviços deste CENTRESAF-SP foi 95,0% em 2012, enquanto que a satisfação dos clientes com a atuação do órgão foi de 98,7%. Observa-se que os treinamentos em EAD voltados para o público de São Paulo são contabilizados no órgão central da ESAF. Os números apresentados e resumidos na tabela abaixo computam apenas os dados dos projetos regionais e nacionais. Uma verificação mais completa e discriminada pode ser visualizada no Anexo "B" a esse documento. Finalizando, ressaltamos ainda que foram instaladas lixeiras para recolhimento de material reciclável na sede do CENTRESAF-SP, continuou-se com a sensibilização dos treinando na devolução de crachás e adotou-se, junto com a SAMF/SP o uso de copos recicláveis de papel que não agridem o meio ambiente. Os servidores do CENTRESAF-SP foram estimulados a usarem xícaras ou copos próprios, de vidro ou louça, visando economizar material descartável e poupar o meio ambiente.

Quadro 31 - demonstrativo da Execução Física e Financeira e Grau de Satisfação do Aluno e órgão Contratante - CENTRESAF – SP - Exercício 2012

Projetos de Capacitação	**Previsão**	**Execução**	**Execução/Previsão (%)**
Financeira (R$ 1,00)	204.071,02	118.247,00	57,94
Física (Capacitações)	3.300	4.728	143,27
Indicadores	**Previsto %**	**Realizado %**	**(%) de Atingimento**
Grau de satisfação do aluno	90	95,0	105,57
Grau de satisfação do órgão-cliente	90	98,7	109,65

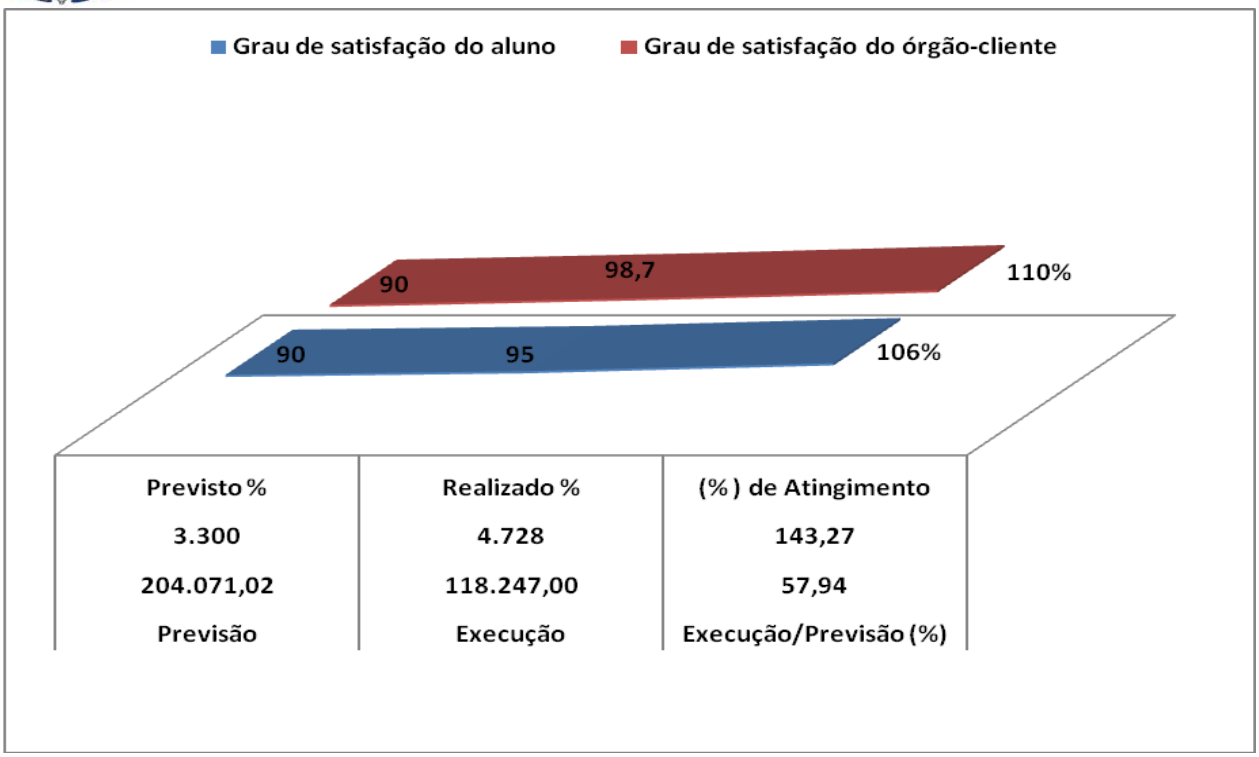
Fonte: ESAF\SIGEP

Quadro 32 - demonstrativo do valor aplicado por aluno capacitado – CENTRESAF - SP

Nº de Alunos capacitados	**Valor Executado com Recursos de Projetos de Capacitação**	**Valor aplicado p/ aluno capacitado (R$)**
4.728	**118.247,00**	**25,00**

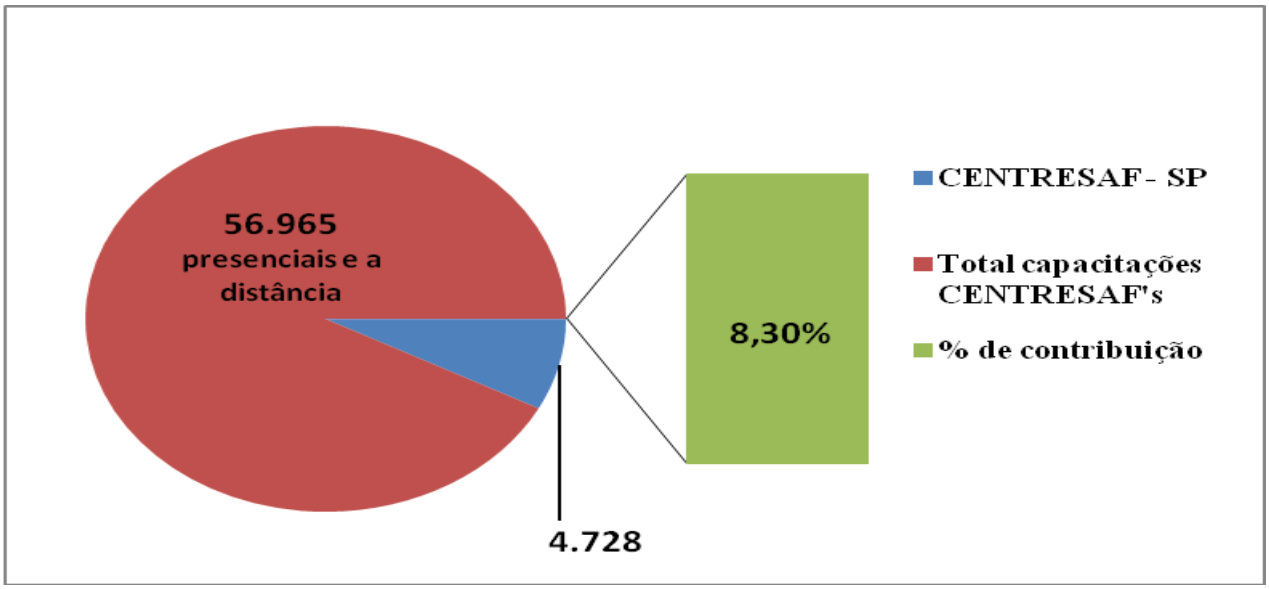
Fonte: SIGEP/ESAF

Gráfico 28 – demonstrativo da Execução Física e Financeira e Grau de Satisfação do Aluno e órgão Contratante – CENTRESAF - SP



Fonte: ESAF-SIGEP

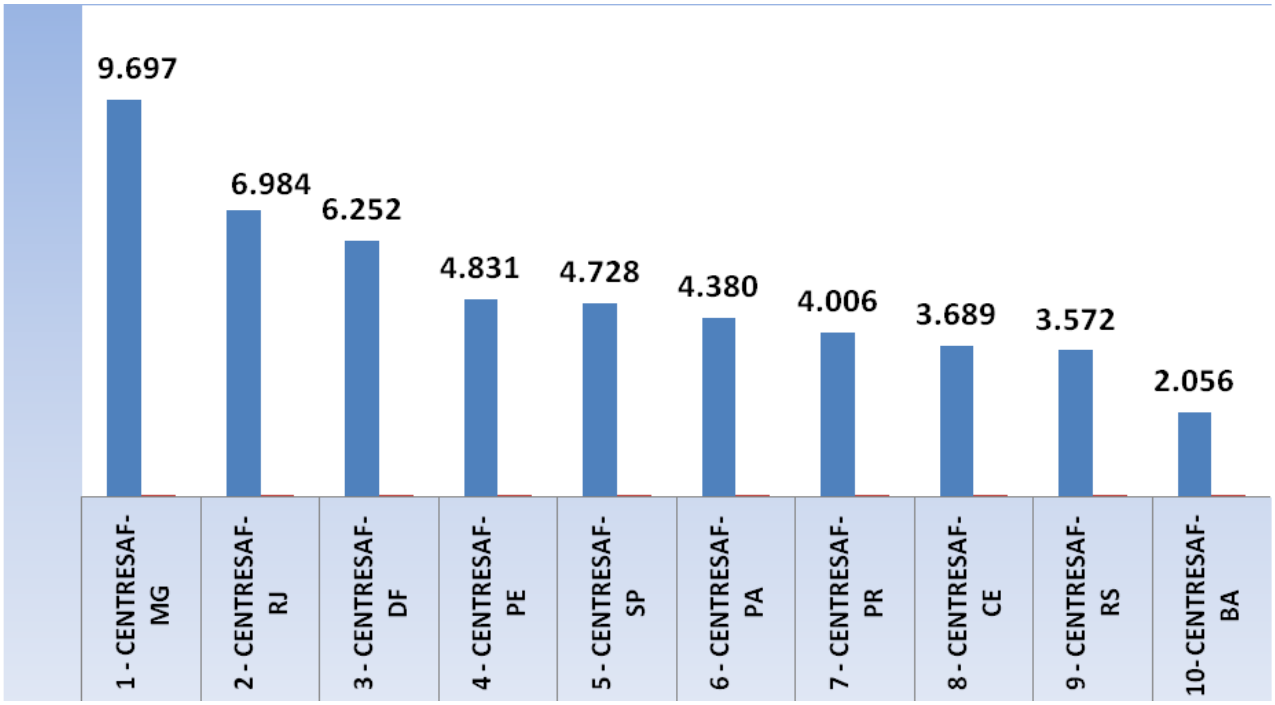
Gráfico 29 – participação do CENTRESAF-SP no total das capacitações dos CENTRESAF's



Fonte: ESAF-SIGEP

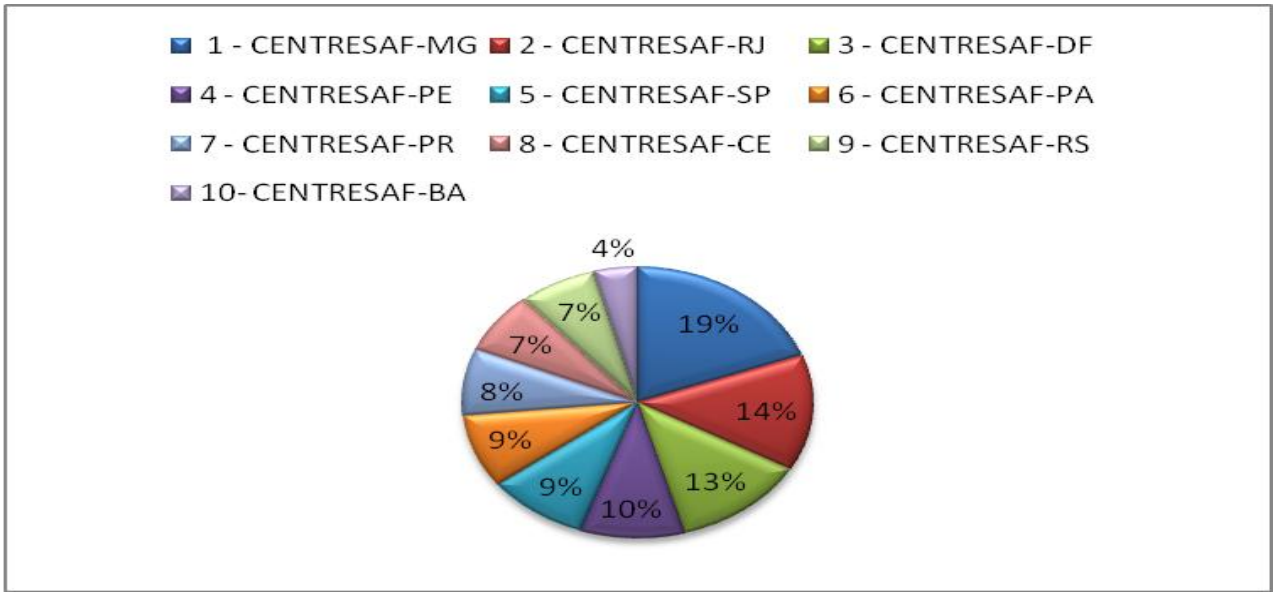
1.26. Ranking por nº de Capacitações nas Unidades Descentralizadas da ESAF

Gráfico 30 – ranking das capacitações presenciais dos CENTRESAF'S



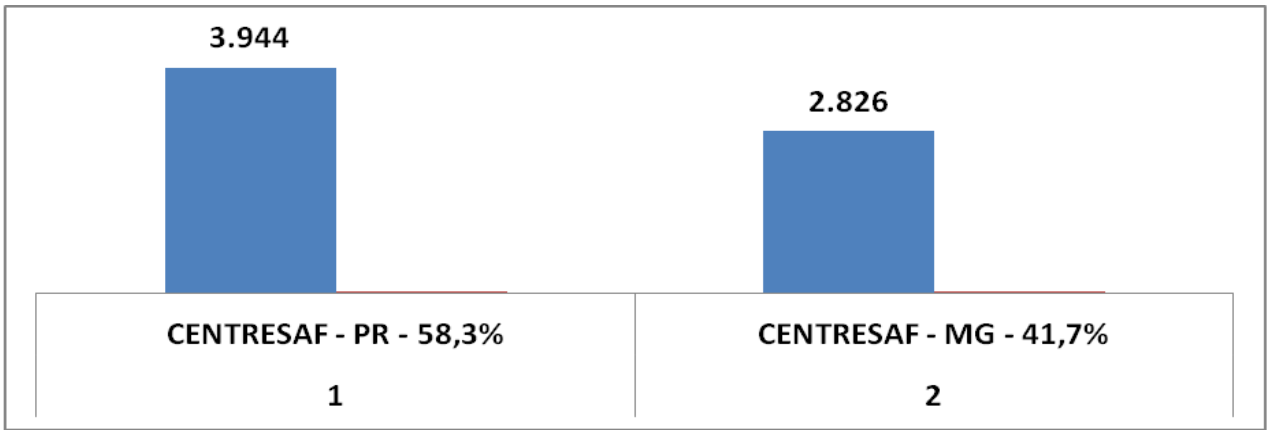
Fonte: Esaf/SIGEP

Gráfico 31 – Percentual de participação dos CENTRESAF'S no total das Capacitações presenciais



Fonte: Esaf/SIGEP

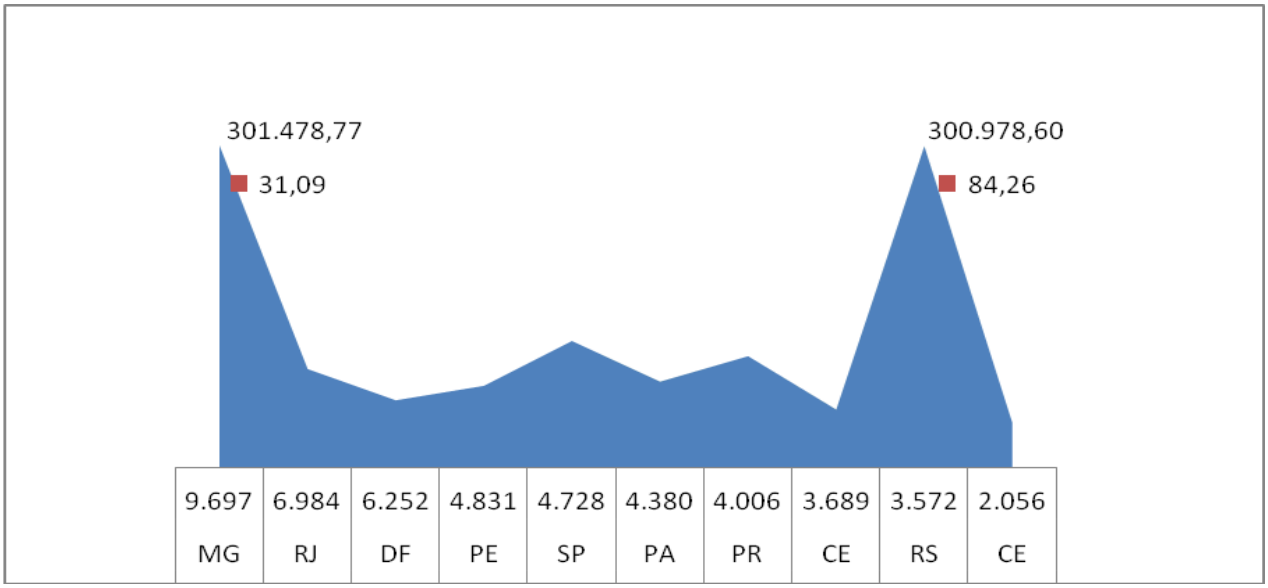
Gráfico 32 – participação dos CENTRESAF's nas capacitações do Ensino a Distância



Fonte: ESAF-SIGEP

Obs: Os demais CENTRESAF's não registraram capacitações no ensino a distância.

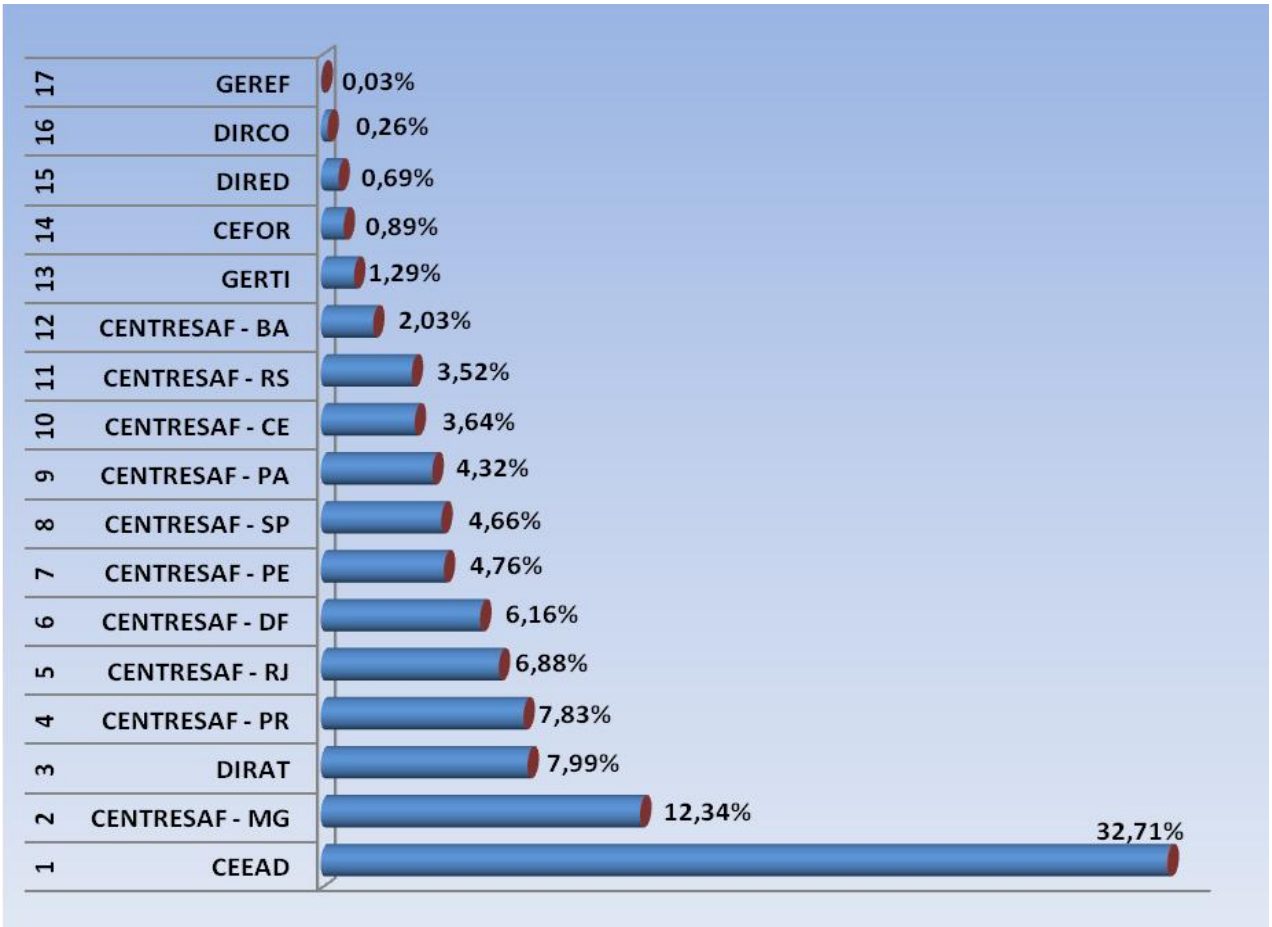
Gráfico 33 – Análise do valor aplicado para por aluno capacitado na modalidade presencial (R$)



Fonte: ESAF-SIGEP

Obs: O CENTRESAF-MG capacitou 9.697 alunos aplicando R$ 31,09 por aluno capacitado, enquanto que o CENTRESAF-RS capacitou 3.572 e precisou aplicar R$ 84,26 para cada aluno.

Gráfico 34 – percentual de participação nas capacitações presenciais e a distância da ESAF



Fonte: ESAF\SIGEP

ITENS DO ANEXO II DA DN TCU 119/2012 – NÃO SE APLICAM À ESAF

ITEM 1 – QUADROS DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DECISÃO NORMATIVA TCU 119/2012

Nº Item	RAZÃO PORQUE NÃO SE APLICA
1	Não se aplica à natureza jurídica em razão da sua atividade fim
3	Não se aplica à natureza jurídica em razão da sua atividade fim
4	Não se aplica à natureza jurídica em razão da sua atividade fim

ITEM 3 – QUADROS DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DECISÃO NORMATIVA TCU 119/2012

Nº Item	RAZÃO PORQUE NÃO SE APLICA
2	Não se aplica à natureza jurídica em razão da sua atividade fim
3	Não se aplica à natureza jurídica em razão da sua atividade fim
4	Não se aplica à natureza jurídica em razão da sua atividade fim

ITEM 4 – QUADROS DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DECISÃO NORMATIVA TCU 119/2012

Nº Item	RAZÃO PORQUE NÃO SE APLICA
3	Não há informação para este item

ITEM 5 – QUADROS DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DECISÃO NORMATIVA TCU 119/2012

Nº Item	RAZÃO PORQUE NÃO SE APLICA
1	Não existe nesta UJ insuficiência de passivos
9	Não existe esta modalidade de suprimentos de fundos
10	Não se aplica à natureza jurídica em razão da sua atividade fim
11	Não se aplica à natureza jurídica em razão da sua atividade fim
12	Não se aplica à natureza jurídica em razão da sua atividade fim
13	Não se aplica à natureza jurídica em razão da sua atividade fim
14	Não se aplica à natureza jurídica em razão da sua atividade fim
15	Não se aplica à natureza jurídica em razão da sua atividade fim
16	Não se aplica à natureza jurídica em razão da sua atividade fim
17	Não se aplica à natureza jurídica em razão da sua atividade fim
18	Não se aplica à natureza jurídica em razão da sua atividade fim
19	Não se aplica à natureza jurídica em razão da sua atividade fim
20	Não se aplica à natureza jurídica em razão da sua atividade fim
21	Não se aplica à natureza jurídica em razão da sua atividade fim
22	Não se aplica à natureza jurídica em razão da sua atividade fim
23	Não se aplica à natureza jurídica em razão da sua atividade fim
24	Não se aplica à natureza jurídica em razão da sua atividade fim
25	Não se aplica à natureza jurídica em razão da sua atividade fim

ITEM 6 – QUADROS DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DECISÃO NORMATIVA TCU 119/2012

Nº Item	RAZÃO PORQUE NÃO SE APLICA
6	A ESAF não possui o controle de inativos,a responsabilidade é da SPOA/RH-MF
7	A ESAF não possui o controle dessa natureza,a responsabilidade é da SPOA/RH-MF
8	A ESAF não possui o controle dessa natureza,a responsabilidade é da SPOA/RH
9	A ESAF não possui o controle dessa natureza,a responsabilidade é da SPOA/RH
10	A ESAF não possui o controle dessa natureza,a responsabilidade é da SPOA/RH
11	A ESAF não possui o controle dessa natureza,a responsabilidade é da SPOA/RH
12	A ESAF não possui o controle dessa natureza,a responsabilidade é da SPOA/RH
13	A ESAF não possui o controle dessa natureza,a responsabilidade é da SPOA/RH

16	A ESAF não possui o controle dessa natureza,a responsabilidade é da SPOA/RH
17	A ESAF não possui controle dessa natureza,a responsabilidade é da SPOA/COGERL

ITEM 7 – QUADROS DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DECISÃO NORMATIVA TCU 119/2012

Nº Item	RAZÃO PORQUE NÃO SE APLICA
1	Não se aplica à natureza jurídica em razão da sua atividade fim
2	Não se aplica à natureza jurídica em razão da sua atividade fim
3	Não se aplica à natureza jurídica em razão da sua atividade fim

ITEM 10 – QUADROS DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DECISÃO NORMATIVA TCU 119/2012

Nº Item	RAZÃO PORQUE NÃO SE APLICA
4	Não há itens pendentes na área de controle interno

ITEM 1 – QUADROS DA PARTE "B" DO ANEXO II DA DECISÃO NORMATIVA TCU 119/2012

Nº Item	RAZÃO PORQUE NÃO SE APLICA
1	Não se aplica à natureza jurídica em razão da sua atividade fim
2	Não se aplica à natureza jurídica em razão da sua atividade fim
3	Não se aplica à natureza jurídica em razão da sua atividade fim
4	Não se aplica à natureza jurídica em razão da sua atividade fim
5	Não se aplica à natureza jurídica em razão da sua atividade fim
6	Não se aplica à natureza jurídica em razão da sua atividade fim
7	Não se aplica à natureza jurídica em razão da sua atividade fim
8	Não se aplica à natureza jurídica em razão da sua atividade fim
9	Não se aplica à natureza jurídica em razão da sua atividade fim
10	Não se aplica à natureza jurídica em razão da sua atividade fim
11	Não se aplica à natureza jurídica em razão da sua atividade fim
12	Não se aplica à natureza jurídica em razão da sua atividade fim

ITEM 4 – QUADROS DA PARTE "B" DO ANEXO II DA DECISÃO NORMATIVA TCU 119/2012

Nº Item	RAZÃO PORQUE NÃO SE APLICA
1	Não se aplica à natureza jurídica
2	Não se aplica à natureza jurídica
3	Não se aplica à natureza jurídica
4	Não se aplica à natureza jurídica
5	Não se aplica à natureza jurídica

ITEM 6 – QUADROS DA PARTE "B" DO ANEXO II DA DECISÃO NORMATIVA TCU 119/2012

Nº Item	RAZÃO PORQUE NÃO SE APLICA
1	Não se aplica à natureza jurídica
2	Não se aplica à natureza jurídica
3	Não se aplica à natureza jurídica

ITEM 7 – QUADROS DA PARTE "B" DO ANEXO II DA DECISÃO NORMATIVA TCU 119/2012

Nº Item	RAZÃO PORQUE NÃO SE APLICA
1	Não se aplica à natureza jurídica
2	Não se aplica à natureza jurídica

ITEM 8 – QUADROS DA PARTE "B" DO ANEXO II DA DECISÃO NORMATIVA TCU 119/2012

ITEM	RAZÃO PORQUE NÃO SE APLICA

1	Não se aplica à natureza jurídica
2	Não se aplica à natureza jurídica

ITEM 11 – QUADROS DA PARTE "B" DO ANEXO II DA DECISÃO NORMATIVA TCU 119/2012

Nº Item	RAZÃO PORQUE NÃO SE APLICA
1	Não se aplica à natureza jurídica
2	Não se aplica à natureza jurídica

ITEM 14 – QUADROS DA PARTE "B" DO ANEXO II DA DECISÃO NORMATIVA TCU 119/2012

Nº Item	RAZÃO PORQUE NÃO SE APLICA
1	Não se aplica à natureza jurídica

ITEM 17 – QUADROS DA PARTE "B" DO ANEXO II DA DECISÃO NORMATIVA TCU 119/2012

Nº Item	RAZÃO PORQUE NÃO SE APLICA
1	A ESAF não possui o controle dessa natureza,a responsabilidade é da SPOA/RH
2	A ESAF não possui o controle dessa natureza,a responsabilidade é da SPOA/RH

ITEM 18 – QUADROS DA PARTE "B" DO ANEXO II DA DECISÃO NORMATIVA TCU 119/2012

Nº Item	RAZÃO PORQUE NÃO SE APLICA
1	A ESAF não possui controle dessa natureza,a responsabilidade é da SPOA/COGERL

ITEM 19 – QUADROS DA PARTE "B" DO ANEXO II DA DECISÃO NORMATIVA TCU 119/2012

Nº Item	RAZÃO PORQUE NÃO SE APLICA
1	A ESAF não possui controle dessa natureza,a responsabilidade é da SPOA/COGERL

ITEM 30 - QUADROS DA PARTE "B" DO ANEXO II DA DECISÃO NORMATIVA TCU 119/2012

Nº Item	RAZÃO PORQUE NÃO SE APLICA
1	A ESAF não possui controle dessa natureza,a responsabilidade é da SPOA/COGERL

ITEM 37 – QUADROS DA PARTE "B" DO ANEXO II DA DECISÃO NORMATIVA TCU 119/2012

Nº Item	RAZÃO PORQUE NÃO SE APLICA
1	A ESAF não possui controle dessa natureza,a responsabilidade é da SPOA/COGERL
2	A ESAF não possui controle dessa natureza,a responsabilidade é da SPOA/COGERL
3	A ESAF não possui controle dessa natureza,a responsabilidade é da SPOA/COGERL
4	A ESAF não possui controle dessa natureza,a responsabilidade é da SPOA/COGERL
5	A ESAF não possui controle dessa natureza,a responsabilidade é da SPOA/COGERL
6	A ESAF não possui controle dessa natureza,a responsabilidade é da SPOA/COGERL
7	A ESAF não possui controle dessa natureza,a responsabilidade é da SPOA/COGERL
8	A ESAF não possui controle dessa natureza,a responsabilidade é da SPOA/COGERL
9	A ESAF não possui controle dessa natureza,a responsabilidade é da SPOA/COGERL
10	A ESAF não possui controle dessa natureza,a responsabilidade é da SPOA/COGERL
11	A ESAF não possui controle dessa natureza,a responsabilidade é da SPOA/COGERL
12	A ESAF não possui controle dessa natureza,a responsabilidade é da SPOA/COGERL
13	A ESAF não possui controle dessa natureza,a responsabilidade é da SPOA/COGERL

Item 38 – Quadros da Parte "B" do Anexo II da Decisão Normativa TCU 119/2012

Nº Item	RAZÃO PORQUE NÃO SE APLICA
4	A ESAF não possui controle dessa natureza,a responsabilidade é da SPOA/COGERL
5	A ESAF não possui controle dessa natureza,a responsabilidade é da SPOA/COGERL
6	A ESAF não possui controle dessa natureza,a responsabilidade é da SPOA/COGERL

2. QUADROS DA PORTARIA TCU Nº 150/2012, DE 03 DE JULHO DE 2012 - ITEM 1 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 119/2012

Quadro A.1.2 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Consolidado

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Fazenda			**Código SIORG**:
Identificação da Unidade Jurisdicionada consolidadora			
Denominação completa: Escola de Administração Fazendária - ESAF			
Denominação abreviada: ESAF			
Código SIORG: 000344	**Código LOA:** 99999		**Código SIAFI:** 170009
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público da Administração Direta do Poder Executivo			
Principal Atividade: Educação			**Código CNAE:** 8095-0/00
Telefones/Fax de contato:	(061) 3412-6107	(061) 3412-6210	(061) 3412-6106
E-mail: dirge.df.ESAF@fazenda.gov.br			
Página na Internet: http://www.esaf.fazenda.gov.br			
Endereço Postal: Rodovia DF-001 Km 27,4 – Setor de Habitações Individuais Sul – Lago Sul – Cep:71686-900			

Identificação das Unidades Jurisdicionadas consolidadas		
Nome	Situação	Código SIORG
CENTRESAF – BA	Ativa	170077
CENTRESAF – CE	Ativa	170039
CENTRESAF – DF	Ativa	170017
CENTRESAF – MG	Ativa	170087
CENTRESAF – PA	Ativa	170216
CENTRESAF – PE	Ativa	170057
CENTRESAF – PR	Ativa	170155
CENTRESAF – RJ	Ativa	170115
CENTRESAF – RS	Ativa	170176
CENTRESAF – SP	Ativa	170132

Normas relacionadas às Unidades Jurisdicionadas
Decreto nº 73.115/73 e Decreto nº 7.482/2011
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas
Portaria MF nº 106/2008
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas
Em fase de elaboração

Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
170009	
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
170009	

Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
170009	170009

Fonte: DIRAD/SIAFI

2.1 PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 28/1/2012

Quadro A.3.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
Ambiente de Controle	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				**x**	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		**x**			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				**x**	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				**x**	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				**x**	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				**x**	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.			**x**		
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.			**x**		
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				**x**	
Avaliação de Risco	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				**x**	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			**x**		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.	**x**				
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.	**x**				
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.	**x**				
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.	**x**				
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		**x**			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.			**x**		
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				**x**	
Procedimentos de Controle	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			**x**		

20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			**x**		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			**x**		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				**x**	
Informação e Comunicação	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				**x**	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.			**x**		
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			**x**		
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			**x**		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			**x**		
Monitoramento	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.	**x**				
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.	**x**				
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.	**x**				
Análise Crítica:					

Escala de valores da Avaliação:

(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **não observado** no contexto da UJ.

(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua minoria**.

(3) Neutra: Significa que **não há como avaliar** se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.

(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua maioria**.

(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **observado** no contexto da UJ.

PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012

Quadro A.4.1 – Programa de Governo constante do ppa – Temático

Identificação do Programa de Governo			
Código Programa	2038		
Título	Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública/MP – Programa de Educação Fiscal - PNEF		
Órgão Responsável	Escola de Administração Fazendária - ESAF		
Fontes de Recursos (PPA e LOA) (em R$ 1,00)			
Fontes de Recursos	Valores do Exercício 2012		a) Valor Remanescente (d – e)
	e) Previsto no PPA	f) Fixado na LOA	
a) Orçamento Fiscal e da Seguridade Social			
b) Outras Fontes			
c) Subtotais (a + b)			
d) Valor Global Previsto no PPA	382.999		

Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R$ 1,00)				
Despesa Empenhada	**Despesa Liquidada**	**Restos a Pagar**		**Valores Pagos**
		Processados	**Não Processados**	
				268.700

Objetivos Relacionados ao Programa		
Código	**Descrição**	**Órgão ou Unidade Responsável Pelo Gerenciamento**
10FO	Sistema do Programa Nacional de Educação Fiscal	Gerência do Programa de Educação Fiscal
6267	Produção de Material Disseminadores EF	Gerência do Programa de Educação Fiscal
6268	Formação de Disseminadores de Educação Fiscal	Gerência do Programa de Educação Fiscal

Quadro A.4.2 – objetivos de programa temático de responsabilidade da uj

Identificação do Objetivo	
Código	**2038**
Descrição	**Democracia e Aperfeiçoamento da Administração Pública/MP**
Programa	**Programa de Educação Fiscal**
Órgão Responsável	**Escola de Administração Fazendária - ESAF**

Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R$ 1,00)

Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	

Metas do Exercício

Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Sistema do Programa Nacional de Educação Fiscal	Qtde.	29	26	87.000	69.600
02	Produção de Material Disseminadores EF	Qtde.	20.000	43.000	164.857	68.425
03	Formação de Disseminadores de Educação Fiscal	Qtde.	20.000	17.045	131.142	130.675

Fonte: SIAFI/2012

PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012

Quadro A.5.2 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios interiores

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	**Montante Inscrito**	**Cancelamentos Acumulados**	**Pagamentos Acumulados**	**Saldo a Pagar em 31/12/2012**
2011				
2010				
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	**Montante Inscrito**	**Cancelamentos Acumulados**	**Pagamentos Acumulados**	**Saldo a Pagar em 31/12/2012**
2011	10.656.694,89	711.998,18	6.149.472,21	3.795.224,50
2010	77.237,38	77.087,38	150,00	
...				

Fonte: SIAFI/2012

Quadro A.5.3 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA									
CNPJ: 33.892.175/0001-00			**UG/GESTÃO:** Presidência da República						
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	**Nº do instrumento**	**Beneficiário**	**Valores Pactuados**		**Valores Repassados**		**Vigência**		**Sit.**
			Global	**Contrapartida**	**No Exercício**	**Acumulado até o Exercício**	**Início**	**Fim**	
3	01/2012	IPEA	974.400,00				20/12/12	19/12/14	1

LEGENDA

Modalidade:
1 - Convênio
2 - Contrato de Repasse
3 - Termo de Cooperação
4 - Termo de Compromisso

Situação da Transferência:
1 - Adimplente
2 - Inadimplente
3 - Inadimplência Suspensa
4 - Concluído
5 - Excluído
6 - Rescindido
7 - Arquivado

Fonte:DIRAD/SEOFI

Quadro A.5.4 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA					
CNPJ: 33.892.175/0001-00		**UG/GESTÃO:** Presidência da República			
Modalidade	**Qtd. de Instrumentos com Vigência em 2013 e Seguintes**	**Valores** (R$ 1,00)			**% do Valor Global Repassado até o Final do Exercício de 2012**
		Contratados	**Repassados até 2012**	**Previstos para 2013**	
Convênio					
Contrato de Repasse					
Termo de Cooperação	1	IPEA		812.000,00	
Termo de Compromisso					
Totais	1			812.000,00	

Fonte:DIRAD/SEOFI

Quadro A.5.8 – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos (SF)

Suprimento de Fundos					
Código da UG	**Nome da UG**	**Valores**			**Total Geral**
		Conta Tipo "B"	**CPGF**		
			Saque	**Fatura**	
170009	ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA		925,00	2.908,26	3.833,26
170216	CENTRO REGIONAL DE TREINAMENTO DA ESAF/PA		0,00	3.082,77	3.082,77
170155	CENTRO REGIONAL DE TREINAMENTO DA ESAF/PR		1.170,00	6.270,14	7.440,14
XXXXXXX	**Total Utilizado pela UJ por Tipo de SF**		2.095,00	12.261,17	14.356,17

PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012

Quadro A.6.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	269	268		
1.1. Membros de poder e agentes políticos				
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	269	268		
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	201	201		
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	2	2		
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório				
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	66	65	2	3
2. Servidores com Contratos Temporários	11	8	0	3
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	10	10	3	2
4. Total de Servidores (1+2+3)	290	286	5	8

Fonte: DIRAD/SEADM

Quadro A.6.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão				
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	38	38	1	2
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	12	12		
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	2	2		
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	25	22	2	3
1.2.4. Sem Vínculo	9	9	1	2
1.2.5. Aposentados				
2. Funções Gratificadas				
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão				
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas				
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	83	83	4	7

Fonte: DIRAD/SEADM

PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012

Quadro A.7.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de propriedade da União e Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		Quantidade de Imóveis de propriedade da União de Responsabilidade da UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	**UF "DF"**		
	Brasília	**2**	**2**
	UF "BA"		
	Salvador	**1**	**1**
	UF "CE"		
	Fortaleza	**1**	**1**
	UF "MG"		
	Belo Horizonte	**1**	**1**
	UF "PA"		
	Belém	**1**	**1**
	UF "PR"		
	Curitiba	**1**	**1**
	UF "RJ"		
	Rio de Janeiro	**1**	**1**
	UF "RS"		
	Porto Alegre	**1**	**1**
	UF "SP"		
	São Paulo	**1**	**1**
Subtotal Brasil		**10**	**10**
EXTERIOR	**PAÍS 1**	**0**	**0**
Subtotal Exterior		**0**	**0**
Total (Brasil + Exterior)		**10**	**10**

FONTE: DIRAD/SEADM

Obs: A UF: PE está locado de terceiros.

PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012

Quadro A.8.1 – Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada

	Quesitos a serem avaliados
	1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:
	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
x	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
	Designou formalmente um comitê de TI para **auxiliá-la nas decisões** relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
	2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:
	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
	3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:
	Auditoria de governança de TI.
	Auditoria de sistemas de informação.
	Auditoria de segurança da informação.
	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual(is)? _____
x	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
	4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:
	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
x	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
x	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
x	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.

	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
	O PDTI é publicado na *internet* para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: _____
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
x	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
	Inventário dos ativos de informação (dados, *hardware*, *software* e instalações).
	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: *utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre*	
(2) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.	
(4) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.	
(3) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.	
(4) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.	
( ) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.	
( ) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de *software* definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).	
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
x	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
	Entre 1 e 40%.
x	Entre 41 e 60%.
	Acima de 60%.
	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	

PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012

Quadro A.9.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.			**x**		
• Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?					
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			**x**		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).			**x**		
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.				**x**	
• Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?					
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).				**x**	
• Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?					
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).		**x**			
• Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?					
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.	**x**				
• Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	**Sim ( )**		**Não ( )**		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).			**x**		
• Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?					
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.				**x**	
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				**x**	

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	**1**				
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.				**x**	
• Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?					
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.				**x**	
• Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?					
Considerações Gerais:					

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

Quadro A.9.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Valores em R$ 1,00

Adesão a Programas de Sustentabilidade		
Nome do Programa	**Ano de Adesão**	**Resultados**

Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	**2011**	**2010**	**2012**	**2011**	**2010**
Papel						
Água	7.071*	7.953	8.148	54.215,59*	56.090,02	53.758,46
Energia Elétrica	1.643.113	1.804.000	1.856.708	563.286,79	580.264,00	548.546,11
			Total			

Fonte: Fonte: Prefeitura/ESAF
Observações: Valor de Energia Elétrica paga = valor da conta + taxa de iluminação pública – valor dos impostos.
As contas de energia elétrica e de água são pagas pela SAMF-DF.
***A quantidade de água é o total até agosto de 2012.**

PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012

Quadro A.10.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					**Código SIORG**
Escola de Administração Fazendária - ESAF					170009
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	**Processo**	**Acórdão**	**Item**	**Tipo**	**Comunicação Expedida**
1ª	TC-011.864/2012-5	4484/2012	1.		
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					**Código SIORG**
SERPRO e Escola de Administração Fazendária - ESAF					
Descrição da Deliberação					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					**Código SIORG**
Diretoria de Administração da ESAF – Setor de Licitações e Contratos					
Síntese da Providência Adotada					
Cumprimento do Acórdão 4484/2012 – Arquivar o processo					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Foi considerado improcedente.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Processo arquivado.					

Quadro A.10.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			**Código SIORG**
Escola de Administração Fazendária - ESAF			170009
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	**Identificação do Relatório de Auditoria**	**Item do RA**	**Comunicação Expedida**
	281/2012-TCU/SECEX-2	PE/6-2012 (itens:A e B)	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			**Código SIORG**
Escola de Administrração Fazendária - ESAF			
Descrição da Recomendação			
Requisição de documentos que comprovam o motivo da desclassificação da 1ª colocada no PE nº 6/2012.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			**Código SIORG**
SETRO DE Licitações e Contratos			170009
Síntese da Providência Adotada			
Ofício nº 254/2012/ESAF/MF-DF – encaminhando cópia dos documentos solicitados pelo TCU.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
A ESAF desclassificou a empresa por não atender ao suitem 8.2.3.1 do Edital do Pregão Eletrônico nº 6/2012.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
O resultado da vistoria efetuada pela ESAF concluiu que a empresa vencedora do Pregão nº 6/2012, não teria condições de atender ao especificado no objeto da licitação.			

Quadro A.10.6 – declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, ALEXANDRE RIBEIRO MOTTA, gestor responsável pela inclusão e atualização dos dados nos sistemas, CPF n° 007.643.197-52, Diretor-Geral, exercido na Escola de Administração Fazendária – ESAF, declaro, junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 25 de março de 2013.

ALEXANDRE RIBEIRO MOTTA

CPF: 007.643.197-52

Diretor-Geral/ESAF

PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU N.º 119, DE 18/1/2012

Quadro A.11.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

Ministério da Fazenda
Secretaria Executiva
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Análise Contábil
Coordenação de Análise Contábil

DECLARAÇÃO DO CONTADOR DECLARAÇÃO COM RESSALVA	
Denominação completa (UJ):	Código da UG :
Escola de Administração Fazendária, consolidando as informações sobre a gestão das unidades de sua estrutura.	170009, 170017, 170039, 170057, 170077, 170087, 170115, 170132, 170155, 170176, 170216 e 170402

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei nº 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2012, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, **EXCETO** no tocante a:

a) UG 170087-CENTRESAF/MG – Existência de saldo na conta 199964701 – Controle de Registro SPIUNET a Ratificar, R$ 1.330.281,64, objeto de inconsistência no auditor contábil CONCONTIR, equação 0145. Impropriedade de regularização imediata, conforme definido no Manual SIAFI, assunto 021006 Manual de Regularizações Contábeis, página 15.

Durante o exercício de 2012 não foram realizadas análises das Demonstrações do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico em razão da inexistência dos mesmos no SIAFI, transações BALANSINT e CONBALANUG, e pela ausência de estrutura compatível as atribuições previstas na Lei nº 10.180/2001, Título IV, Capítulo I, que organiza e disciplina o Sistema de Contabilidade Federal dentre outros, e pelo Decreto nº 6.976/2009, que regulamenta o referido Sistema, situação essa devidamente evidenciada nas Notas Técnicas nº 18/2006 e nº 1/2009 desta Setorial de Contabilidade de Órgão.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	Brasília-DF	Data	26 de fevereiro de 2013
Contador Responsável	*Paulo Roberto Campos Moreira* Setorial Contábil do MF CRC-DF nº 011634/0-9	CRC nº	011634/o-9 CRC - DF

CONCLUSÃO

Com a finalização deste Relatório de Gestão 2012, conclui-se uma importante etapa da gestão institucional da Escola de Administração Fazendária que faz parte do Ministério da Fazenda. Este Relatório apresenta características que integram os padrões que são exigidos e definidos pelos órgãos de Controle, e de acordo com essas exigências a ESAF apresenta as informações na área de Gestão com vistas a Prestação de Contas Anual. As informações coletadas no Exercício de 2012 foram desenvolvidas mediante solicitação às Áreas da ESAF-Sede e as Descentralizadas. O conteúdo dessas informações está contemplado neste Relatório, inclusive, os indicadores, os gráficos e os quadros foram construídos de forma a possibilitar uma visão onde todos os resultados operacionais em observância aos Objetivos Institucionais da Escola sejam retratados e aferidos no referido exercício. Retrata, inclusive, o envolvimento de todas as áreas da Instituição, principalmente, as Descentralizadas. O Relatório de Gestão da ESAF contempla informações a respeito da promoção e do desenvolvimento de profissionais da Administração Pública com abrangência em todos os níveis da Federação. Com base nos dados informados, a ESAF busca cumprir todos os seus Objetivos Institucionais, principalmente, consolidar-se como centro de conhecimento em gestão das finanças públicas. No campo da Cidadania Fiscal, destaca-se o PNEF - Programa Nacional de Educação Fiscal, que tem como Objetivo propiciar a participação do cidadão no funcionamento e aperfeiçoamento dos instrumentos de controle social e fiscal do Estado. Nesse sentido, o Programa agregou mais uma Ação 7J90 – Capacitação de Gestores Públicos e Agentes Políticos Municipais por meio de Cursos de Capacitação e Aprimoramento nas Áreas de Finanças e Tributação em Instituições de Ensino Federais. Além de realizar esses Objetivos, a ESAF desenvolve competências na Administração Pública com a finalidade de ampliar e diversificar os programas de capacitação. Na área de Estudos e Pesquisa, a Escola criou uma Ação específica – 20SH – Estudos e Pesquisas em Matéria Fazendária, dentro do Programa Temático 2039 – Gestão da Política Econômica e Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional, que abrange todo Ministério da Fazenda. A busca por padronizar seus processos de trabalho, iniciado em 2011 e no exercício de 2012 foi ampliado para outras áreas da Escola. No exercício de 2012, a ESAF alcançou a marca de 101.479 capacitações, com destaque para o Ensino a Distância, que foi responsável por 75,0% (setenta e cinco por cento) desse total. Por tudo isso, temos a certeza de que os Objetivos Institucionais atribuídos à ESAF foram alcançados, juntamente com o

cumprimento de sua Missão Institucional que é ***"Desenvolver pessoas para o aperfeiçoamento da gestão das finanças públicas e a promoção da cidadania".***